

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

**PAULO ROBERTO BORGES DE BRITO**

**O CONTROLE SOCIAL NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE GRUPO POR  
AUDITORIA EXTERNA: O CASO APROVE PELA AAOCERT**

**Orientador: Prof. Dr. Arlei Benedito Macedo**

**IG/USP/PROCAM**

**Co-orientadora: Profa. Dra. Yara Maria Chagas de Carvalho**

**IEA/APTA/USP/PROCAM**

**São Paulo, 2006**

**PAULO ROBERTO BORGES DE BRITO**

**O CONTROLE SOCIAL NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE GRUPO POR  
AUDITORIA EXTERNA: O CASO APROVE PELA AAOCERT**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.**

**Orientador: Prof. Dr. Arlei Benedito Macedo  
Professor ASSOCIADO PROCAM e Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental IG/USP**

**Co-orientadora: Profa. Dra. Yara Maria Chagas de Carvalho  
Pesquisadora – IEA/APTA**

**São Paulo  
2006**

**FICHA CATALOGRÁFICA**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Paulo Roberto Borges de Brito**  
**O controle social no processo de certificação de grupo por auditoria externa: O caso**  
**Aprove pela AAOCert**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre.**  
**Área de concentração: Ciência Ambiental.**

**Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_**

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.Dr.** \_\_\_\_\_

**Instituição:** \_\_\_\_\_ **Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Prof.Dr.** \_\_\_\_\_

**Instituição:** \_\_\_\_\_ **Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Prof.Dr.** \_\_\_\_\_

**Instituição:** \_\_\_\_\_ **Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Parecer da Banca:** \_\_\_\_\_

Agradeço a Deus primeiramente,  
e aos meus pais por todo amor,  
empenho e dedicação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente e aos meus pais por todo amor, empenho e dedicação.

Este trabalho só foi possível devido a paciência e o espírito de colaboração de várias pessoas.

Agradeço ao Professor Arlei Benedito Macedo, pela sua orientação e por ter acreditado em meu trabalho. Igualmente agradeço a dedicação da pesquisadora Yara Maria Chagas de Carvalho, ela tornou o processo de co-orientação em uma prazerosa troca de idéias, confiança e amizade, sem perder de vista a objetividade do trabalho.

Agradeço aos professores e pesquisadores que compuseram a banca examinadora de qualificação, Prof. Gerd Sparoveck e Profa. Maria Basília Aguirre, suas críticas, observações e recomendações foram de grande relevância na formulação dos indicadores e na fase final do trabalho e da redação.

Registro agradecimentos sinceros também aos professores e pesquisadores Ricardo Abramovay e Sylvia Saes.

Além desses, foram inúmeros os contatos com pesquisadores, os quais possibilitaram-me concluir meu trabalho. Em especial, agradeço ao pesquisador José Sydnei Gonçalves, cujas palavras de coragem me fortaleceram para continuar na trilha da pesquisa.

Estendo meus agradecimentos aos amigos da turma de 2003 do PROCAM, em especial à Isabel Drigo, Márcia Candido, Thomaz Fronzaglia e Fabíola Zerbini. Aos colegas da AAO, produtores da feira e, principalmente aos produtores da APROVE, pela paciência e empenho em responder aos questionários e a intervenção da pesquisa.

Agradeço, finalmente, ao PROCAM que forneceu um apoio institucional indispensável à realização deste trabalho.

## RESUMO

BRITO, P.R.B. de (2006). "O Controle Social no processo de certificação de grupo por auditoria externa: o caso APROVE pela AAOcert." São Paulo, 2006. 133f. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo.

O presente trabalho aborda as perspectivas de certificação que se abrem para a agricultura orgânica familiar, através dos processos alternativos de certificação, a certificação participativa em rede – CPR, e a certificação de grupo por auditoria externa. Os objetivos gerais do trabalho foram contribuir para um melhor entendimento sobre o potencial dos processos participativos na certificação de produtos orgânicos. Avaliar em que medida a certificação pode ser associada a um processo pedagógico, para os produtores familiares paulistas, no qual a possibilidade de fortalecimento do controle social pode levar à redução dos processos burocráticos no Sistema de Controle Interno - SCI. O objetivo específico foi verificar se o processo de certificação de grupo da APROVE, proposto pela AAOcert, baseado nas diretrizes da IFOAM, abre maiores possibilidades de construção de processos mais participativos para os produtores, tomando-se a CPR como embasamento para busca de um referencial teórico, por ser uma proposta construída com este propósito. O trabalho é orientado pela seguinte pergunta: é possível um sistema de certificação reconhecido internacionalmente, como a certificação de grupo por auditoria de terceira parte, construir uma participação mais efetiva do produtor, sem perder a qualidade exigida dos seus processos? A hipótese central é que a diretriz da IFOAM para a construção do Sistema de Controle Interno (SCI) permite considerar processos participativos e com controle social, desenvolvidos como processo pedagógico, a partir do Sistema de Avaliação de Risco (SAR). A segunda hipótese é que trabalhar com os grupos a partir da avaliação dos riscos a que estão sujeitos proporciona aos agricultores melhor compreensão sobre o que é o sistema de controle interno que precisam desenvolver. A pesquisa foi realizada em três momentos, sendo o último uma intervenção com a introdução da diretriz da IFOAM para teste da hipótese. Os resultados da pesquisa evidenciaram que a introdução das diretrizes da IFOAM permitiu processos mais participativos e de controle social, que, ao mesmo tempo são adequados pedagogicamente ao grupo. Assim, é recomendável que os formuladores de políticas públicas que atuam na área de inclusão da agricultura familiar, na agricultura orgânica, levem em consideração as diretrizes da IFOAM para a certificação de grupo.

Palavras-chave: agricultura orgânica; agricultura familiar; certificação de grupo; controle social, sistema de avaliação de risco.

## ABSTRACT

BRITO, P.R.B. de (2006). "The social control in the third party smallholder organic certification process: the APROVE's case by AAOcert." São Paulo, 2006. 133f. **Master Dissertation**. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo.

The present paper approaches the perspectives of certification for the organic family farmer agriculture, through alternative certification processes, the participatory certification, and the third party smallholder group certification. The main goal of this paper is to contribute to a better understanding about the potential of the alternative organic certification processes. To assess so far as the certification can be associated to a pedagogical process for the Paulista family farmers in which the possibility of strengthening the social control can lead to a bureaucratic process reduction in the Internal Control System – ICS. The specific goal is to verify if the APROVE's small holder group certification proposed by the AAOcert based on the IFOAM basic standards opens possibilities of building more participatory processes for the producers, taken the CPR as a basis for seeking a theoretical reference, to be a proposal built with this purpose. The paper is led by the following question: is it possible to a certification system recognized internationally, as the third party small holder group certification, to build a more effective participation from the producer, without losing the quality demanded by its processes? The central hypothesis is that the IFOAM basic standards opens perspectives for more participatory processes and with social control and at the same time they best fit to the pedagogical process feature to be introduced with the producers with third party certification today. The research was achieved in three moments, however, the last one with an intervention with the introduction of the IFOAM basic standard to test the hypothesis. The results of the research proved that the IFOAM basic standards introduction allowed more participatory and social control processes and at the same time pedagogically suitable to the group. So, it is advisable for the public policy makers who work in the family farmer agriculture inclusion in the organic agriculture take into account the IFOAM basic standards for group certification.

**Keywords:** organic agriculture; family farmer; smallholder group certification; social control, risk assessment system

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

- AAO – Associação de Agricultura Orgânica
- AAOcert – Associação de Agricultura Orgânica Certificadora
- APPOI – Associação dos Pequenos Produtores Orgânicos de Ibiúna
- APROVE – Associação de Produtores Orgânicos do Bairro Verava, Ibiúna
- Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- CAISP – Cooperativa Agropecuária de Ibiúna - SP
- CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
- CPR – Certificação Participativa em Rede
- GTZ - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH
- IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements
- IMAFLOA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
- INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
- MAELA- Movimento Agroecológico para a América Latina e Caribe
- MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- NEI – Nova Economia Institucional
- OCPs - Organismos de Certificação de Produtos
- PESACRE - Grupo de Pesquisa e Extensão em. Sistemas Agroflorestais do Acre
- PRÓ-ORGÂNICO - Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica
- SCI – Sistema de Controle Interno
- SAF - Secretaria da Agricultura Familiar
- SAR – Sistema de Avaliação de Risco
- USDA - United States Department of Agriculture

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	11
<b>1. PRODUÇÃO ORGÂNICA E CERTIFICAÇÃO.....</b>	13
1.1. Produto diferenciado e certificação de produtos orgânicos.....	13
1.2. Agricultura Familiar e a certificação (como instrumento de exclusão).....	16
<b>2. ALTERNATIVAS DESENVOLVIDAS PARA MINORAR A EXCLUSÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DA CERTIFICAÇÃO.....</b>	19
2.1. A certificação participativa em rede.....	19
2.2 A certificação de grupo por auditoria externa.....	25
2.3 A certificação de grupo realizada pela AAOCert com o grupo de produtores APROVE..	29
2.4. A importância da participação dos produtores no processo de certificação (Feira da AAO x certificação por auditoria).....	32
<b>3. O PROBLEMA DE PESQUISA.....</b>	45
<b>4. OBJETIVOS E HIPÓTESES.....</b>	46
<b>5. METODOLOGIA.....</b>	47
<b>6. MARCO TEÓRICO.....</b>	58
<b>7. INDICADORES.....</b>	66
<b>8. O CASO APROVE PELA AAOCERT.....</b>	79
8.1 Breve Histórico e surgimento do projeto da certificação de grupo da APROVE.....	79
8.2 Caracterização Sócio-Econômica da Associação de Produtores Orgânicos do Bairro Verava – APROVE.....	80
8.3 Evidências da Certificação de grupo da APROVE.....	81
8.3.1 Caracterização do momento atual.....	81
8.3.2 Avaliação do processo inicial de certificação de grupo da APROVE pelos produtores	91
8.4 Evidências Empíricas da Intervenção: Sistema de Avaliação de Risco – SAR no grupo.	96
8.4.1 Avaliação da Intervenção no grupo.....	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA.....</b>	103
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	109
<b>ANEXOS.....</b>	120

## INTRODUÇÃO

Como resposta à crescente exclusão da agricultura familiar na produção orgânica nos últimos anos, algumas iniciativas foram colocadas em prática, na tentativa de reduzir essa exclusão e o tão almejado desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: social, econômica e ambiental.

A Certificação Participativa em Rede – CPR, por meio de práticas participativas, promove o controle social em organizações de produtores. Esse tipo de certificação está em processo de regulamentação. A certificação de grupo por auditoria externa da IFOAM possibilita a construção de mecanismos de controle social em seus processos. Por outro lado, a realidade mostra que, na prática, esse tipo de certificação, no Brasil, não leva em conta as suas diretrizes.

Entretanto, algumas certificadoras, conhecidas pela tradição nesse trabalho com agricultores familiares no Brasil (entre elas, a AAOcert), foram marcadas pela busca da inclusão desse público em suas atividades e propósitos. No início do trabalho com os produtores familiares a certificação era individual.

A partir de 2002 foram criadas novas regras de certificação de grupo, assim, os produtores já certificados precisariam adaptar-se a elas. A questão que se levantou foi a seguinte: como a mudança de regras de certificação de grupo poderia ser facilitada para os produtores, de uma maneira que eles pudessem adaptar-se, gradativamente, ao novo arcabouço institucional? Dentro daquele contexto surgia outra questão: como, então, ajudar aos produtores na mudança institucional, sem que eles fossem novamente excluídos por mais um conjunto de novas regras, sendo que já lhes era difícil o cumprimento das atuais?

O objetivo do presente estudo é justamente analisar as questões acima, e o faremos no capítulo 1. No capítulo 2 apresentará, além de um breve histórico da produção orgânica em seu contexto social nacional e internacional, também mostrará as diferentes formas experimentadas para minorar o impacto da exclusão do produtor familiar e a importância da participação efetiva, dele, no processo de certificação.

Já os capítulos 3 e 4 apresentarão o problema propriamente dito, isto é, a formulação do problema da pesquisa, os objetivos determinados pela pesquisa e algumas hipóteses levantadas durante o trabalho.

O capítulo 5 expõe os métodos de investigação escolhidos. Nos capítulos 6 e 7 serão mostrados os caminhos teóricos trilhados por este estudo, ou seja, como se deu a construção dos indicadores que orientaram a busca pelas respostas das questões levantadas.

Já o capítulo 8 apresenta as evidências empíricas do estudo em questão em relação aos objetivos e às hipóteses formuladas. O nono e último capítulo contém a conclusão do presente estudo, algumas contribuições deste pesquisador para futuros trabalhos.

## **1 PRODUÇÃO ORGÂNICA E CERTIFICAÇÃO**

Este capítulo visa apresentar a diferenciação da qualidade do produto orgânico e sua associação com a produção familiar e como a introdução da certificação por auditoria de terceira parte vem excluindo os produtores familiares do mercado orgânico.

### **1.1 Produto diferenciado e certificação de produtos orgânicos**

Os produtos orgânicos estão inseridos numa nova tendência de mercado: a busca dos consumidores por produtos diferenciados.

Segundo os estudos de Darolt (2003), já se observa essa tendência nos países mais desenvolvidos, os consumidores estão buscando produtos alimentares diferenciados que favoreçam, em primeiro lugar, os aspectos relacionados à saúde, ao meio ambiente e, por último, à questão do sabor. Darolt diz que uma tendência semelhante está ocorrendo no Brasil.

Karam (2002a), de modo geral, confirma esse novo perfil de consumidor, na região metropolitana de Curitiba, Brasil. Ou seja, a busca pelos orgânicos está relacionada, principalmente, à aspiração por uma melhor qualidade de vida. A pesquisa de Karam identificou dois aspectos como os maiores responsáveis por esta opção do consumidor: a saúde e o meio ambiente. Segundo a estudiosa, o início da implantação de uma nova forma de agricultura mais sustentável estreitou a relação direta entre produtor e consumidores, por meio de "feiras verdes", de sacolas entregues em associações de funcionários ou outras formas organizadas para o recebimento dos produtos.

A decisão do produtor familiar de aderir à agricultura orgânica foi influenciada por algumas evidências de intoxicação causada por agroquímicos, o que provocou a redução dos canais de comercialização dos produtos convencionais. Além disso, a demanda por produtos orgânicos tornava-se mais fiel e constante, dessa forma, já valeria a pena estruturar-se para inserir-se nesse novo mercado de orgânicos.

A estruturação dessas famílias ocorreu, principalmente, porque o agricultor familiar, por sua própria vocação à unidade de produção e de consumo, valoriza a diversidade, a associação comunitária, desenvolve a policultura e outras criações. A própria família favorece as técnicas e cuida das operações de manejo, na medida em que, aquele que toma as decisões é também aquele que as coloca em prática. A família de agricultores geralmente

consegue uma maior e mais ampla distribuição territorial, além de desenvolver melhor as atividades de exploração do meio, na medida em que os produtores da família têm melhores condições de adaptarem-se e circunscreverem-se em unidades ecológicas mais definidas e homogêneas. A produção familiar encoraja o desenvolvimento local, favorecendo o planejamento e a gestão coletiva dos recursos naturais (Dulley & Carvalho, 1994; Romeiro, 1998 e Ehlers, 1996).

Essa vocação da agricultura familiar para uma produção mais sustentável também é enfatizada por Oliveira (2000), citando Carmo e Magalhães (1999), ela diz que a agricultura familiar, além de baratear o custo efetivo da produção, por produzir seus insumos dentro da propriedade, reproduz a exploração em unidade familiar. O uso de insumos propicia maior integração entre as atividades da propriedade, e, muitas vezes, a substituição de nutrientes de fonte energética não renovável por fontes renováveis. Além disso, Oliveira (2000) argumenta que a lógica de funcionamento das explorações familiares, baseada na associação dos objetivos de produção, consumo e acumulação patrimonial, resultam também num espaço de reprodução social cujas características de diversidade e integração de atividades produtivas vegetais e animais, ocupação de força de trabalho dos membros da família e controle decisório sobre todo o processo produtivo são sensivelmente mais vantajosas ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável que as explorações capitalistas patronais.

A agricultura familiar favorece a sua inserção num processo de transição agroecológica. Essa inserção é facilitada quando considerados alguns elementos. O primeiro deles é o caráter familiar de produção, em que se dá prioridade a unidade do grupo familiar enquanto um ator coletivo. As ligações de parentesco nos levam a entender a propriedade como uma unidade social, em que as necessidades coletivas conduzem à gestão dos meios de produção incorporando a complexidade de relações internas que dão os contornos atual e futuro da família. O segundo ponto é a apropriação da natureza que na postura agroecológica favorece a atuação dos agricultores familiares, uma vez que o emprego de mão-de-obra familiar e a diversificação da produção, ambos inerentes à dinâmica familiar, fornecem as condições para uma utilização particularizada do ecossistema. A “base técnica homogênea” cede lugar aos preceitos técnicos gerais que se adaptam às diferenças dos agroecossistemas. O terceiro elemento é a ligação com a terra. A significação patrimonial da terra e o sentimento de sociabilidade local fazem desses agricultores os atores, por excelência, do conjunto dos agentes que deverão articular a transição agroecológica (Carmo, 2004).

Entretanto, apesar da tendência favorável da inserção da agricultura familiar numa agricultura ambientalmente mais sustentável, a crescente demanda por produtos orgânicos em mercados não tão próximos, começou a desenvolver relações de comercialização indireta, principalmente por meio de supermercados, onde a distância entre consumidores e produtores e a incapacidade de se ter certeza quanto à forma pela qual os produtos orgânicos foram produzidos justificam a necessidade de monitoramento da produção, através da certificação, que é o procedimento pelo qual uma parte independente, oficialmente reconhecida, assegura, por escrito, que um produto, processo, ou serviço obedece a determinados requisitos, através da emissão de um certificado (Instrução Normativa N.º 7, 1999).

Á medida em que cresce a necessidade de certificação também aumenta a necessidade do movimento orgânico aperfeiçoar, continuamente, suas diretrizes voltadas à justiça social e desenvolvimento sustentável<sup>1</sup>. Segundo Moreira e Carmo (2004), o processo de construção de uma agricultura sustentável deve não somente implicar numa mudança de insumos, mas também fortalecer a agricultura de base familiar, modificando profundamente a estrutura fundiária do país, por políticas públicas consistentes e coerentes para a redução da pobreza e emancipação de brasileiros mais pobres, passando pela revisão dos pressupostos epistemológicos e metodológicos que guiam ações de pesquisa e desenvolvimento. Argumentam que o desenvolvimento rural sustentável pode ser iniciado a partir da agroecologia, que usa a sustentabilidade e a estratégia de desenvolvimento rural definido a partir da participação e da identidade etno-eco-sistêmica de cada localidade a ser considerada. Esse conceito relaciona-se com o fortalecimento das formas de ação social coletiva que possuam um potencial endógeno (local) transformador.<sup>2</sup>

Por outro lado, a concretização da agricultura agroecológica não se dará com facilidade, visto que ela pressupõe a construção de uma nova ciência comprometida com os interesses sociais e ecológicos dos movimentos populares e com a articulação entre ciências sociais e naturais na compreensão dos problemas sócio-ambientais da atualidade, buscando cada vez mais soluções realmente sustentáveis. Este tipo de agricultura sustentável é de desenvolvimento recente e se encontra em plena construção (Moreira e Carmo, 2004).

---

<sup>1</sup>Entende-se este termo relacionando-o com o uso dos recursos naturais e humanos de forma a garantir as necessidades presentes sem comprometimento da capacidade de produção para gerações futuras (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento – OECD, 1995:11),

<sup>2</sup>Segundo Manuel Gonzáles de Molina e Sevilla-Guzman (2001), esse potencial endógeno tem duas dimensões, uma social e outra ecológica. A dimensão social abrange a força e a organização social do trabalho, a identidade local, a autonomia, a cooperação e outras formas de ação social coletiva. Já a dimensão ecológica abrange a agricultura de baixos “inputs”, pela escala de produção, base energética e agroecossistemas.

Enquanto a agroecologia está em construção, o mercado, hoje, exige certificação de terceira parte por auditoria, principalmente para os produtos orgânicos para exportação. O item 1.2 deste trabalho aponta este tipo de certificação como uma das causas de exclusão desses produtores de base familiar no mercado atual.

## **1.2 Agricultura Familiar e a certificação (como instrumento de exclusão)**

O objetivo dessa pesquisa são os agricultores familiares já certificados. Alguns estudos indicam que, ao longo dos anos, os produtores familiares foram excluídos do mercado de orgânicos.

Apresentando dados da Comunidade Européia (1985-2000), Carvalho (2002; 2004a; 2004b) demonstrou que a agricultura orgânica cresceu, no mundo todo, associada estreitamente à agricultura familiar, esta mesma que arcou com o ônus de fazer sua própria experimentação e que já há evidências do crescimento das áreas médias das unidades de produção certificadas. Na Europa, a tendência à concentração é provavelmente menor que nos países em desenvolvimento, em função da política agrícola em geral, mas há evidências de que já vem ocorrendo.

Segundo dados da *International Federation of Organic Agriculture Movements* – IFOAM, de sessenta a setenta por cento das unidades produtivas orgânicas na Europa são de pequenos produtores. A partir da estimativa da área média dos estabelecimentos orgânicos europeus, identificou-se que houve aumento em 80% dos anos entre 1985-2000. Em 1985 a área média era de 15,88 hectares enquanto que em 2000, passou a ser de 27,80 hectares, equivalente a um crescimento de aproximadamente 75%.

A IFOAM também identifica a mesma tendência européia nos Estados Unidos. Estudo realizado para caracterizar o perfil da agricultura orgânica entre 1992-95 na Califórnia, demonstrou que a produção orgânica já apresentava alto grau de concentração. O estudo indicou que do total de produtores certificados, apenas 2% obtinha uma renda bruta superior a US\$ 500.000, e representavam mais de 50% do total de vendas do setor. Enquanto que, do total dos pequenos produtores certificados, 66% obtinha uma renda bruta inferior a US\$ 10.000 e eram responsáveis por menos de 5% do total das vendas (*Statistical Review of California's Organic Industry, 1992-95*, University of Califórnia Agricultural Issues Center, 1998. Small Farm, 1999, In: Carvalho, 2004b).

Mathew Patsky (*Natural Foods Merchandiser*, in: *Small Farm*, jan.1999), indica a tendência à concentração tanto do setor varejista como do atacadista. Segundo o autor, “consolidações, coalizões, e aquisições (offerings) foram temas comuns na composição dos negócios do segmento vida saudável”. Interessante é que os setores de processamento e de fabricação de alimentos orgânicos mostraram tendência semelhante de consolidações (Carvalho, 2004b).

Uma pesquisa feita pelo *Research Foundation Santa Cruz*, na Califórnia, em 2004, com alguns produtores orgânicos certificados pelas regras da *United States Department of Agriculture – USDA*, mostrou que a certificação individual por auditoria externa produz excesso de documentação. Em decorrência disso, os produtores gastam muito tempo tentando entender esses documentos (o que é e o que não é permitido pelas normas) e sobra-lhes menos tempo para dedicarem-se ao trabalho de produção. A mesma pesquisa verificou que esses mesmos produtores consideram a burocracia da certificação um “pesadelo” (*Fourth National Organic Farmers’ Survey Results*, 2004: 71).

Por meio destas respostas podemos perceber evidentemente que os pequenos produtores não foram consultados no processo de desenvolvimento dos padrões de certificação da USDA, a elaboração das normas não levou em conta a realidade deles. O resultado dessa displicência foi maior exclusão de produtores devido a burocratização cada vez maior dos processos envolvidos.

Por outro lado, a produção e o mercado estão em expansão na América Latina. O Brasil ocupa atualmente a segunda posição em termos de área manejada organicamente (IFOAM, 2002). Aproximadamente 70% da produção brasileira está distribuída pelos estados: Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo. Nos últimos anos o crescimento das vendas chegou a 50% ao ano. Em 2001 identificaram-se no Brasil 14.866 estabelecimentos de produção orgânica certificada e em conversão com uma área manejada de 275.576 hectares e área média de 18,54 hectares (Darolt, 2002). Dados do BNDES (Faveret, 2002), entretanto, identificaram 7.063 estabelecimentos de produção orgânica com uma área manejada de 270.000 hectares, com área média de 38,2 hectares. A diferença de resultados é devido a serem pesquisas pontuais, baseadas em fontes secundárias e não levantamentos censitários, e por uma delas incluir produtores que ainda estão em conversão.

Ao longo dos anos, os dados estatísticos das pesquisas mostram o Brasil entre os 10 países com mais estabelecimentos orgânicos, mas não é listado em termos de área até 2002. Carvalho (2002b) enfatiza que esse é um indicador da forte associação entre agricultura

familiar e orgânica no Brasil e aponta à importância de construir a integração desses dois movimentos sociais no país, particularmente em São Paulo, uma vez que, com base nos dados de evolução das áreas médias certificadas pela AAOcert, por grandes grupos de cultivo, considera que a mesma tendência de exclusão observada no mundo parece já estar ocorrendo no Estado.

Apesar da escassez de dados estatísticos no setor orgânico, a maioria dos produtores orgânicos certificados do Estado de São Paulo cultiva predominantemente hortaliças, tendo historicamente a AAO como principal certificadora para o mercado nacional, talvez o segmento do mercado sob maior transformação. Segundo a presidente da AAO, na época desta pesquisa<sup>1</sup>, São Paulo talvez seja o Estado onde a pressão econômica sobre os agricultores familiares orgânicos tradicionais esteja mais acirrada, isto devido ao individualismo, à falta de organização dos produtores familiares, à prática de preços diferenciados dos produtos tradicionais com impacto sobre eficiência e eficácia da produção. De outro lado cresce a capacidade empresarial da concorrência. Com a entrada de novas empresas, com escala, capital e logística avançada, a concorrência vem se acirrando. Novas relações entre empresas e produtores estão sendo criadas, exigindo racionalização dos custos, crescente padronização das ações e ampliação da escala, que se reflete em tratamento preferencial para produtores com maior volume de produto. Crescem as experiências de agricultores familiares ou até de porte médio que estão apresentando dificuldades financeiras para se ajustar à nova realidade do mercado, e estão desistindo da produção orgânica ou reduzindo suas áreas.

Em suma, podemos afirmar que a certificação de produtos orgânicos por auditoria individual de terceira parte não tem levado em consideração as características dos produtores familiares. Além disso, já vem ocorrendo um processo de exclusão desses mesmos produtores do mercado devido às diversas razões apontadas acima, particularmente no Estado de São Paulo. Por outro lado, algumas alternativas foram desenvolvidas nacional e internacionalmente, para minorar o impacto negativo da certificação e serão apresentadas no próximo capítulo.

---

<sup>1</sup> Yara Maria Chagas de Carvalho – 2001-2004

## **2. ALTERNATIVAS DESENVOLVIDAS PARA MINORAR A EXCLUSÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DA CERTIFICAÇÃO**

Devido a tendência de exclusão da agricultura familiar do mercado orgânico, foram construídas, ao longo da história do movimento, algumas formas alternativas para reduzir essa exclusão. Duas alternativas foram apresentadas: a Certificação Participativa em Rede - CPR, desenvolvida pela Rede Ecovida (descrita no item 2.1) e a Certificação de Grupo por auditoria externa, desenvolvida através da IFOAM (apresentada no item 2.2).

Duas experiências práticas nos permitiu verificar a importância da participação dos produtores familiares orgânicos em São Paulo na organização social. A primeira experiência foi sobre a implantação das novas regras do sistema de certificação de grupo da AAOcert junto com uma organização de produtores APROVE (item 2.3); e a segunda, sobre a comercialização direta, particularmente nas Feiras (neste caso, a feira da AAO no item 2.4).

### **2.1 A Certificação Participativa em Rede**

A região Sul do Brasil é a segunda maior área de orgânicos do País (261.000 hectares), contudo, é a primeira em número de produtores/projetos (9.107), ou seja, 71% do total nacional. Na região Sul são cultivadas algumas espécies próprias do clima subtropical, como os grãos, as carnes, os laticínios, a lã, o mel, a cachaça, o café, o açúcar, a fécula de mandioca, entre outros. Essa região é a mais desenvolvida do ponto de vista da organização social, sendo as associações e cooperativas eficientes e modernas, propiciando ao mercado uma gama de produtores certificados (MMA, 2005).

Dentro desse contexto, na região Sul do país, desenvolveu-se a Rede Ecovida, esta trabalha com um sistema solidário de geração de credibilidade para os produtos orgânicos. O sistema articula agricultor e consumidor em um processo que hoje é conhecido como Certificação Participativa em Rede – CPR, baseada na transmissão da credibilidade. É praticada por centenas de grupos de agricultores, num processo horizontal, sem a presença de um auditor externo.

Segundo as pesquisas feitas por Medaets, no ano de 2003, a Rede Ecovida é formada por núcleos regionais que buscam promover a troca de informações, credibilidade e

produtos. Os núcleos são formados pelos membros da Rede em determinada região geográfica. Do ponto de vista jurídico, a rede é informal, sem personalidade jurídica. Uma associação foi criada a fim de responder pela certificação perante aos órgãos competentes, quando for obrigada a tal – a Associação Ecovida de Certificação Participativa. Esta respalda o processo gerado e desenvolvido nos núcleos regionais.

A CPR está edificada sobre quatro pontos: a garantia entre agricultores (dentro do grupo e entre grupos); relação próxima entre agricultores e consumidores (venda direta e visita as propriedades); acompanhamento técnico pela assessoria e olhar externo do Conselho de Ética do Núcleo Regional. A certificação é desenvolvida com base na credibilidade gerada a partir da participação efetiva dos diversos atores e setores integrantes do processo e seus princípios fundamentais são: confiança, participação, descentralização, organização de base, formação de rede, transparência, olhar externo, adequação à produção familiar, e ser um processo pedagógico (GAO, 2004).

Segundo o entrevistado Luiz Carlos Rebelatto dos Santos (Anexo 2.1), a formação de um grupo com base nos ideais do movimento agroecológico vai de acordo com a realidade de cada grupo, por outro lado, todo produtor deve realizar um curso básico de agroecologia onde as questões de princípios são debatidas. Todo grupo deve ser acompanhado por uma pessoa ou organização já filiada e ser indicada por, pelo menos, duas organizações já integrantes da Rede, a fim de se ter um respaldo e uma organização mais consistentes.

A CPR, portanto, é um processo discutido com todos os atores da Rede, de uma maneira educativa, que capacita o produtor. O processo de CPR é articulado no nível local, estabelecendo bases para o trabalho individual ir gradativamente se estruturando em um grupo, formando, capacitando, e trocando experiências.

O processo da CPR é uma construção em processo de revisão periódica. Seus meios de verificação são feitos por especialista em produção agroecológica (produtor ou técnico, de outro grupo do núcleo, e consumidor). A visita tem o aspecto da avaliação de conformidade (conformidade social). A documentação e registros são simplificados, descentralizados e não homogêneos.

O processo se inicia partindo da propriedade agrícola, com foco no trabalho de cada agricultor. É o nível da formação, informação e compromisso, por meio de mecanismos de controle como: cursos, normas, acompanhamento, croquis, planos de conversão, etc. Em seguida, foca-se a organização dos produtores (grupos, associações, cooperativas) denominada auto-fiscalização e auto-regulação, por meio do controle social, controladas por

meio de visitas alternadas, reuniões, pactos de responsabilidade, intercâmbios, suspensões. O próximo nível é chamado de "responsabilidade mútua" e "olhar externo", este tem como mecanismos de controle a visita do Conselho de Ética, com a participação de consumidores, e o uso de suspensões com foco de trabalho nas organizações que compõem a rede em certa região, que são os "Núcleos Regionais". Por último, o nível legal que é controlado pelo Conselho de Certificação, Conselho de Ética e Comissão Técnica com foco de trabalho nos conselhos e nas comissões, abrangendo toda a Associação Ecovida (Santos, 2002).

Segundo Medaets (2003), o grupo que solicita a certificação deve se integrar ao núcleo regional, ser apresentado por dois (com variação de 3) outros grupos do núcleo e preencher o cadastro geral de produção e comercialização dos produtores do grupo. O segundo passo é a preparação de um plano de conversão feito pelos produtores. Cumprido o plano de conversão o grupo solicita a certificação apresentando os planos de produção dos produtores. Forma-se o comitê de ética para o grupo, variando em número, perfil e critérios. Para a escolha dos componentes, manifesta-se sempre a preocupação em reduzir o "efeito vizinhança" (conflito de interesses). O "Comitê de Ética" examina os documentos apresentados pelo grupo e realiza a visita de supervisão segundo o roteiro estabelecido nas normas da rede. Podem ser visitadas todas as famílias, ou, de maneira amostral, algumas, caso o número seja elevado. A realização da visita é composta de uma reunião preliminar onde o grupo apresenta seus problemas ao Comitê, existe um sorteio para a visita às propriedades e um relatório individual de cada membro do Comitê. A decisão de certificação pode ser tomada no grupo ou no núcleo, possuindo em ambos os casos um caráter de decisão colegiada. Cada núcleo possui uma coordenação com coordenador, tesoureiro e secretário, ficando a cargo do último arquivar o processo do grupo.

O Conselho de Ética é formado por um grupo de pessoas responsável diretamente pelo processo de certificação participativa em cada Núcleo Regional. Cada Núcleo possui autonomia para definir a estrutura do Conselho de Ética sugerindo a presença de agricultor, técnico e consumidor na sua composição (Santos, 2004).

A cada seis meses o grupo deve apresentar um relatório sobre a implementação do plano de produção ecológica. Medaets (2003) observa que, enquanto um entrevistado mencionou que a visita do Comitê de Ética era realizada apenas quando solicitada (quando eram observados problemas), três entrevistados atestaram a regularidade e periodicidade anual das visitas.

O Conselho de Certificação da Rede é comunicado sobre a decisão de certificação. Ele só será chamado a intervir se for solicitado pelo núcleo ou se for constatada alguma situação em que este não tenha sido capaz de controlar.

Medaets diz que as inspeções externas de um processo de auditoria são substituídas, no caso da CPR, pelas “visitas” dos Comitês de Ética. Apesar de as visitas terem um caráter externo, o que as diferencia da visita de inspeção é o fato de elas não serem realizadas por um inspetor ou um auditor, e sim por técnicos e produtores que possuem o conhecimento prático na produção agroecológica e consumidores, sempre que possível.

Essas visitas são antecedidas por um intenso trabalho por intermédio das reuniões dos grupos de agricultores visando estabelecer o padrão de conformidade social do produto agroecológico. Existe um padrão externo, que são as normas nacionais. Entretanto, deve-se ter em mente que cada unidade produtiva é uma firma, uma empresa familiar. A visita do Comitê de Ética é o momento em que as práticas produtivas dos produtores são analisadas por componentes externos ao grupo. Um dos resultados das visitas é a recomendação de sanções para os produtores que não cumprirem os acordos estabelecidos para a melhoria da qualidade (Medaets, 2003). Assim, as visitas são realizadas como parte de um processo em construção que vai se ajustando. Complementam o trabalho de geração da conformidade social e fornecem as evidências a serem consideradas nas revisões de pares. Compreendidas neste contexto maior, considera-se que elas sejam capaz de conferir credibilidade ao sistema de CPR. Entretanto, um componente a mais deve ser adicionado para que a afirmação anterior possa ser verdadeira. A credibilidade das visitas guarda relação direta com a qualidade dos registros que são realizados sobre as mesmas. A associação da CPR deve definir um nível mínimo de informações que permita o efetivo monitoramento da utilização de insumos, a área plantada do produtor (por produto) e um indicador de produtividade.

Além de definir o patamar mínimo, deve existir uma uniformidade no recolhimento dos dados necessários para assegurar a credibilidade do sistema, para tanto, o monitoramento da CPR é realizado anualmente. O Conselho de Ética deve ter o planejamento (ou plano de conversão) apresentado como um instrumento para avaliação. No caso de haver suspeita de descumprimento das normas estabelecidas, deve-se acionar o Conselho de Ética do núcleo regional para que este avalie o caso e emita um parecer. Caso seja confirmado o descumprimento da norma, existem procedimentos a serem adotados.

Como afirma Fonseca (2004b), o processo de CPR, assim como a maioria das certificações alternativas de produtos orgânicos, baseia-se em processos educativos e de

controle social, envolvendo todos os atores dentro da cadeia produtiva. Mas o foco deve estar sempre na participação do consumidor, para garantir a qualidade do produto orgânico.

A transparência do processo de CPR é mantida porque há o estímulo para a participação ativa dos produtores dentro das redes. A comunicação é mais acessível entre os elos da cadeia produtiva, estimula o desenvolvimento local, há maior apropriação e mais responsabilidade dos usuários do sistema de garantia; os relacionamentos são mais duradouros, com o poder e os processos de decisão descentralizados; há menos burocracia e documentação; os custos diretos são mais baixos para os produtores.

Por outro lado, nesse tipo de certificação há muitas desvantagens. Por exemplo: há necessidade de reconhecimento formal por parte de organismos internacionais e dos governos; é um processo a longo prazo porque requer tempo para construção de capacidades e competências até que se alcance resultados; requer mais encontros entre participantes para estabelecer o controle social; exige uma organização social mais complexa, pois existe a dificuldade para se multiplicar modelos dentre outros grupos por causa das realidades locais. Além disso, mantém-se poucos registros de dados acurados, requer mais trabalho voluntário, altos custos indiretos para manter serviços de apoio (como extensão e marketing, por exemplo), alta possibilidade de conflitos de interesses, e os procedimentos não são reconhecidos amplamente (Fonseca, 2004b). Enfim, têm-se que, por um lado, a CPR é mais apropriada culturalmente aos agricultores familiares, mas, por outro, é excludente. Isto porque os custos para implantá-la nacionalmente são altos, considerando que a implantação depende de uma forte rede de extensão rural e requer uma boa organização social.

Além dos aspectos já mencionados, a Rede Ecovida, segundo a nova lei 10.831 da Agricultura Orgânica brasileira de 2003, precisa estar de acordo com as normas internacionais. No Brasil, quem faz esta tarefa é o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO. Neste caso, os Organismos de Certificação de Produtos – OCPs, devem seguir os requisitos descritos pela ISO 65.<sup>5</sup> A Rede Ecovida, na prática, não separa as funções de certificação e assessoria, de acordo com as exigências da ISO 65, mas não de declaração de fornecedor. A decisão de certificação é

---

<sup>5</sup>Segundo a ISO 65, o organismo certificador deve ser imparcial e ter documentos que comprovem ser responsável pelas suas decisões; ter direitos e responsabilidades pela certificação; possuir mecanismos para assegurar suas responsabilidades legais; gozar de estabilidade financeira; dispor de pessoal suficiente e qualificado e de sistema de qualidade; a atividade de certificação ser distinta de quaisquer outras atividades; possuir regras para operação dos comitês; não aconselhar ou dar consultoria; ter política para resolução de reclamações, em suma, uma gestão da qualidade documentado e implementado (MEDAETS, 2003)

descentralizada, é realizada nos grupos ou nos núcleos da Rede, é separada da inspeção quando realizada no núcleo e conjunta quando realizada no grupo.

Felizmente, Santos (2005) diz que existem outras formas e mecanismos diferentes de avaliação da conformidade. Avaliação da conformidade, por exemplo, pode ser de caráter voluntário ou compulsório, ou seja, de livre adesão ou obrigatoriamente definida, nesta última, pelas autoridades, através de regulamentos técnicos. Com essa nova informação, a Rede está buscando um novo tipo de avaliação que não seja a certificação, e sim, uma avaliação de conformidades denominada "declaração do fornecedor", que é mais inovadora por incorporar o conceito de controle social.

A "declaração do fornecedor", segundo a ABNT, é uma garantia da conformidade de primeira parte, que se refere a um conjunto de procedimentos estabelecidos e reconhecidos pelo fornecedor, de sua própria responsabilidade, que o seu produto está de acordo com uma norma ou especificação técnica. Neste caso, a declaração pode ser obrigatória ou voluntária ([www.abnt.org.br](http://www.abnt.org.br), 2005).

A lei brasileira para produtos orgânicos, entretanto, reconhece a existência de vários tipos de certificação no Brasil, abrindo a possibilidade de reconhecimento da Certificação Participativa em Rede – CPR. Embora exista esse reconhecimento, a regulamentação da lei ainda não trata da certificação participativa que será, em tempo oportuno, incorporada através de instrução normativa própria. Isto se deve ao fato de as considerações expostas acima, atualmente preferidas pelo INMETRO, serem mais abrangente, além de abrirem possibilidades mais adequadas à CPR.

A CPR atualmente está caminhando para um projeto nacional, resultado de um trabalho do Grupo de Agricultura Orgânica – GAO, através do subgrupo de certificação participativa. O projeto é uma proposta para o Brasil, apoio MDA/SAF, Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria da Agricultura Familiar, que foi desenvolvido em diversos Estados, em quatro regiões brasileiras: Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Tem por objetivo avaliar o interesse pela CPR fora da região Sul e assessorar a Rede Ecovida no processo de certificação de terceira parte. Uma cartilha para as oficinas de CPR foi elaborada com a finalidade de subsidiar as mais de 100 oficinas previstas para o Projeto Nacional de Certificação Participativa em Rede. No caso de São Paulo, deu-se origem a um novo projeto: Articulação da Rede Paulista de Agroecologia, cujo objetivo é fortalecer o movimento paulista agindo como um elemento catalisador dos diversos grupos de agricultura familiar, agroecologia e consumo sustentável esparsos no Estado de São Paulo.

Enquanto a CPR aguarda sua regulamentação, para os agricultores familiares, está disponível, no momento, a certificação de grupo por auditoria desenvolvida pela IFOAM e descrita a seguir.

## 2.2 A Certificação de Grupo por Auditoria Externa

Diferentemente da região Sul do Brasil, a maioria das entidades do movimento da região Sudeste seguiu o modelo de certificação por auditoria individual, baseado na existência de uma terceira parte, responsável pelo desenvolvimento de um sistema de qualidade na certificação realizada a partir da visitação ao local da produção, por auditores. Nesse modelo, a figura do inspetor externo é fundamental como meio de verificação do padrão de qualidade orgânico. Como na maioria das entidades da região sudeste, o Estado de São Paulo também é caracterizado por este tipo de certificação.

Entretanto, dada a característica econômica, é impossível para a maioria dos produtores familiares pagarem uma visita de inspeção externa por um organismo certificador. Especialmente quando a inspeção deve ser feita por um inspetor de certificadora internacional, por requerimento do mercado importador. Deste modo, desde a metade da década de 80, um sistema veio se desenvolvendo, usando o fato dos pequenos produtores serem organizados, terem uma estrutura de apoio interno, um sistema interno de controle, podendo realizar uma inspeção local efetiva, de baixo custo. A *International Federation of Organic Agriculture Movements - IFOAM* (2004) começou um debate sobre certificação de grupos de produtores, mas só em 1996 estabeleceu as primeiras diretrizes para organismos certificadores reconhecidos por ela. O principal critério é a existência de uma estrutura de controle interno da organização de pequenos produtores para garantir a conformidade dos indivíduos de forma objetiva. As práticas realizadas eram bastante diversas e, para padronizá-las, foram realizados três encontros, de 2001 a 2003, que resultaram numa diretriz com os seguintes aspectos fundamentais: 1) exigência de um Sistema de Controle Interno – SCI; 2) orientação de como inspecionar e avaliar os SCIs, incluindo a avaliação de risco como parte do SCI, apresentando recomendações para o processo de certificação; 3) definição de procedimentos para certificação de grupos como: não-conformidades, sanções e taxa de re-inspeção.

A IFOAM argumenta que o sistema de um SCI funcional, junto com uma avaliação/inspeção por um corpo de certificação de terceira parte, oferece um sistema de garantia orgânica confiável, senão melhor. O sistema oferece dois níveis de controle e encoraja a organização do grupo, aumentando a capacidade total dos membros individuais dentro do grupo de institucionalizar, promover e desenvolver boas práticas de gestão.

A definição de Sistema de Controle Interno – SCI, segundo a IFOAM (2004) é um sistema de garantia da qualidade documentado que permite a certificadora delegar a inspeção anual de produtores individuais a um operador dentro de uma organização identificada de produtores. A principal tarefa da certificadora é avaliar a adequação do SCI, dentro da organização.

Uma descrição documentada de todos os procedimentos para seu funcionamento é um dos elementos básicos para um SCI funcional, conforme o padrão IFOAM. Essa descrição documentada deve conter informações da estrutura de gestão do grupo, regras de quem pode entrar no grupo, como entram, como se exclui (regras de sanção), como produzir, treinamento de pessoal, do sistema de avaliação de risco das propriedades implantado e do grupo em geral.

As normas da IFOAM são reconhecidas internacionalmente e antes da nova lei brasileira de orgânicos de 2003 existia respaldo para este tipo de certificação no Brasil, por meio da Instrução Normativa MAPA n.º 6 de 2002, que abria a perspectiva da certificação de grupos de produtores organizados e estabelecia o perfil de tais grupos e as condições de sua certificação. Era uma prerrogativa voltada para aumentar a possibilidade de acesso ao serviço, uma vez que este procedimento pode resultar em redução considerável dos custos de certificação. Com a aprovação da Lei 10.831 de 23/12/2003 a IN n.º 6 não é mais válida. O governo provisoriamente a substituiu pela Instrução Normativa n.º 16 de 11 de junho de 2004, que revoga a IN 6, que terá validade até o prazo que vier a ser estabelecida a regulamentação da Lei nº 10.831 (GAO, 2004).

Há também respaldo para esse tipo de certificação no guia da ISO 53. O guia ISO 53 é uma abordagem da utilização do sistema da qualidade de um fornecedor em certificação de produto por terceira parte. Fornecedor, neste guia, é visto como a parte responsável pelo produto, processo ou serviço capaz de assegurar que a garantia da qualidade é praticada. Esse guia foi feito para a garantia da qualidade na indústria e composto de três fases: qualificação (o fornecedor se qualifica para a certificação). Nessa fase é necessária a capacitação dos produtores por meio de treinamento. Em seguida, a fase de certificação. Por

último, a fase de acompanhamento (fase pós-certificação, para manutenção dos padrões certificados).

O treinamento respaldado pela ISO 53 é um instrumento de qualificação e de futura manutenção dos padrões certificados e para que exista uma melhora contínua nos procedimentos do SCI. Entretanto, no manual da IFOAM consta que o treinamento não é serviço de uma certificadora, não é obrigatório, mas existe essa possibilidade de fazê-lo quando um grupo está começando a se organizar. A diretriz informa que deve existir um limite sobre o inspetor externo explicar como, por exemplo, sanções devem ser implementadas. A IFOAM propõe que diretrizes de como um grupo e/ou um SCI deveriam funcionar podem ser estabelecidas. Esta informação pode ser enviada aos grupos quando estão começando, de forma genérica, por meio, por exemplo, de um manual. Existe, portanto, a possibilidade de um treinamento! A mesma coisa pode ser feita com relação ao treinamento do inspetor interno. A IFOAM recomenda e incentiva que o inspetor interno seja um produtor local, mas podem ser também técnicos ou consultores.

No sistema de certificação de grupos de produtores da IFOAM, o sistema de avaliação de risco é considerado parte do SCI (Sistema de Avaliação Interna). A avaliação e re-inspeção devem estar sintonizadas com os riscos assim como o SCI em si mesmo. Para a certificadora, uma avaliação de riscos melhora a efetividade das visitas de avaliação e é faz uso mais efetivo do tempo. Para isto é necessário estar alerta aos riscos. É recomendado que avaliações de riscos sejam feitas com a participação do grupo de produtores, uma vez que os riscos determinam como o SCI deve ser desenhado e com o inspetor/avaliador externo. A IFOAM abre a possibilidade da avaliação de risco ser feita conjuntamente, pelo inspetor externo e os produtores. Riscos podem mudar ao longo do tempo, portanto, devem ser feitas avaliações a cada período de tempo. O acompanhamento da avaliação de risco feita pelo inspetor externo e os produtores daria aos últimos melhores condições de avaliar o SCI e de realizar sua averiguação sobre a qualidade do sistema implantado. Esses procedimentos parecem permitir a introdução de processos mais participativos dentro do grupo, além de ampliar a possibilidade de controle social, reduzindo-se as exigências de informação para garantir a característica orgânica do processo.

As diretrizes da IFOAM também sugerem que a avaliação de risco seja feita em dois níveis: a) no nível do ambiente da produção e da cadeia produtiva; e b) sobre a qualidade do SCI. Esta segunda avaliação pode ser feita por meio de *checklists* desenvolvidos pela IFOAM (ainda estão em fase de construção) e que são sempre apresentados na forma de diretrizes. A avaliação de risco inclui riscos internos e externos à propriedade.

O Sistema de Avaliação de Risco (SAR), portanto, baseia-se em um processo compartilhado entre o auditor externo e o grupo que busca certificação para identificar quais são os principais fatores de risco na perspectiva social, econômica, cultural e tecnológica, os quais podem levar elementos do grupo ao descumprimento das normas ou regulamentos acordados. Em função deste diagnóstico são desenhados o sistema de amostragem e os principais pontos a sofrerem auditoria. O processo de avaliação de risco pressupõe atualização contínua, exige reavaliação no início e no fim de cada visita (programada ou sorteada) através de reunião do grupo com o auditor externo. Essas avaliações podem levar às alterações no próprio Sistema de Controle Interno (SCI), simplificando-o ou dando-lhe maior complexidade, alterando o *checklist* utilizado a base para a construção do Sistema de Controle Interno com o envolvimento dos produtores familiares<sup>6</sup>.

A IFOAM, por outro lado, defende que o sucesso de se usar o SAR (Sistema de Avaliação de Risco) como ferramenta depende do treinamento do inspetor como um avaliador do SCI e do seu conhecimento da área, do cultivo, do comportamento da pessoa; enfim, de sua capacidade, interesse e entusiasmo em identificar e avaliar os riscos diplomaticamente.

Parece que é efetiva e abrangente a falta de prática dos produtores com relação as diretrizes e informações normativas da certificação em grupo. Pesquisas realizadas dentre grupos de pequenos produtores certificados da Costa Rica (Soto, 2003) identificaram problemas semelhantes aos produtores do Brasil. Ambos os grupos de produtores sentem dificuldade de acesso às informações adequadas sobre os custos, por exemplo. Sentem falta de uma harmonização entre as normas nacionais e as internacionais; *não sabem quais são os requisitos do próprio processo de certificação, no que diz respeito à duplicidade ou triplicidade de certificação, assim como não entendem as não-conformidades de aspectos que são regulados de forma diferenciada por diferentes legislações (ex: biofermentos)*. Há falta de documentação: o produtor não registra suas atividades, tanto no nível individual da propriedade, como no nível de organização; os custos são altos, tanto para a certificação, como para a implantação do Sistema de Controle Interno – SCI, além de não saberem o manejo adequado do SCI.

A prática observada na certificação de grupo na Costa Rica não incentiva o produtor local a exercer a função de inspetor interno, justamente pela facilidade de contratar um

---

<sup>6</sup>CARVALHO, Y.M.C.. Movimento de Agricultura Orgânica. Disponível em: [orgânica@grupos.com.br](mailto:orgânica@grupos.com.br) acesso em: 21/03/2005. Conceito elaborado pela coordenadora do GT de justiça social para discussão no e-group do GAO – Grupo de Agricultura Orgânica – MAPA.

O Sistema de Avaliação de Risco (SAR), portanto, baseia-se em um processo compartilhado entre o auditor externo e o grupo que busca certificação para identificar quais são os principais fatores de risco na perspectiva social, econômica, cultural e tecnológica, os quais podem levar elementos do grupo ao descumprimento das normas ou regulamentos acordados. Em função deste diagnóstico são desenhados o sistema de amostragem e os principais pontos a sofrerem auditoria. O processo de avaliação de risco pressupõe atualização contínua, exige reavaliação no início e no fim de cada visita (programada ou sorteada) através de reunião do grupo com o auditor externo. Essas avaliações podem levar às alterações no próprio Sistema de Controle Interno (SCI), simplificando-o ou dando-lhe maior complexidade, alterando o *checklist* utilizado a base para a construção do Sistema de Controle Interno com o envolvimento dos produtores familiares<sup>6</sup>.

A IFOAM, por outro lado, defende que o sucesso de se usar o SAR (Sistema de Avaliação de Risco) como ferramenta depende do treinamento do inspetor como um avaliador do SCI e do seu conhecimento da área, do cultivo, do comportamento da pessoa; enfim, de sua capacidade, interesse e entusiasmo em identificar e avaliar os riscos diplomaticamente.

Parece que é efetiva e abrangente a falta de prática dos produtores com relação as diretrizes e informações normativas da certificação em grupo. Pesquisas realizadas dentre grupos de pequenos produtores certificados da Costa Rica (Soto, 2003) identificaram problemas semelhantes aos produtores do Brasil. Ambos os grupos de produtores sentem dificuldade de acesso às informações adequadas sobre os custos, por exemplo. Sentem falta de uma harmonização entre as normas nacionais e as internacionais; não sabem quais são os requisitos do próprio processo de certificação, no que diz respeito à duplicidade ou triplicidade de certificação, assim como não entendem as não-conformidades de aspectos que são regulados de forma diferenciada por diferentes legislações (ex: biofermentos). Há falta de documentação: o produtor não registra suas atividades, tanto no nível individual da propriedade, como no nível de organização; os custos são altos, tanto para a certificação, como para a implantação do Sistema de Controle Interno – SCI, além de não saberem o manejo adequado do SCI.

A prática observada na certificação de grupo na Costa Rica não incentiva o produtor local a exercer a função de inspetor interno, justamente pela facilidade de contratar um

---

<sup>6</sup>CARVALHO, Y.M.C.. Movimento de Agricultura Orgânica. Disponível em: [orgânica@grupos.com.br](mailto:orgânica@grupos.com.br) acesso em: 21/03/2005. Conceito elaborado pela coordenadora do GT de justiça social para discussão no e-group do GAO – Grupo de Agricultura Orgânica – MAPA.

técnico ou consultor já capacitado. A lógica da certificação não é baseada num sistema de avaliação de risco e o treinamento para esse tipo de mudança de organização também não é promovido.

Já no Brasil, a prática da certificação de grupo, segundo os estudos de Medaets, no ano de 2003, apresentou baixo grau educativo, baixo nível de participação do produtor no processo, os documentos e registros são extensos e rigorosos, centralizados.

Em vista desses dados, é inevitável o questionamento: será possível superar as críticas melhorando o processo de inclusão do produtor na garantia da qualidade do produto? O processo brasileiro parece estar construído menos no espírito do protagonismo do Agricultor Familiar que lhe deu origem e mais na lógica do sistema por auditoria!

### **2.3 A Certificação de grupo realizada pela AAOcert com o grupo de produtores - APROVE .**

Embora as críticas em relação à certificação de grupo por auditoria externa praticada no Brasil sejam bem negativas, a certificadora AAOcert ao longo dos anos tem demonstrado ser comprometida com a agricultura familiar. Seja pelo seu histórico, diversas atividades envolvendo os produtores, seja pelos documentos como o estatuto da associação e da certificadora ([www.aao.org.br](http://www.aao.org.br) , 24/09/2004).

Segundo a consultora da AAOcert, para gestão de processos de certificação e qualidade (anexo 2.3), até 2002, a AAO era somente uma associação de produtores e com a evolução e a necessidade do mercado passou a certificá-los. A associação tinha somente um tipo de certificação para todos os tipos de produtores, fosse familiar ou não, era a certificação individual por auditoria. Antes desse período não se exigia um inspetor interno e quem fazia a inspeção era um inspetor da AAOcert; inspetor este que desempenhava sua função sem muitos resultados positivos para o produtor, pois sua função não era educar, mas somente apontar os problemas, ou, mais tecnicamente, as não-conformidades.

A partir de 2002 a AAO foi dividida entre associação e certificadora e as linhas de ação foram revistas com o objetivo de possibilitar que organizações de produtores, efetivamente organizadas, pudessem obter uma certificação onde a responsabilidade é partilhada, onde o controle é partilhado, possibilitando procedimentos por amostragem

diminuindo custos. A intenção era que se atingisse autonomia nos procedimentos de certificação, portanto, a organização do grupo era condição necessária e fundamental.

Segundo a consultora, o estabelecimento das novas regras de certificação de grupo não visa treinamentos ou elaboração de cartilhas para ajudar aos produtores a se organizarem. Existe um guia no site da AAOcert que informa os passos para se obter uma certificação de grupo, mas não contém indicações ou perguntas orientadoras para auxiliar ao grupo na elaboração de seus procedimentos. As informações dadas ao grupo para a implantação do novo sistema são informais, por meio de ligações telefônicas, apenas para tirar dúvidas sobre as não-conformidades.

Para a mudança das novas regras, a certificadora optou por implantá-las primeiramente num grupo de produtores que estavam em processo inicial de organização, os produtores da Associação dos Produtores Orgânicos do bairro Verava, Ibiúna – APROVE. Esse grupo é o primeiro a estar implantando esse novo sistema de certificação de grupo por auditoria externa, ainda em construção, e com maior avanço na implantação desse sistema no grupo.

### **O processo de certificação de grupo da AAOcert com o grupo APROVE**

O caso do grupo APROVE foi diferente da proposta da AAOcert. O processo partiu do grupo, mais democrático. O grupo procurou a associação e não a certificadora, devido a problemas com uma comercializadora. O objetivo do grupo na busca de orientação era criar independência na resolução de problemas técnicos da produção. A associação, então, construiu uma proposta de trabalhar com esses produtores, usando uma metodologia de levantamento de problemas e proposta de soluções em cima das necessidades dos grupos participantes. Os principais problemas apontados foram referentes à comercialização, à compostagem e à qualidade da água. O processo contribuiu, segundo a técnica da AAO, para as soluções esperadas. O processo foi construído com o envolvimento do grupo. Esse trabalho foi iniciado pela associação e por conhecimento das novas regras de certificação, a técnica passou o caso para a certificadora porque o grupo mostrou progresso na sua organização em relação à resolução de problemas técnicos.

A AAOcert, devido ao grau de organização do grupo, incentivou que o inspetor interno pudesse ser um produtor local. Foi escolhido então, dentre os produtores do grupo, um produtor local para fazer um estágio junto a um inspetor externo. O estágio foi feito com

o produtor fazendo visitas de campo, em conjunto com o inspetor, com o objetivo de acompanhar as etapas de um processo de inspeção. Em seguida foi feita uma reunião para esclarecimento de dúvidas com o futuro inspetor local e mais dois membros do grupo.

A certificadora deixou a discussão da construção do SCI para o grupo. O SCI não é construído em conjunto com o inspetor externo e não é baseado em cima de uma avaliação de risco, conforme proposto pela IFOAM. O SCI deve ser construído baseado nas normas de produção, verificando-se seus principais pontos; deve conter procedimentos que mostrem o que e como cada produtor produz, e se produz segundo as normas de produção, e com regras claras para dizer quem pode e como entram e como podem ser excluídos. São necessários registros de produção de todos os produtores e suas propriedades centralizados em alguém que seja designado para coletar, organizar e recolher esses registros e disponibilizá-los para a AAOCERT.

As regras do SCI construídas pelo grupo só foram em parte bem sucedidas porque o grupo já tinha recebido algum tipo de orientação junto com a associação de produtores e vínculos com outras organizações para ajudá-los na elaboração das regras.

Apesar do esforço da certificadora em capacitar os produtores para uma nova forma de certificação, eles continuam tendo as dificuldades anteriormente verificadas, com a certificação individual. As dificuldades mais freqüentes são: preenchimentos de registros e a elaboração *do checklists*.

Quando da elaboração dos documentos, não houve discussão com os produtores, apenas o inspetor interno opinou sobre o que compreendia ou não das normas. Não houve diálogo entre os membros do grupo sobre a importância *checklist*. A maioria disse não ter tempo para o registro dos documentos. O inspetor local mostrou-se inabilitado para preencher os registros por falta de treinamento, teve que refazer mais de uma vez cada um deles.

A primeira inspeção externa já foi feita pela certificadora e a avaliação do grupo resultou insatisfatória, principalmente quanto ao preenchimento dos registros individuais e do inspetor local. A avaliação também apontou as próximas etapas que o grupo deveria construir, sendo elas o monitoramento, acompanhamento e as regras de sanções para comportamentos fora daqueles acordados pelo grupo.

A certificadora não discutiu com o grupo como serão essas ações. É esperado que o inspetor interno elabore o sistema em conjunto com os demais produtores. Não existe guia para esses procedimentos.

Em suma, apesar do empenho do grupo para se organizar, a pesquisa demonstrou que as novas regras de certificação de grupo da AAOcert não estão ajudando a organização de uma maneira eficiente. Algumas ações foram bem sucedidas por causa do histórico relacional do grupo com outras organizações, facilitando a construção de determinados procedimentos. Por outro lado, ações novas para o grupo estão sendo mais difíceis de serem praticadas, justamente porque a certificadora não oferece treinamento nessas áreas.

As críticas da certificação de grupo por auditoria externa no Brasil continuam válidas e é preciso, portanto, identificar mecanismos que possibilitem a capacitação do grupo, para que ele avance de forma gradativa e eficiente na construção de um SCI adequado à sua realidade local. É necessário um mecanismo que facilite a mudança institucional do grupo.

Em suma, o sistema da AAOcert não promove treinamentos ou informações orientadoras e adequadas para o produtor internalizar o conhecimento necessário para construir suas ações coletivamente, além disso, a diretriz da IFOAM para o grupo é basear suas ações em um sistema de avaliação de risco promovido pela certificadora.

#### **2.4 A importância da participação dos produtores no processo de certificação (feira da AAO x certificação por auditoria individual)**

Apesar do esforço de algumas certificadoras comprometidas com a agricultura familiar terem buscado soluções para redução do impacto causado aos produtores, não têm obtido grandes resultados positivos. Experiências recentes indicaram alguns caminhos que estão ajudando esses produtores a construírem, gradativamente, regras mais claras e a praticá-las efetivamente.

Pensou-se em que medida existe o interesse e capacidade dos produtores orgânicos familiares Paulistas, por organizarem-se e construírem suas próprias regras na Feira de Produtos Orgânicos da AAO – Associação de Agricultura Orgânica no Parque da Água Branca, SP. Em que medida a participação dos produtores na construção de regras levaria a resultados mais positivos e práticos.

#### **A Feira da Associação de Agricultura Orgânica – AAO**

O movimento da agricultura orgânica em São Paulo desenvolveu-se simultaneamente ao do resto do país, como resposta ao avanço da agricultura "quimificada". Antecedem a este

movimento, de base nacional, experiências trazidas por grupos de migrantes que aportaram no país com seus princípios filosóficos e espirituais (Carvalho, 2005).

Em São Paulo, os movimentos foram se destacando, como a agricultura biodinâmica, natural, entre outros, até 1989. A partir de então, consideraram que deveriam integrar-se para o avanço do movimento em todo o Estado. Assim, deu-se origem à formação de uma nova entidade, a Associação de Agricultura Orgânica – AAO, através da qual criou-se a "Feira de Produtos Orgânicos no Parque da Água Branca", na cidade de São Paulo, em 23 de fevereiro de 1991.

A feira de orgânicos do Parque Água Branca tornou-se o ponto de referência e de encontro dos movimentos do Estado de São Paulo. A maior parte dos produtores feirantes cultiva hortaliças, seguimento caracterizado pela forte concorrência. Optou-se por analisar a citada feira por ter sido a pioneira no Estado, além de que, o tempo em que os produtores passam lá favorece a este pesquisador na observação e na análise do processo de construção do capital social..

### **Tipologia dos Produtores da Feira**

Para identificar o interesse e capacidade de organização dos produtores familiares na Feira da AAO foi necessário, primeiramente, identificar que tipo de produtores eles são. Escolheu-se o método de entrevistas para a tipificação posterior. (Anexo 2.2).

A primeira elaboração de tipificação dos produtores da Feira da AAO foi feita por Assis (2002). O pesquisador entrevistou a 20 produtores. Na pesquisa não foi mencionado o ano de sua realização, entretanto, levando em consideração que seu trabalho foi concluído em 2002, pressupõem-se que os estudos foram feitos entre 2000 e 2001. Considerando os dados externos a este trabalho, 37 produtores foram cadastrados na feira naquele período, e, supostamente, foram 17 produtores sem levantamento na época, correspondendo a 46% do total.

Dos 20 entrevistados, inicialmente, o pesquisador classificou os produtores em 3 tipos: empresa familiar (F), empresa de gerência familiar (G), e empresa capitalista (C). Devido a diferença no padrão de capitalização, posteriormente, Assis acrescentou aos produtores do tipo C uma subdivisão neste sentido, separada em 3 grupos (C1, C2, C3) de acordo com o número de empregados.

Assis define o tipo F como sendo uma empresa familiar, em que terra e trabalho são os principais recursos produtivos e a produção é voltada para o mercado.

O tipo G caracteriza-se pela contratação de trabalhadores alheios a família, têm até dois empregados, também com produção voltada para o mercado.

O tipo C é semelhante ao tipo G, apenas, é aquela que tem mais de dois empregados não-membro da família e cabe ao proprietário somente as tarefas de administração e direção da produção.

No processo de pesquisa não conseguimos dados suficientes para adotar à tipificação de Assis como única, após a análise dos dados colhidos junto aos produtores da feira, optamos por um critério de tipificação semelhante, porém com nomenclatura diferente.

**Grupo 1 – exclusivamente familiar** – baseado somente na mão-de-obra familiar na produção, correspondendo ao grupo F de Assis.

**Grupo 2 – familiar** – caracterizado como uma unidade de produção familiar com até 2 empregados fixos, correspondente ao grupo G de Assis.

**Grupo 3 – patronal** – caracterizado como unidade de produção com 3 ou mais empregados fixos e dissociação do trabalho produtivo do administrativo, correspondente ao grupo C de Assis. A diferença do tipo C construída por Assis não foi levada em consideração neste trabalho. O tipo C1, C2 e C3 foram colocados como patronal. Desta forma, os dados de Assis (2002), foram ordenados da seguinte maneira:

TABELA 1 - Classificação dos Produtores, por Tipo, Feira da AAO

Tipo de produtor	n.	%
F - Empresa familiar (exclusivamente familiares)	4	20
G - Empresa de gerência familiar (familiares)	4	20
Total de empresas familiares	8	40
C1 - Empresa capitalista com desde 3 até 5 empregado	8	40
C2 - Empresa capitalista com desde 6 até 10 empregados	3	15
C3 - Empresa capitalista com 11 ou mais empregados	1	5
Total de empresas capitalistas (patronal)	12	60
Total	20	100
Sem levantamento <sup>1</sup>	17	46
Total + sem levantamento <sup>1</sup>	37	100

<sup>1</sup>Dados incluídos pelo autor deste trabalho.  
Fonte: Assis (2002).

A Feira atualmente tem um total de 32 produtores. A pesquisa do levantamento atual foi feita com 25 produtores (representando 78,12% do total dos produtores da feira) em

fevereiro de 2005. Os outros 7 produtores não quiseram responder a entrevista, alegando falta de tempo, mas aceitaram responder algumas poucas perguntas que permitiram identificar o grupo a que pertencem (Tabela 2).

O Grupo 1 é caracterizado como *exclusivamente familiar*, isto é, quase nenhuma mão-de-obra não-familiar na produção. Noventa por cento (90%) desse grupo não têm empregados fixos e apenas dez por cento (10%) usa mão-de-obra temporária. A representação desse grupo, mesmo contando com aqueles que não responderam ao questionário, é de 34,37% do total de entrevistados. Por outro lado, em 2001 a pesquisa de Assis (2002) mostrou que esse grupo "exclusivamente familiar" correspondia a 20% do total do grupo em 2001. Essa diferença está provavelmente associada ao fato da pesquisa deste último trabalho ter sido feita somente com 20 produtores de um total de 37. Este grupo de produtores é caracterizado também é caracterizado pelo baixo grau de instrução dos produtores (63,63% têm estudo abaixo do ensino médio). Apenas um produtor tem nível universitário, comprovando o estudo de Assis que mostra este grupo como o de menor grau de escolaridade em relação aos demais, embora seu estudo não tenha abrangido todo o universo deste tipo de produtor.

O Grupo 2 é familiar, conta com até dois empregados fixos, a maioria é proprietário de terra. Em 2005 os produtores deste grupo compunham os 34,37% do total, contra os 20% em 2001. Essa diferença é pela mesma razão exposta no parágrafo anterior (Grupo 1). Com relação a escolaridade, o Grupo 2 é mais heterogêneo, 36,36% cursou até o ensino fundamental, 36,36% o ensino médio e 18,18% tem nível universitário. A pesquisa de Assis (2002) também mostrou uma evolução no quesito "nível de instrução": 60% dos produtores tinham apenas primeiro grau incompleto. (Obs.: No levantamento atual, apenas um produtor deste grupo ficou sem completar as informações, entretanto, conseguimos verificar que ele possui o ensino médio completo, assim, passamos de 36,36 % para 45,45%.)

O Grupo 3 é tipificado como patronal. O nível de instrução desses produtores é o maior, com 70% deles possuem nível superior e 20% nível médio (Esses números incluem os produtores sem levantamento também). Os produtores do Grupo 3 correspondem a 20% do total de produtores participantes da feira. Já a pesquisa de Assis (2002:54) mostrou que 60% dos produtores da feira da AAO são do tipo "empresa capitalista", com mais de 3 empregados. A mesma pesquisa também mostrou que 50% daqueles produtores ("empresa capitalista") possuíam nível superior de ensino. Vê-se que há um contraste significativo na pesquisa de Assis, com relação ao quesito escolaridade, pois, 40% produtores desse grupo "capitalista" estão no nível de primeiro grau incompleto. A nossa pesquisa verificou que

dentre este grupo ( Grupo 3) apenas 10% possuem nível fundamental incompleto. Verificou-se, inclusive, que o nível de informação dos produtores é melhor em relação aos grupos 1 e 2, o contato com esses produtores e o nível de leitura deles também foram melhores.

O trabalho de Assis *et al* (1996) demonstrou que as iniciativas pioneiras na agricultura de orgânicos, especialmente as hortaliças, partiram de agricultores de origem urbana. No caso dos produtores da feira, especialmente aqueles do grupo 1, segundo o levantamento, a maioria vem de regiões rurais, são produtores tradicionais, produtores familiares descapitalizados por causa do processo convencional, Vêm a nova tecnologia como uma solução para seus problemas econômicos.

Por outro lado, o Grupo 3 mostrou ser verdade que a maioria desses produtores vem do espaço urbano, e possui outra fonte de renda, mas nem todos têm mais de seis anos de experiência, além disso, alguns produtores desse produtores com nível superior não são considerados “neo-rurais”<sup>4</sup>, são produtores com forte tradição na cultura agrícola familiar. Nossa pesquisa também comprova os dados de Assis quanto a essa maior tendência de utilização de empregados fixos na propriedade. Grande parte do conhecimento dos produtores sobre o manejo de orgânicos é devido ao trabalho pioneiro da AAO para convertê-los à produção de orgânicos logo no início de suas atividades. A atualização desse conhecimento é feita pela troca de informações com outros produtores.

Alguns ex-presidentes da AAO dizem que no início de suas atividades a conversão para agricultura orgânica foi feita com produtores descapitalizados e que tiveram muitas dificuldades para comercializar seus produtos. O pesquisador Assis (2002:55) afirma que os horticultores mais capitalizados foram os pioneiros da agricultura orgânica. Esta afirmação de Assis confirma a importância do capital e sua influência na conversão para o processo de produção de orgânicos.

---

<sup>4</sup>Produtores neo-rurais – categoria constituída por pessoas do meio urbano, com ou sem antecedentes rurais e uma forte motivação ideológica na adoção da agricultura orgânica, possuindo outra fonte de renda ou pequeno estoque de capital, facilitando o processo de conversão (Assis, 2002).

TABELA 2- Tipologia dos Produtores da Feira da AAO, 2005<sup>1</sup>

Tipo de produtor	N. de produtores	%	Grau de instrução <sup>2</sup>														
			A			B			C			D			E		
			n.	%	s/l	n.	%	s/l	n.	%	s/l	n.	%	s/l	n.	%	s/l
<b>Grupo 1 - exclusivamente familiares</b>																	
Sem empregado	10	90	1	9,09	3	27,27	3	27,27	2	18,18	1	9,09					
Um empregado temporário	1	10						1	9,09								
Subtotal	11	100	1	9,09	3	27,27	3	27,27	3	27,27	1	9,09					
Sem levantamento <sup>3</sup>	0	0															
Subtotal + sem levantamento	11	100	1	9,09	3	27,27	3	27,27	3	27,27	1	9,09					
<b>Grupo 2 - familiares</b>																	
Um empregado fixo	5	45,45			1	9,09	1	9,09	1	9,09	2	18,18					
Dois empregados fixos	2	18,18							2	18,18							
Um empregado fixo e um temp.	1	9,09						1	9,09								
Até dois meeiros	2	18,18			1	9,09			1	9,09							
Subtotal	10	90,9			2	18,18	2	18,18	4	36,36	2	18,18					
Sem levantamento <sup>3</sup>	1	9,09							1	9,09							
Subtotal + sem levantamento	11	100			2	18,18	2	18,18	5	45,45	2	18,18					
<b>Grupo 3 - patronais</b>																	
Três empregados fixos ou mais	2	20							1	10	1	10					
Três meeiros e dois fixos ou mais	2	20			1	10					1	10					
Subtotal	4	40			1	10			1	10	2	20					
Sem levantamento <sup>3</sup>	6	60							1	10	5	50					
Subtotal + sem levantamento	10	100			1	10			2	20	7	70					
Total menos sem levantamento	25	80	1	4	6	24	5	20	8	32	5	20					
Total geral	32	100							2	6,25	5	15,62					

Tipo de produtor	N. de produtores	%	Problemas apontados pelos produtores da Feira da AAO com relação às normas e certificação <sup>4</sup>											
			A		B		C		D					
			n.	%	n.	%	n.	%	n.	%				
<b>Grupo 1 - exclusivamente familiares</b>														
Sem empregado	10	90	9	81,81	10	90,90	9	81,81	10	90,90				
Um empregado temporário	1	10	1	9,09	1	9,09	1	9,09	1	9,09				
Subtotal	11	100	10	90,9	11	100	10	90,9	11	100				
Sem levantamento <sup>3</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Subtotal + sem levantamento	11	100												
<b>Grupo 2 - familiares</b>														
Um empregado fixo	5	45,45	1	9,09	1	9,09	3	27,27	3	27,27				
Dois empregados fixos	2	18,18	2	18,18	2	18,18	2	18,18	2	18,18				
Um empregado fixo e um temp.	1	9,09	1	9,09	1	9,09	1	9,09	1	9,09				
Até dois meeiros	2	18,18	1	9,09	1	9,09	1	9,09	1	9,09	0	0		
Subtotal	10	90,9	5	45,45	5	45,45	7	63,63	6	54,54				
Sem levantamento <sup>3</sup>	1	9,09	0	0	0	0	0	0	0	0				
Subtotal + sem levantamento	11	100												
<b>Grupo 3 - patronais</b>														
Três empregados fixos ou mais	2	20	0	0	1	10	1	10	1	10	1	10		
Três meeiros e dois fixos ou mais	2	20	0	0	0	0	1	10	1	10	1	10		
Subtotal	4	40			1	10	2	20	2	20	2	20		
Sem levantamento <sup>3</sup>	6	60	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Subtotal + sem levantamento	10	100												
Total menos sem levantamento	25	80	15	60	17	68	19	76	19	76	19	76		
Total geral	32	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		

<sup>1</sup>O cálculo das porcentagens foi resultado do número de produtores dividido pelo tipo.

<sup>2</sup>A - 4º série do ensino fundamental incompleto, B - 4º série do ensino fundamental completo, C - 8º série do ensino fundamental completo, D - ensino médio completo, E - 3º grau completo.

<sup>3</sup>São os que não quiseram responder o questionário alegando falta de tempo.

<sup>4</sup>A - dificuldade de entendimento das normas, B - dificuldade em colocá-las em prática, C - dificuldade em registrar as informações solicitadas pela AAOcert e preenchimento de registros, D - dificuldade de organização dos produtores da Feira.

Fonte: Levantamento de campo em Fevereiro de 2005.

(para ver o questionário que norteou as entrevistas com os produtores ver **ANEXO 2.2**).

### **Interesse e capacidade dos produtores da feira relacionados à certificação da AAOcert.**

A maioria esmagadora dos produtores classificados no Grupo1 diz não entender as normas da AAOcert (certificadora), 90,9% deles responderam ter essa dificuldade. Durante as entrevistas percebemos a dificuldade dos entrevistados em responder questionário de nossa pesquisa. Foi preciso explicar as perguntas detalhadamente para que entendessem-nas com clareza.

O impressionante é que 100% dos produtores do Grupo1 sentiram um ou outro tipo de dificuldade para colocar as normas em práticas; 90,70% acharam difícil preencher os registros e/ou planilhas da AAOcert para obter a certificação; 9,1% disseram ter pouca dificuldade. Alguns produtores costumam pagar um técnico ou agrônomo para preencher os registros, mas esse procedimento gera mais um custo, além de que aqueles que não pagam terminam também não preenchendo os tais registros e são acusados de "não-conformidade" para com as normas.

Outro dado impressionante: cem por cento (100%) dos produtores do Grupo1 mostraram dificuldades para se organizarem! Todos eles disseram não ter nenhum tipo de treinamento e/ou capacitação para entenderem ou colocarem em prática as normas da certificadora. Quase 90% dos produtores têm dificuldade com a compostagem (confirmando a pesquisa de Assis). O problema é que, devido a falta de informações sobre o assunto, essas dificuldades são estendidas desde o início até a fase final do manejo com o orgânico.

Os produtores do Grupo 2 com grau de instrução mais baixo também tiveram dificuldades para entender o questionário de nossa pesquisa. De modo geral o grupo, entende as normas, mas quase metade deste grupo (45,45%) disse sentir dificuldades para colocar as normas em prática. Apesar de a maioria deste grupo ter maior grau de instrução (em relação ao Grupo1), 63,63% apresentaram suas dificuldades no preenchimento de registros e documentos.

As dificuldades mais comuns entre os produtores do Grupo2 foram, de um lado, não saberem preencher os registros ( devido ao baixo grau de instrução deste grupo), por outro lado, a falta de tempo para esta tarefa, tempo que poderia ser despendido na produção/comercialização, gerando um *trade-off*. Estes produtores também afirmam não receber nenhum tipo de treinamento e/ou capacitação para entenderem ou colocarem em prática as normas da certificadora.

O Grupo 3 não apresentou dificuldades de entendimento das normas, apenas um produtor (10% do total) sentia dificuldade em colocar as normas em prática. Apesar de este grupo apresentar o maior grau de instrução com relação a todos os outros, 20% dos produtores ainda reclamam as dificuldades para preencherem registros e a demora da AAOcert em atender os pedidos de documentos. Um produtor deste grupo com 3º grau completo e consciência plena de sua realidade, por exemplo, disse que sua propriedade é extremamente diversificada, com grande número de produtos e atividades. As necessidades econômicas têm crescido e o aumento da produção ocupa este produtor operacionalmente e os detalhes burocráticos exigidos, por vezes, são difíceis de se efetuar. Alguns, por serem mais esclarecidos, disseram ser inapropriados os documentos e o preenchimento dos registros exigidos pela certificadora. Deveria haver um tipo de documentação e de planilha para cada tipo de produtor, uma para o produtor patronal e outra exclusivamente para o familiar e ou pequeno produtor. Nenhum produtor deste grupo disse recebido da certificadora algum tipo de treinamento e/ou capacitação para o preenchimento dos registros e entendimento de normas. Entretanto, este grupo é o que apresenta um grau de organização maior entre eles, apenas 20% demonstrou ter dificuldades nesta área.

A pesquisa de Assis (2202:67) mostrou que 52,5% dos produtores (não identificando a que grupo pertencem) têm dificuldades iniciais quanto ao aprendizado do manejo orgânico. Em segundo lugar a falta de tecnologia apropriada é ainda uma dificuldade atual dos produtores de hortaliças em geral.

Nossa pesquisa também verificou que alguns produtores do Grupo3 cultivam produtos vegetais, animais e processados. A certificação por auditoria é feita por escopo (vegetal, animal e processado), sendo que cada escopo é um custo à parte. Isto gera um custo total muito alto para o produtor, desmotivando a produção de alguma dessas categorias de produção. Vê-se aqui uma certa incoerência, pois a propriedade orgânica tem que ser diversificada e gerar maior variedade de produtos, mas parece que, nessa lógica, o que ocorre é o contrário.

Em suma, a dificuldade de compreensão das normas e do cumprimento dos registros parece ser diretamente correlacionada com o grau de instrução e, portanto, os mais atingidos são os agricultores familiares. O produtor enfrenta esta dificuldade sem qualquer apoio, seja da AAO, da AAOcert ou de qualquer outra organização.

## **A construção do Regulamento da Feira da AAO**

Devido a vários problemas relacionados ao espaço e a organização da feira, foi proposto pela direção da AAO que se construísse, em conjunto com os produtores, um regulamento, afim de se colocar uma “ordem” nesse espaço de comercialização coletiva, a feira. Essa experiência permitiu que se medisse o interesse do produtor por essa prática coletiva e as capacidades para tanto.

O regulamento interno construído conjuntamente, durante as reuniões periódicas, entre maioria dos produtores da feira e a agrônoma da AAO. Eram discutidos os principais pontos de conflitos na organização e gerência da feira. O regulamento funciona, ainda, como um código de conduta, para garantir aos participantes e aos consumidores um espaço ético e organizado. Esse código foi construído com o intuito de refletir a necessidade do grupo de produtores participantes da feira, e para isto deve ser atualizado periodicamente e ratificado pelas partes interessadas, a saber: produtores, consumidores e Associação.

O espaço da feira é gerido pela comunidade representada na Comissão de Feira. A Comissão é a guardiã dos princípios discutidos nas reuniões; é constituída de três produtores, os quais têm a função de representar os outros nas reuniões e monitorar os problemas referentes à feira.

O regulamento da AAO foi construído por 100% dos produtores do Grupo1. Muitos produtores não tiveram voz nas discussões justamente por não terem conhecimento da matéria discutida ou por não terem sido informados devidamente sobre os objetivos propostos, contudo, foram sempre encorajados a exporem seus problemas. A agrônoma da AAO exerceu um importante papel neste sentido.

Apesar de os níveis de instrução dos produtores da AAO ser bem diverso e de a maioria dos se sentir incapacitado para as discussões, os produtores, de modo geral, foram capazes de expor seus problemas e colocá-los em discussão. Os que participaram mais ativamente gostaram da experiência, sentiram-se mais úteis vendo suas problemáticas sendo expostas nas reuniões e incorporadas ao regulamento, sentiram mais confiança no processo, apesar de suas dificuldade. Observamos que os produtores se sentem desmotivados a participar de outras reuniões, quando os assuntos são outros, não relacionados a organização deles próprios. Assim, dificilmente se relacionam com outros produtores e continua a dificuldade de obterem informações outras para sua capacitação. A maioria dos produtores sabe sobre o papel da Comissão de Feira, porém ainda têm muita dificuldade para

cumprir as normas do regulamento. Felizmente, este problema já está sendo solucionado gradativamente, todos demonstraram identificar as pessoas e a função do monitoramento da feira feito pela AAO em conjunto com a comissão da feira.

Os produtores do grupo 2, por outro lado, participaram mais ativamente do processo de construção do regulamento. Entretanto, a maioria também é desmotivada a participar de outros tipos de reunião porque acham que são discutidos os mesmos assuntos com frequência e são sempre as mesmas pessoas que discutem as questões não solucionando os problemas. Esta é uma das causas, segundo o grupo, da tendência ao individualismo. Este grupo disse que a comissão ainda não tem capacidade para solucionar todos os problemas da feira, passando-os para a AAO. A maioria dos produtores deste grupo também afirma ter mais familiaridade com as normas do regulamento do que com as de certificação, devido terem sido discutidas conjuntamente nas reuniões. Alguns produtores disseram não entenderem as normas do regulamento, mas são produtores que não frequentaram as reuniões de elaboração das regras.

Dentre os produtores do Grupo3, aqueles que participaram da construção do regulamento disseram que a discussão durante a construção do regulamento foi boa e importante para apontar os principais problemas enfrentados pelo grupo. Todos sabem sobre as funções da Comissão de Feira, mas disseram que a comissão não anda agindo como deveria por causa da falta de tempo e de conhecimento de como agir em algumas situações, assim, devolvem a questão para a AAO. Alguns produtores deste grupo apontaram que o monitoramento da feira é feito em conjunto com a comissão, mas que esta não tem a capacitação necessária, deixando passar muitos problemas importantes despercebidos. A Comissão da Feira tem sido útil na solução dos problemas cotidianos apenas. Este grupo foi o que apresentou maior capacidade de expressar sua avaliação sobre a construção do regulamento, talvez justamente nível de instrução dos produtores ser também maior.

### **Considerações Finais**

O fator mais importante associado à exclusão dos agricultores familiares é a dificuldade de compreensão das normas e procedimentos, e não simplesmente a falta de tempo disponível como mencionado por alguns entrevistados. Isto demonstra a necessidade de desenvolver metodologias que possam de alguma forma superar este obstáculo. A participação na construção do regulamento da feira da AAO mostrou-se um instrumento adequado para isto.

Surgiram evidências de que o agente externo é fundamental para a organização do grupo na medida que fortalece a participação dos produtores enquadrados como do grupo 1 e 2 tanto na formulação do contrato com na sua implementação. Ficou demonstrado que antes da provocação da agrônoma da AAO não existia organização do espaço o que levava a crescentes conflitos. A prática do trabalho coletivo mostrou que com o interesse dos produtores foi possível construir normas para organização e minimização de problemas. Todos os produtores foram capazes de participar do processo, principalmente através da identificação de porta vozes para os produtores do grupo 1, dentro dos demais grupos. Relações de afinidade evoluíram espontaneamente para a construção de redes de confiança e credibilidade que constituem-se no “capital social” tecido ao longo dos anos de existência da feira e que supera até laços originais e diferenças de origem étnica. No grupo 1 e 2, agricultores de famílias de origem japonesa indicaram produtor com outras origens como sendo portador da sua confiança, assim como estes últimos indicaram confiar em produtor de origem japonesa para representá-lo.

Quanto a capacidade de compreensão das normas contratadas, os produtores do grupo 1, apresentaram grau de instrução menor em relação aos outros, apresentaram bom entendimento sobre as regras do regulamento, construídas de forma participativa, mas por outro lado, demonstraram pouca capacidade de entendimento das regras de certificação construídas de forma autoritária (“top-down”). O grupo 2, mais heterogêneo, mas com predominância de produtores com pouco nível de instrução (abaixo do ensino médio), demonstrou boa compreensão do regulamento da feira, como os do grupo 1 (mesmo os de maior nível de instrução). Por outro lado, estes mesmos produtores também demonstraram pouca compreensão e capacidade de se organizar para o cumprimento das regras da certificadora. O grupo 3 foi caracterizado como de maior grau de instrução (70% com nível superior). O grupo é bem capacitado e consegue organizar-se melhor em relação as exigências da certificação.

Com o uso de metodologia participativa para a construção do regulamento, todos os grupos, de uma maneira geral, conseguiram maior compreensão das regras envolvidas e uma melhor capacidade de se organizar para implantar essas regras. Por outro lado, o monitoramento ainda não está sendo bem executado sendo necessário o desenvolvimento de regras operacionais para implantar o monitoramento.

Todos os grupos envolvidos mostraram dificuldade no preenchimento de registros e execução das normas de certificação apesar do grupo 3 enfatizar a dificuldade em termos de tempo disponível e não compreensão.

A diversidade dos grupos em termos da escolaridade parece estar associada a um nível diferenciado de participação, comprometendo a capacidade de manifestar suas perspectivas e expectativas. A presença do facilitador permitiu superar esta dificuldade e todos sentiram que suas posições foram consideradas. Todos os grupos manifestaram interesse em se organizarem para a construção do regulamento. Isto também motivou os para ouvir os problemas de todos. Além disso, os produtores dos diferentes grupos, de uma maneira geral, mostraram interesse pelo método participativo não só para a construção do regulamento da feira, mas para as normas de certificação, entretanto, não sabem como fazer este processo efetivamente.

A prática da construção participativa do regulamento identificou a importância do agente externo (neste caso a agrônoma da AAO) para atuar como facilitadora do processo balizando o diálogo, e garantindo o envolvimento de todos. A presença deste agente faz-se necessária para a continuidade do processo de organização principalmente para o fortalecimento do grupo 1 e aprimoramento das normas de monitoramento da feira.

Quanto a participação dos produtores na construção de regras levar a resultados mais positivos na prática destas, o estudo concluiu que o processo participativo da construção das normas do regulamento mostrou que a compreensão das regras do regulamento foi muito maior comparando com as regras de certificação, principalmente pelo grupo 1, indicando uma maior eficiência nesse sentido, por outro lado, o processo de implantação deste regulamento na prática carece de mais aprimoramento do sistema de monitoramento dos produtores, principalmente dos que fazem parte da comissão de feira, em como lidar com problemas e a saber monitorar. Por outro lado mesmo o monitoramento sendo frágil, os produtores conseguiram construir uma estrutura para esse objetivo. O processo participativo do regulamento também demonstrou uma maior compreensão por parte dos produtores dos grupos 2 e 3. Além disso, a construção participativa do regulamento ampliou a voz dos diferentes grupos da feira.

Em suma, a construção conjunta do regulamento mostrou ajudar os produtores na compreensão e clareza das regras a serem usadas, e apesar do monitoramento ainda ser frágil, pesquisas recentes com a coordenadora da associação mostraram, depois de um ano das novas regras, que 95% dos produtores da feira estão cumprindo efetivamente as regras do regulamento. Os 5% que não cumpriram foram produtores do grupo 3. Isso é um indicador de que a medida que os produtores com menor grau de instrução se apropriam do conhecimento isto se reflete em suas ações.

A pesquisa demonstrou a viabilidade da organização dos produtores e o benefício que a utilização do processo participativo na construção das regras de conduta poderá levar ao

âmbito da certificação. Isto sugere a necessidade da introdução de métodos participativos na certificação de grupo por auditoria externa no Estado de São Paulo.

### **3. O PROBLEMA DE PESQUISA**

O problema da pesquisa é encontrar a melhor possibilidade para implantação de um novo sistema de certificação orgânica para os agricultores familiares do Estado de São Paulo, que seja compatível com a legislação brasileira e menos excludente no sentido sócio-econômico-cultural.

Ocorre que, com o avanço da concorrência entre os produtores e a falta de organização dos produtores orgânicos Paulistas, tornou-se emergente a necessidade de se encontrar práticas claras e exequíveis para a inclusão dos produtores nos processos de certificação.

A experiência de construir o Regulamento da Feira da AAO em conjunto com os produtores ajudou, de alguma forma, a solucionar alguns problemas enfrentados por eles. A pesquisa apontou o interesse dos produtores pela construção conjunta das normas para a certificação das famílias produtoras de orgânicos. Porém, a CPR (ainda em fase de regulamentação) e as certificadoras no Brasil parecem dificultar a participação do produtor interessado no processo para que a mudança institucional seja mais efetiva.

Nosso estudo concluiu que é necessária uma mudança institucional imediata. O desafio é descobrirmos estratégias que facilitem a inclusão dos produtores familiares no mercado de orgânicos e que possibilite a participação efetiva deles nos processos de certificação de grupo, em São Paulo e no Brasil.

#### 4. OBJETIVOS E HIPÓTESES

##### **Objetivos Gerais:**

- 1) Melhorar o nível de entendimento sobre os processos de certificação de produtos orgânicos, e assim, contribuir para a potencial participação dos produtores em tais processos.
- 2) Avaliar em que medida a certificação pode ser associada a um método didático-pedagógico, afim de se reduzir as burocracias do Sistema de Controle Interno (SCI) e fortalecê-lo como instrumento de controle social da produção familiar.

##### **Objetivo Específico:**

Verificar se o processo de certificação de grupo da APROVE, proposto pela AAOCert, pode abrir possibilidades de participação e controle social dos produtores na construção de tais processos, desta vez, baseado nas diretrizes da IFOAM e na CPR como marco teórico.

##### **Hipóteses:**

- 1) A diretriz da IFOAM para a construção do Sistema de Controle Interno (SCI) permite considerar processos participativos e com controle social, desenvolvidos como processo pedagógico, a partir do Sistema de Avaliação de Risco (SAR).
- 2) Trabalhar com os grupos a partir da avaliação dos riscos a que estão sujeitos proporciona aos agricultores melhor compreensão sobre o que é o sistema de controle interno que precisam desenvolver.

## 5 - METODOLOGIA

A metodologia de trabalho visa direcionar o estudo até o alcance de seus objetivos; será o caminho pelo qual o estudo seguirá, buscando as respostas para as questões levantadas na pesquisa, até a realização dos objetivos definidos no capítulo 4.

São propostas fundamentais deste estudo: verificar em que medida a certificação dos produtores familiares paulistas pode ser associada a um processo mais pedagógico; verificar dentre as possibilidades aquela que fortaleça o "controle social" e leve à redução dos processos burocráticos no Sistema de Controle Interno – SCI.

A avaliação do processo pedagógico, participação e controle social do grupo foi fundamentada em elementos teóricos identificados na literatura analisada. Em seguida, após identificados os elementos, construí-se indicadores para avaliação do processo pedagógico, comprometimento individual dos produtores para a mudança institucional, o controle social do grupo e sua relação com a certificadora (Capítulos 6 e 7).

O estudo tomou como fonte de pesquisa, análise comparativa e avaliação os processos de certificação de grupo da AAOcert e os produtores da APROVE, da cidade de Ibiúna, Estado de São Paulo.

A avaliação do processo de certificação do grupo APROVE foi um processo que ocorreu em três momentos. A evolução do grupo de produtores foi avaliada através dos indicadores construídos no capítulo 7 para servirem aos objetivos do estudo (momentos 1 e 2). Foi necessário introduzir uma diretriz da IFOAM (por meio da intervenção do pesquisador no grupo) para compararmos o momento 3 com os dois primeiros momentos porque precisávamos verificar se ocorrera alguma mudança na forma do grupo operar durante o processo de construção de seu SCI. Foram utilizados os mesmos indicadores para as avaliações realizadas nos três momentos (Capítulo 9).

**Momento 1** – quando o grupo de produtores começou a operar com o processo de certificação de grupo – utilizamos alguns indicadores para avaliarmos o nível de comprometimento individual, o nível de compreensão de cada produtor sobre a importância da organização social e o tipo de questionamento de cada um sobre o processo nesta etapa, quando tiveram 100% de visitas de inspeção.

**Momento 2** – após 1 ano na certificação de grupo - avaliamos o nível de compreensão dos produtores sobre a importância da organização social e questionamentos

do grupo neste momento. Avaliamos se os questionamentos levantados no momento 1 foram superados/solucionados. Utilizamos indicadores para avaliarmos se houve alteração no nível de participação no "controle social". Neste momento foi verificado se número de visitas do inspetor se manteve. Verificar as tarefas de maior dificuldade dentre o grupo e comparamos os dados com momento anterior (O que foi planejado e o que o grupo ainda não conseguiu fazer? Quais conflitos foram advindos daquela situação e em que medida foram resolvidos?).

Durante o longo período de elaboração do projeto e do estudo, foi preciso ajustar os objetivos, conseqüentemente, foi preciso modificar alguns passos no caminho metodológico, desta maneira, algumas questões do questionário não foram aplicadas aos produtores no primeiro momento da pesquisa. Por este motivo, alguns indicadores que não puderam ser avaliados no "momento1" foram avaliados, junto aos produtores, no decorrer das entrevistas aplicadas no segundo momento. Esta mudança foi importante para que eles, produtores, pudessem definir melhor a situação do momento1, quando os indicadores não puderam ser avaliados.

**Momento 3** – houve a intervenção para a construção de uma proposta conjunta com os produtores introduzindo um Sistema de Avaliação de Risco – SAR, baseado nas diretrizes da IFOAM. Essa intervenção foi feita com o pesquisador atuando no papel de inspetor externo, segundo as diretrizes da IFOAM de neutralidade, não aconselhamento e/ou consultoria e não apresentação de interesses potenciais, objetivando apenas a catalização das idéias - avaliou-se a possibilidade de ampliar os mecanismos de controle social para reduzir as exigências de registro através da introdução do SAR no grupo.

Este sistema (SAR) leva em consideração os problemas que os produtores estão enfrentando através de uma reunião com o grupo, onde se chega a diagnosticar as situações com maior risco de não se praticar a agricultura orgânica segundo as normas, seja por razões de ordem pessoal (saúde e econômica), familiar, ou seja por desafios externos a governabilidade da família, incluindo a não compreensão dos procedimentos de certificação de grupo e do próprio SCI.

Devido a isso, elaborou-se uma estratégia para implantar um SAR. Nesse momento verificou-se o impacto da intervenção do pesquisador no grupo, como eles reagiriam na situação proposta pela pesquisa, a de construir com os produtores os elementos do SAR, verificando se houve aumento ou diminuição do controle social avaliado por meio dos indicadores. Além disso, avaliou-se as possibilidades de reduzir a burocracia do sistema, um dos objetivos da pesquisa.

A intervenção foi adaptada do método de animação de processos de desenvolvimento (Rover, 2001). O método parte da sensibilização e mobilização do grupo com o objetivo de informar, animar, assegurar continuidade do processo mobilizando toda a comunidade a participar e construir uma proposta conjunta.

Em seguida utilizou-se uma adaptação de um método desenvolvido em 1980/81 pela Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ, denominado Zielorientierte Projektplanung – ZOPP, ou Método de Planejamento de Projeto Orientado pelos Objetivos – Método ZOPP (Brose, 2001).

A partir da adaptação do método constituiu-se dos seguintes passos:

**1) Amplo diagnóstico** – o diagnóstico teve o objetivo de levantar os riscos internos e externos ao grupo que ameaçam a certificação, individual e do grupo como um todo, identificando suas causas, inclusive. Para se chegar ao diagnóstico, foram utilizadas as técnicas da construção de uma árvore de problemas e das tarjetas, assim, associa-se cada problema a uma causa (s) (Brose, 2001).

**2) Busca de soluções** – a busca de soluções com o objetivo de mitigar e acompanhar os riscos diagnosticados. Todo o processo de busca de soluções levou em consideração a viabilidade técnica e econômica da nova proposta utilizando a árvore dos objetivos para definir as estratégias de planejamento de ação do grupo.

**3) Construção de Procedimentos** - nesta parte foi feita uma construção conjunta com os produtores dos procedimentos de implantação, acompanhamento e reformulação do SAR dentro do SCI.

**4) Responsabilidades** – a definição de papéis, responsabilidades de membros do grupo, inspetor interno e externo.

**5) construção de indicadores** de acompanhamento, de forma a desenvolver o sistema de acompanhamento e o processo participativo na orientação e controle social no processo de certificação de grupo (SCI).

O Sistema de Avaliação de Riscos - SAR pressupõe um processo contínuo de replanejamento, o qual deve estar incluído nos procedimentos do próprio sistema, visto que o método não garante por si só a qualidade da implementação, sendo importante sua contínua avaliação.

A avaliação da intervenção foi verificada por meio da observação direta dos participantes nas reuniões e da interação do grupo nas discussões segundo os indicadores propostos.

A execução do método foi aplicada através da seguinte matriz:



## 5 - MARCO TEÓRICO

Retomando o marco teórico do estudo, este capítulo avaliará as possibilidades de um processo de certificação tornar-se mais didático-pedagógico e permitir maior controle social com mais participação dos produtores.

A pesquisa identificou, na teoria, elementos que possibilitariam aos grupos de produtores responder a uma mudança institucional de maneira mais satisfatória.

O processo de mudança é visto, aqui, como um processo gradual, não como uma mudança radical (North, 1990). Essa mudança organizacional interna geralmente é mais lenta do que aquela direcionada de fora, mas, ao mesmo tempo, gera mais *sustentabilidade para a organização*, pois a motivação vem de dentro do sistema (Cordioli, 2001). Inclusive, em um processo gradual de mudança, as organizações podem ser empurradas à uma inércia e permanecerem travadas se insistirem em manter regras ultrapassadas; por outro, são justamente as novas regras que respondem pela mudança no ambiente institucional. (North, 1990).

Segundo North, sendo essas novas regras oriundas das alternativas visualizadas pelas organizações, na medida em que estas evoluem, as organizações no cotidiano enfrentam problemas novos, que requerem soluções novas. Ou seja, são os interesses dos indivíduos em tentar atingir alguma meta que propiciam o aparecimento de novas soluções. Estas novas soluções demandam conhecimentos que ainda não estão disponíveis. A obtenção de novos conhecimentos abre alternativas para as organizações que anteriormente não eram percebidas. Via de regra, o aproveitamento destas oportunidades requer mudanças nas organizações, o que também determina mudança nas formas como as organizações trabalham e, deste modo, mudança nas regras ou mudança institucional. Mas, por outro lado, nem sempre essas mudanças são eficientes.

O simples fato de uma instituição ou regra ter sido criada não garante que ela seja seguida, mesmo quando ela é de interesse comum de todos os envolvidos. A aceitação e a obediência (o cumprimento) às regras requerem colaboração. Quando os interesses individuais são diferentes dos interesses comuns, este conflito oferece a oportunidade para comportamentos oportunistas, isto é, o comportamento chamado de *carona*, onde o indivíduo se apropria do bem produzido coletivamente sem esforços prévios de participação efetiva em busca de tal produção (Olson,

1971). North (1990) argumenta que este processo de mudança institucional pode ser complicado devido a alguns fatores: 1) ao poder de agenda dos indivíduos e organizações; 2) o problema da ação coletiva, que é o problema do oportunismo apresentado por Olson (1971); 3) a tenacidade das normas de comportamento.

Portanto, para que uma nova regra se instale, seja cumprida, são necessários o aprendizado, o conhecimento comunicável e o conhecimento tácito, este é adquirido pela prática do "aprender-fazendo" (North, 1990).

Acredita-se que a mudança institucional de um grupo de produtores num processo de certificação pode ser auxiliada por um processo pedagógico em que o aprendizado e o conhecimento são promovidos. Este caminho de promover o aprendizado e o conhecimento aos produtores, é uma maneira de aquisição de poder, como salienta Abramovay (2003).

A mudança institucional dos agricultores orgânicos certificados individualmente para uma certificação em grupo será explicada pela vertente do *empoderamento* dos indivíduos, discutida a seguir.

### **Empoderamento**

A privação de liberdade da qual o estudioso Sen (1999) fala, refere-se àquela falta de liberdade para defender os próprios interesses, é justamente a necessidade de as pessoas ampliarem seu direito de escolha, é dar oportunidades aos indivíduos de serem agentes ativos de mudança, e não simplesmente um "recebedor de benefícios". É esse papel de agente que dará ao indivíduo o poder de decisão sobre suas ações, ou melhor, fará com que se torne "empoderados".

Embora a literatura sobre empoderamento não nos leve a um consenso quanto a definição do termo, pois são discrepantes as interpretações (Oakley & Clayton, 2003), tomaremos o conceito de "agente ativo de mudança", proposto por Sen, para fundamento de nosso estudo.

Para o pesquisador Sen (1999), *agente é alguém que age e ocasiona mudanças*, alguém cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de ser ou não avaliadas segundo critérios externos. Vejamos: ao se colocar um indivíduo no controle de suas ações, amplia-se suas possibilidades, sua liberdade de escolha, e é justamente as oportunidades que se dão a certas pessoas que as faz exercer

ponderadamente a função de agente, isto é, têm-se aí maior controle sobre as ações dos agentes. O autor deixa bem claro que a não inclusão dos indivíduos nos processos de desenvolvimento é a grande problemática, porque há uma distorção da informação e incentiva-se a "desutilidade" (inutilidade), conseqüentemente, os custos administrativos tornam-se maiores.

Embora Sen trabalhe com o conceito de o indivíduo ser um agente ativo de mudança social que, se aplicado a projetos, traz desenvolvimento social e econômico, entendemos que é possível aplicar o mesmo conceito à temática desta pesquisa.

Se olharmos para a certificação orgânica como um projeto de ação grupal, de produtores organizados, veremos que, para o sucesso do projeto, há que se envolver os seguintes atores:

- Um organismo certificador;
- Um inspetor externo ao grupo – parte do organismo certificador;
- Um inspetor local do grupo de produtores;
- O grupo de produtores.

O projeto de certificação grupo envolve relações entre todos esses atores, contudo, cabe ao produtor atuar como agente ativador do processo. É ele (produtor) quem busca mudar a sua realidade atual controlando suas ações, reduzindo suas privações. O produtor se apropria do Sistema de Controle Interno buscando uma mudança contínua da organização interna desse sistema.

O conceito de liberdade de Sen vai de encontro ao conceito de poder de Paulo Freire (1972). Nosso ilustre educador defendeu e motivou, durante boa parte de sua vida, o aumento da conscientização e o desenvolvimento da "faculdade crítica" entre os marginalizados e oprimidos. Esse poder de "fazer" e de "ser capaz", bem como o de sentir-se com mais capacidade e no controle das situações, refere-se ao reconhecimento das capacidades dos membros de tais grupos para agir e desempenhar um papel ativo nas iniciativas de desenvolvimento coletivo. Isto implica em superar décadas de aceitação passiva e fortalecer as habilidades de grupos marginalizados para que se envolvam como atores legítimos do desenvolvimento social.

Se aliarmos os conceitos de Sen e de Freire, vemos que há possibilidades de o processo de certificação orgânica transformar-se em um processo pedagógico focado no produtor como o agente de mudança social; voltar o processo para a instituição, gradualmente construído com o

envolvimento de cada agente, baseado no consenso social, e não na transformação radical e na confrontação entre os que têm e os que não têm poder de tomada de decisão. (Oakley & Clayton, 2003; UNESCO, 2005).

Conforme afirma o estudioso Sem (1999), para que um indivíduo exerça a função de agente ativo, são-lhes necessários os seguintes elementos:

1. conhecimento - para identificar as necessidades;
2. participação - para influenciar, ter voz ativa, nas decisões do grupo;
3. cooperação - para auxiliar na construção das instituições;

São, na prática, esses elementos que dão condição ao agente para ser ativista de uma mudança social, na qual ele se mostra também com poder de motivar a outros produtores a um comportamento coletivo, benéfico para todos. A seguir os detalharemos.

### **Conhecimento**

O conhecimento é considerado como "aquisição de poder", porque ele é uma ferramenta que pode ajudar ao indivíduo a interpretar e dar forma as suas idéias e assim modificar contexto em que vive (Oakley & Clayton, 2003).

O sucesso de um processo de certificação de grupo depende da capacidade de organização dos produtores para construir o seu Sistema de Controle Interno. Essa capacitação para organizar-se pode vir do conhecimento que se obtém a respeito dos processos de produção ou de treinamentos (Oakley & Clayton, 2003). Os treinamentos podem (e deveriam) ser promovidos pela certificadora ou por outras organizações ligadas aos agricultores familiares.

Fato é que, se a liberdade de escolha e de aproveitamento das oportunidades depende do conhecimento do indivíduo, como afirma Sem (1999), então, facilitar o acesso às informações é importante, ou melhor, é crucial quando se quer capacitar indivíduos para que possam exercer a liberdade de escolha sobre os "valores" que já possuem ou que querem possuir.

### **Participação**

Segundo alguns teóricos, a condição de agente de mudança também deveria envolver os menos privilegiados na participação da negociação: influência, controle e garantia de instituições confiáveis que afetam suas vidas (Oakley & Clayton, 2003; SEN, 1999; Baas, 1998).

Mas o que significa participar?

Na língua portuguesa encontramos alguns significados para o termo participação: "ação ou efeito de participar"; "tomar parte"; "compartilhar"; ou, "ter parte em: apresentar natureza, qualidades ou traço(s) comuns"; "ser parte de" (Houaiss, 2000).

Essa participação, no sentido de "tomar parte de, compartilhar, envolver-se", condiz com o "ser agente" definido por Sen (1990). Para o autor, o agente é aquele que transforma a sua realidade, aquele capaz de mudar a sociedade.

Segundo Cordioli (2001), *participar é mais do que tomar parte, é tomar parte de um processo e emitir opinião - concordar, discordar - para uma mudança de comportamento ou atitude.*

Mas que tipo de ação o produtor pode mover para "tomar parte num processo de certificação"?

Os produtores devem fazer parte da construção de um novo processo organizacional, processo este que promova mudança interna na atual organização (que não está sendo bem sucedida) para um tipo de organização que facilite as ações efetivas desses produtores, através da compreensão e da clareza de seus processos.

Se há uma parceria construída com base no diálogo entre vários atores, então os produtores devem participar da organização do SCI; não apenas para estabelecer uma agenda conjuntamente, mas a participação do produtor implica em influenciar o curso do processo de negociação (OECD, 1997:88, *apud Campino et alli, 2004.*). O produtor deve ser envolvido diretamente na tomada de decisão sobre o SCI, deve participar como o agente de mudança.

Um sistema participativo significa que nele há o envolvimento real de cada membro de um grupo/organização na identificação, na formulação e na implementação das atividades do grupo. As decisões devem ser tomadas coletivamente por meio de reuniões abertas aos membros. As idéias sobre a melhor maneira de se construir os processos de um sistema de controle deve partir do próprio grupo (Baas, 1998).

Para que a participação seja mais efetiva, as reuniões devem ser abertas e ampliar as possibilidades de participação dos produtores, inclusive, solicitando a contribuição prévia deles na preparação da pauta (Abramovay, 2003).

Por outro lado, algumas pesquisas demonstram que o envolvimento direto dos menos privilegiados em atividades gerais é a causa da pouca participação, deles, nas reuniões. Geralmente, são poucos os que freqüentam as reuniões, são os mesmos que se pronunciam e há uma tendência à centralização de opiniões. Há casos em que a participação geral é dificultada pelas estruturas hierarquizadas, devido a posturas dominantes e patriarcais. Em outros casos, não há participação por falta de um método de trabalho participativo e coletivo.

Em vista desses dados, concordamos com Cordioli (2001) quando ele diz ser necessário prover instrumentos que assegurem a participação nos processos de decisão, e, principalmente, que estimulem às pessoas à troca de experiências e de idéias.

Por outro lado, deve haver uma pessoa que promova o processo participativo. Haan (2001) diz que é necessária a figura do facilitador cuja função é a de “facilitar” a compreensão de uma realidade individual em função da grupal, ou seja, potencializa-se a interação grupal ao facilitar a aprendizagem dos produtores. Cordioli (2001) explica que esse facilitador, responsável por promover a participação das outras, funcionaria como uma espécie de catalisador das diversas idéias que podem surgir em decorrência do processo grupal. Contudo, ressalta Cordioli, esse “catalisador” não interfere no conteúdo das discussões, tem somente a responsabilidade de facilitar o processo metodológico, além de orientar e sintetizar os objetivos, os debates, as propostas e decisões do grupo. É o mediador que motiva o trabalho coletivo e a autogestão, estimula a participação de todos, mobiliza os conhecimentos e experiências, utiliza os instrumentos de comunicação mais apropriados, estimula o debate horizontal.

A esse respeito, Delma Peçanha (Neves, 1998: 152-153) reflete sobre o “papel dos mediadores no processo de construção de uma outra agricultura ou de um outro agricultor, imbuído do seu direito de reivindicar o reconhecimento da diferença. Não podendo se constituir em portador de um projeto político próprio, este agricultor depende de alianças com outros agentes irmanados pelos mesmos interesses e capazes de formular, sistematicamente, as demandas e o reconhecimento da eficácia e legitimidade da proposição”.

Por outro lado, mais do que um moderador ou facilitador de um processo coletivo, a figura do animador - que busca envolver todos os atores na estruturação de propostas alternativas

de organização - , é construídas a partir da lógica das necessidades existentes; é esse que dá ao processo a sensibilização, mobilização e animação dos atores e assegura a continuidade do grupo para a construção de sua própria organização. Mas é preciso, antes, capacitar um indivíduo ou um grupo de animação para coordenar e efetivar o processo de mudança (Rover, 2001).

Entretanto, como a certificação de grupo brasileira deve estar em conformidade com as normas internacionais, é preciso definir a quem cabe o papel do animador. De acordo com a ISO 65, a função pode ser delegada ao inspetor externo, pois é a ele que cabe o monitoramento do processo. É preciso pensar sobre as possibilidades de parcerias e cooperação com outras organizações ou o próprio inspetor local. Por outro lado, é necessário um mecanismo de controle da atuação do animador no grupo, uma vez que os seus interesses individuais podem sobrepor-se ao coletivo.

Além da figura do animador, a participação envolve outros conceitos, os quais abordaremos a seguir (Campino et alii, 2004): "transparência e *accountability*"; "mecanismos de *enforcement*"; "governança".

### **Transparência e *Accountability***

Segundo *Campino et alii* (2004), o conceito de participação do Banco Mundial tem uma relação definida com outros dois conceitos: *transparência e accountability*. O autor cita *Stirton e Lodge* (2001), dizendo que, de um lado, *accountability* expressaria tanto a idéia de resposta ou monitoramento do exercício do poder político quanto a capacidade de garantir o cumprimento das ações requeridas (*enforcement*), as quais incluem a *capacidade de utilizar ameaça crível de sanções para o abuso do poder*. A transparência significa que os poderes públicos informam a comunidade ou que explicam o que está sendo feito e que a comunidade tem ao seu dispor instrumentos efetivos de controle do sistema.

*Accountability* pressupõe um envolvimento ativo por parte dos interessados na questão, implicando alguma forma de ação coletiva. O conceito de transparência implica que a participação inclui o aumento da capacidade de controle e monitoramento das ações públicas por parte da comunidade, garantindo, assim, o aumento da eficiência e uma melhoria da governança.

Para o Banco Mundial, o conceito de *accountability* está relacionado à habilidade de convocar órgãos oficiais ou atores privados a darem satisfações sobre suas políticas, suas ações e

seus recursos. Esse conceito aplicado ao caso estudado envolve uma espécie de relatório das atividades da organização de produtores para a certificadora. Por sua vez, a certificadora acompanha o grupo de produtores em suas ações e procedimentos, no sentido de verificar se as decisões tomadas pelo grupo estão sendo realmente efetivas, e ao mesmo tempo, o grupo de produtores deve prestar contas internamente.

Assim, de um lado, a certificadora deve providenciar os canais de comunicação entre os envolvidos no processo de certificação, para que possa acompanhar as ações dos produtores e promover a transparência do processo; de outro, ela deve garantir a capacitação para as ações requeridas, ou seja, deve fornecer os mecanismos de *enforcement*.

### **Mecanismos de *enforcement***

Participação também pode ser entendida como um "mecanismo de *enforcement*" (fazer cumprir) quando o objetivo é garantir o acesso universal a qualquer tipo de serviço (Campino et alli, 2004). Esse conceito está relacionado com o conceito de liberdade de escolhas defendido por Sem. Lembremos que Sem argumenta que a realização da liberdade de escolhas e oportunidades depende não só de formas institucionais (incluindo regras e regulamentações democráticas), mas também da prática efetiva (as garantias de seu cumprimento).

Um processo de certificação, portanto, que venha a ser um processo pedagógico que fomenta a participação e maior controle social por parte dos produtores, caracterizar-se-á como um processo dinâmico e gradual de mudança de regras periódica, ou seja, incremental. Esse processo demanda uma mudança institucional e além desta mudança de regras é preciso manter a continuação dessas regras, isto é, a manutenção das regras está diretamente aliada à construção de mecanismos estáveis de *enforcement*. A construção é feita coletivamente, seja para coerção, seja para incentivar sua adoção.

O cumprimento dessa nova regra, segundo North (1990), depende do aprendizado, do conhecimento comunicável e do conhecimento tácito, o qual é adquirido pela prática e do "aprender-fazendo". Entretanto, como o cumprimento de uma nova regra requer a criação de novas regras, voltamos ao problema do *enforcement*, também chamado de "problema de segunda ordem do bem publico" (Coleman, 1990).

Como qualquer outra instituição, o *enforcement* é uma regra que possui um objetivo bem específico: aumentar a probabilidade do cumprimento de uma outra regra. Contudo, sendo uma regra institucional, também sofre os mesmos problemas enfrentados pelas demais, o seu cumprimento. Segundo Coleman, as regras que visam garantir o cumprimento de outras regras, em geral, são menos afetadas ao oportunismo, por envolverem um número menor de indivíduos. De toda forma, os mesmos mecanismos que garantem o cumprimento das regras são os que proporcionam a eficácia do *enforcement*.

Segundo Knight (1998), há dois elementos que afetam a efetividade da norma: a ideologia e a complexidade do *enforcement*. A complexidade e a diversidade de mecanismos de *enforcement* afetam os custos para manter o compromisso com várias formas de comportamento. A tarefa de avaliar tais custos exige uma observação muito perspicaz, quando a questão é de conformidade da norma *versus* mudança da norma. Existem custos para manter a norma e custos de *enforcement* para mudar a norma. O autor salienta que o processo de mudar a norma envolve outro processo, de coordenação. O sucesso da reforma dependerá em grande parte da habilidade dos grupos envolvidos para tal fim estabelecerem e manterem estes mecanismos de *enforcement* alternativos. Por outro lado, a ideologia também pode acelerar uma mudança nas normas sociais, por afetar os modos como os atores avaliam o grupo e as formas possíveis de comportamento. A ideologia, segundo o autor, é formada através do conhecimento de algo e isso faz com que haja pressão para a mudança devido a nova informação absorvida.

Knight (1998) ainda argumenta que o papel do *enforcement* é importante como incentivo à adoção de novas normas. O mecanismo *enforcement* deve incentivar as sanções, criar custos para as não-conformidades, caso contrário, haverá um incentivo para os desvios da nova norma. Por outro lado, o autor menciona dois problemas referentes ao *enforcement*: O primeiro é o *time lag*, traduzido por atraso de tempo entre a mudança da norma e a realização dos custos e benefícios daquela mudança, o que, conseqüentemente, aumenta a incerteza de qualquer membro da comunidade que procura desafiar a norma existente. O segundo é o problema relaciona-se ao nível de descentralização no processo de *enforcement*. Knight defende que, quanto maior o nível de descentralização visto no processo de *enforcement*, maior é a dificuldade de se mudar para uma nova norma.

Outros autores, como Ostrom (1990), defendem que um bom sistema de *enforcement* para novas regras se faz com o investimento na manutenção e monitoramento das atividades e de sanção.

O conceito de *enforcement* que adotamos em nosso estudo é baseado na proposta de Sen (1999:295), ou seja, defendemos a reunião aberta, onde a informação é compartilhada, para que os resultados das ações futuras sejam antevistos, de forma que, o que está envolvido na mudança social leve a construção de medidas preventivas e corretivas. Essa abordagem implica num outro conceito, o problema da cooperação para construir o capital social.

### **Capital Social - cooperação para a construção de instituições**

Embora devamos reconhecer a importância das instituições democráticas, elas não podem ser vistas como dispositivos mecânicos para o desenvolvimento. Seu uso é condicionado por nossos valores e prioridades e pelo uso que fazemos das oportunidades de articulação e participação disponíveis (Sen, 1999). Para que a certificação de grupo seja um processo pelo qual o produtor se torne um agente ativo de mudança social, é preciso que a organização dos produtores se fortaleça e que se articule relacionamentos dentro e fora do grupo, e mais, que os membros do grupo sejam motivados a construírem suas regras.

Abramovay (2003:88) salienta que a acumulação de capital social é um processo de aquisição de poder.

Mas o que é capital social? Pesquisamos alguns autores e suas abordagens sobre o assunto em questão, dentre eles, Pierre Bourdieu (1986), James Coleman (1988/90) e Robert Putnam (1993/93a/95/96). Em linhas gerais, os autores definem o capital social pela sua função, incorporando uma variedade de relações presentes na estrutura social que facilitam ações dos indivíduos participantes dessa estrutura. O conceito unânime, portanto, refere-se a relações entre pessoas, não necessariamente percebidas imediatamente, que favorecem o acesso a recursos presentes na sociedade. Neste caso, podemos associar relações entre os produtores e estes com outras organizações com o objetivo de organizarem-se, coletivamente, para uma certificação de grupo.

Coleman (1990:302) também defende que capital social não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura.

Putnam (1993 /96:178) aborda este controle das ações com base em dois elementos básicos: forma de pressão e constrangimento, em suma, daquilo que em sociologia se chama "controle social".

Por fim, Coleman e Putnam afirmam mais ou menos o mesmo: capital social é um bem público e um conjunto de recursos de cuja apropriação depende em grande parte o destino de certa sociedade ou grupo organizado.

Por outro lado, Bourdieu (1986) conceitua capital social como o agregado do atual ou potencial recurso ligado à posse de uma forte rede social, de relações mais ou menos institucionalizadas, de compromisso e reconhecimento mútuo. Os benefícios revertidos da participação em um determinado grupo tornam-se possíveis pelas bases de solidariedade. O capital social, portanto, pode ser decomposto entre dois elementos: o primeiro deles seria o conjunto das próprias relações, as quais permitiriam aos indivíduos reivindicar os recursos comuns aos participantes; o segundo, a quantidade e qualidade dos recursos. Apesar de enfatizar-se a intercambialidade das diferentes formas de capital (econômico, cultural e social), o capital econômico (trabalho humano acumulado) seria a base dos outros capitais. Entretanto, existiria uma circularidade em que, a partir do capital social, os atores poderiam ter acesso direto a recursos econômicos (através de acesso privilegiado a mercados, pelo acesso à informação) e aumentar seu capital cultural, todavia ele é pensado, primariamente, como capital econômico.

Coleman (1988) examinou algumas formas que o capital social assumiria - obrigações e expectativas - como sendo normas de reciprocidade, as quais resultam em confiança nas relações entre as partes, proporcionando maior confiabilidade nas estruturas. Conseqüentemente, essas estruturas devem ter canais de informação confiáveis e normas sociais desenvolvidas coletivamente, por meio de interações sociais ao longo do tempo.

A confiança resultante dos processos de interações sociais, normas de reciprocidade e das sanções implícitas ou explícitas são interiorizadas - segundo o termo salientado por Granovetter (1995), *embeddedness* (que numa tradução literal, é algo engravado, fixado, firmemente estabelecido) -, e permeiam as relações econômicas, situação pouco alterada com a modernização ou racionalização das sociedades modernas. Ou seja, as relações sociais, antes (ou mais que) os arranjos institucionais ou a moralidade generalizada, seriam as principais responsáveis pela produção de confiança na vida econômica. Essa confiança explicaria a maioria das transações econômicas, as quais pressupõem o conhecimento prévio dos parceiros e a

observância de regras morais entre eles, transferindo o direito de controle da ação de um ator para outros.

Coleman (1990) explica, o estabelecimento da confiança envolve colocar recursos nas mãos de partes que os usarão para seu próprio benefício, para o benefício do formador de confiança ou ambos. Quanto maior o relacionamento com relação ao formador de confiança, maior o benefício de quem deposita a confiança deseja receber deste relacionamento, e mais confiável o depositário será. Entende-se dessa complexa argumentação de Coleman que esse relacionamento de confiança entre o grupo serve para o fortalecimento do próprio grupo.

A esse respeito, Abramovay (2003:88) salienta que a acumulação de capital social é um processo de aquisição de poder. Abramovay (2003) também incorpora ao conceito de capital social o que podemos chamar de "valores, comportamentos, e coesão social", os quais estimulam os indivíduos a tomarem, em conjunto, iniciativas inovadoras.

O desenvolvimento do capital social é fundamental para a existência e manutenção de um grupo de produtores que objetivam a certificação de seus produtos. O capital social incentiva o controle das ações do grupo. Em síntese, podemos dizer que capital social reúne relações entre os produtores que permitem o controle das ações do grupo (formas de pressão e constrangimento - controle social); possibilita ao grupo desenvolver relações independentes e com outras organizações - formar redes sociais; facilita a construção de relações baseadas em compromisso, reconhecimento mútuo, solidariedade; cria obrigações e expectativas (normas de reciprocidade); gera confiança; requer canais de informação eficientes; estimula os valores e comportamentos coletivos.

Infelizmente, os produtores familiares estudados mostraram-se com muitas dificuldades para construírem o capital social.

### **Integração Horizontal e Vertical**

Um processo de mudança para uma nova organização depende também de como é estabelecida a comunicação horizontal e verticalmente. Em outras palavras, é preciso que haja descentralização de duas formas.

**Primeira forma - descentralização vertical** - isto é, a autoridade de conceder e administrar concessões deve ser transferidos às esferas de menor poder, comunidades ou grupos (*top-down*), ou seja, da certificadora para os grupos de produtores.

**Segunda forma - descentralização horizontal** - na qual as concessões são dispersas dentro de um mesmo nível de poder, comunidade ou grupo, isto é, entre os produtores do mesmo grupo ([www.worldbank.org](http://www.worldbank.org), 2005).

Segundo Arend Lijphart (*apud Campino et alli*, 2004), a combinação da distribuição de poder vertical e horizontal constitui um modelo especial de democracia, a democracia baseada no consenso. Ambos os sistemas de poder, vertical e horizontal, dependem de um mecanismo básico que pode ser chamado de *veto point*. *Veto points* são regras formais (ou informais) que retardam um procedimento ou impedem que uma única autoridade tome decisões sobre ameaças, sanções legais ou políticas de outro ator, sem levar em consideração um Conselho ou uma Assembléia.

## **Governança**

Qualquer projeto de mudança deve levar em conta o tipo de governança mais eficiente para a organização.

Mas o que é governança? Na língua portuguesa encontramos alguns significados para o termo governança: "ação de governar"; "dirigir"; "capacidade de gerir, de tomar decisões, de organizar" (Houaiss, 2000).

O grupo de produtores dever adquirir a capacidade de tomar decisões para construir seu próprio sistema de organização interna, o SCI (Sistema de Controle Interno). Para que essa capacitação ocorra é necessário que a certificadora incentive a estrutura administrativa do grupo de produtores (Stoker, 1997 *apud* Park, 2004), num processo gradual de transferência de poder para as mãos do grupo em relação aos processos construídos para o SCI.

Essa capacidade de organizar-se e tomar decisões envolve a participação de todos os "stakeholders", pois é uma tentativa de superar os problemas introduzindo o máximo de transparência e compartilhamento de informações, para que a tomada de decisão seja conjunta, sempre que possível (Schneider, 1999).

A capacidade de tomar decisões também envolve, segundo Picciotto (1995), mecanismos de voz que sejam fortemente dependentes da difusão de informações, regras apropriadas do jogo com a preocupação de revelar e difundir informação pública, gerando transparência e, segundo Park (2004), a acumulação de capital social.

Sendo assim, neste trabalho, podemos considerar a definição de "governança" como a capacidade do grupo de produtores para tomar decisões conjuntamente, de forma a desenvolver o seu sistema ampliando os atributos de participação e voz, *accountability*, integração horizontal, *enforcement*, empoderando o próprio grupo e o diálogo com a certificadora.

## 6 - INDICADORES

Identificados os elementos teóricos, o próximo passo de nosso estudo seria identificar, na bibliografia, os possíveis indicadores que nos permitisse chegar a avaliação das possibilidades de um novo processo de certificação. Entretanto, encontramos dificuldades nesta etapa. Não foi fácil encontrar uma bibliografia específica a respeito do tema em estudo. Pesquisamos alguns autores e selecionamos as experiências gerais sobre o assunto. Após isso, relacionamos as alternativas que mais se aproximavam de uma solução para o caso estudado.

Assim, os indicadores foram selecionados com vista nos objetivos tematizados, ou seja, os indicadores deverão servir para avaliarmos as possibilidades de construção de um processo de certificação em grupo mais pedagógico do que o existente, que fortaleça o controle social e que também reduza as burocracias no Sistema de Controle Interno (SCI) de um grupo de produtores.

Para essa mudança organizacional efetiva, os indicadores deveriam apontar os problemas relacionados ao comportamento individual dos produtores para que sentissem a confiança necessária no processo de certificação de grupo. Assim, encontramos o "Indicador de Capital Cognitivo". Também precisaríamos medir o nível de "leitura" dos produtores, no sentido de compreensão das normas e dos registros necessários ao processo de certificação, então, achamos que os indicadores ideais seriam os "Indicadores de Emponderamento" e "Indicadores de Participação". Em seguida encontramos indicadores relacionados à organização social de um grupo para avaliação do controle social do mesmo que seriam os "Indicadores de controle social". Por fim, para que a burocracia seja reduzida buscamos indicadores que medissem o grau de interação do grupo de produtores com a certificadora.

Como resultado da busca, a parte final deste capítulo mostra a construção dos indicadores utilizados para o caso estudado.

### **Indicador de Capital Social Cognitivo**

Em linhas gerais, Monteiro (2004) define o "Capital Social Cognitivo" como aquele que promove a cooperação, compartilhamento de valores, atitudes e crenças.

Entretanto, adverte Monteiro, a dimensão cognitiva do capital social, por sua natureza, é mais difícil de ser observada. Isto porque esta dimensão trata de atributos subjetivos, tais como, o

compartilhamento de normas, as obrigações e as expectativas, o nível de reciprocidade, a solidariedade, os valores, as atitudes individuais, o comportamento, as crenças, enfim, a cooperação e a confiança entre os membros do grupo, portanto, mensurar tais aspectos cognitivos só seria possível através da observação direta e dentre os membros do grupo. E foi o que fizemos.

### **Indicadores de Empoderamento**

Buscamos na literatura algum indicador que houvesse mensurado o "empoderamento" de um grupo. Vimos que os estudiosos *Oakley & Clayton* (2003) trabalharam com os indicadores de empoderamento subdividindo-o em "empoderamento interno" e "empoderamento externo".

Para mensurar o "empoderamento interno", ou seja, de dentro da organização, utilizaram os indicadores na observação de quatro dimensões:

- ***dimensão autogerenciamento***: o nível de procedimentos e regras claras, a frequência geral a reuniões e contabilidade registrada de maneira apropriada;
- ***dimensão resolução de problemas***: identificação de problemas e habilidade para analisar;
- ***dimensão democratização***: a livre e justa seleção de líderes (lista dos membros mais frágeis na tomada de decisões) e transparência no fluxo de informação.
- ***dimensão sustentabilidade e autoconfiança***: a resolução de conflitos, as ações iniciadas pelo grupo, e os sistemas de apoio intra-grupo.

No nosso caso, para medirmos o "empoderamento" dentro da organização de produtores estudados, nesse processo de construção do SCI, utilizamos as mesmas dimensões discriminadas acima.

Quanto ao chamado "empoderamento externo", *Oakley & Clayton* (2003) o definem como sendo a capacidade de o grupo construir vínculos com outras organizações ou outros grupos, por exemplo, com a certificadora estudada. Esse indicador também pode definir o tipo de vínculo e a frequência com que ocorre esses vínculos entre outros grupos ou organizações.

## **Indicadores de Participação**

Encontramos na literatura de Campino et alli (2004) e em alguns textos da OCDE alguns indicadores que servem ao propósito de avaliação da capacidade de negociação e de formação de agendas da organização ou grupo. Fizemos algumas adaptações nos modelos estudados e os tomamos como ferramenta para avaliar o envolvimento direto de produtores na construção de um SCI:

Campino dividiu os "indicadores de participação" em 2 tipos: quantitativos e qualitativos.

*indicadores quantitativos* – indicam a frequência das reuniões, a proporção e o número total de produtores que freqüentam as reuniões, definição de lideranças como função de posição social ou padrões de estratificação, revezamento de lideranças, distribuição e realocação de funções-chave dentro do grupo ou entre produtores, contribuições dos produtores.

Esses indicadores podem ser relacionados à construção de regras e procedimentos para a identificação de riscos e problemas dentro do SCI.

*indicadores qualitativos* - servem para medir, descrever descrição ou caracterizar as relações entre os membros da organização, as formas organizacionais, a dinâmica das reuniões e a tomada de decisão, a solidariedade dentro o grupo, o espírito comunitário, a capacidade de resolução de problemas e conflitos, entre outros.

Os indicadores qualitativos são obtidos através de entrevistas pessoais e observações diretas do comportamento individual e do grupo.

A avaliação sobre a participação, segundo os estudiosos, sempre irá requerer uma combinação dos dois tipos de indicadores. *Oakley (1991, apud Campino et alli, 2004)* demonstra em seus trabalhos como utilizou os indicadores para auferir a participação de grupos. Seu propósito era avaliar a capacidade de um grupo tomar decisões coletivamente, além de medir as capacidades de negociar e de influenciar nas agendas.

Através dos indicadores de participação é possível avaliar o envolvimento dos indivíduos nas discussões e decisões do grupo, as habilidades individuais para analisar e explicar questões e problemas; é possível medir o senso comum entre o grupo, se houve aumento das capacidades para propor e considerar as ações, se há conhecimento e/ou entendimento sobre as ações do grupo ou se as decisões e ações são efetivadas independente.

Foram esses os indicadores considerados para medir a participação efetiva e o envolvimento de cada produtor na construção das instituições dentro do SCI.

Campino et alli (2004) estudou a problemática dos conselhos de saúde e também destacou algumas características que podem ser dimensionadas na mensuração do nível de participação.

**Autonomia para planejamento e tomada de decisão** - busca captar o nível de influência dos membros de uma determinada organização sobre as decisões tomadas; pode indicar o número de produtores envolvidos na tomada de decisão de determinado procedimento ou regra, sem a presença de atores externos. É um forte indicador para medir a autonomia do produtor nas decisões.

**Voz em planejamento** - busca captar a influência da comunidade e tem como variável definida a sua participação. O indicador avaliar as organizações na comunidade, qual a extensão da participação das comunidades nestas organizações, se há representação da comunidade nas organizações, o nível de conhecimento da comunidade sobre as organizações, qual a frequência das reuniões, o comparecimento nas reuniões e *locus* de reclamações.

Esse indicador pode servir ao propósito de detectar as capacidades do produtor para identificar os problemas de sua propriedade e tomar decisões relativas. É possível fazer a mensuração em vistas às propriedades estudadas.

**Influências personalistas e institucionais na autonomia e na voz** - os indicadores buscam captar a variável "estilo da administração", são eles: percepção do *staff* sobre o papel da secretaria, quem toma decisões, a quem reclamar, frequência das reuniões do secretariado e dos encontros entre *staff*.

Campino et alli (2004) alerta sobre as dificuldades de se usar os indicadores acima como mensuradores de participação, justamente pela dificuldade de discernir o significado das variáveis. Por outro lado, podemos considerar essas variáveis para avaliarmos a influência da certificadora estudada nas decisões do grupo de produtores; qual o tipo de influência desta nos grupos e na liberdade de construir seus próprios procedimentos?

**Envolvimento pessoal** - é medido pelas variáveis compromisso e continuidade. Avalia-se a figura do animador no processo de aprendizagem e de construção das normas e procedimentos dentro do SCI. Há sempre a necessidade de se identificar dentro o grupo uma

pessoa envolvida em todos os processos e que promova a animação nas reuniões. Esse envolvimento pessoal, segundo Abramovay (2003), deve indicar uma *ação voluntarista de coordenação e criação de um clima de confiança entre os produtores*.

### **Indicadores de Accountability**

Com relação a avaliação de *accountability*, Campino et alli (2004) reputa à dimensão o maior grau de dificuldade. Ele utilizou o indicador para medir a atitude de aceitabilidade do grupo com relação a práticas específicas. Entretanto, o autor não esclarece que práticas seriam essas. No caso estudado, este indicador deve considerar as práticas da certificadora em relação ao grupo de produtores e as práticas internas, do próprio grupo.

Esse indicador será útil a nossa pesquisa, pois mostrou-se necessário reavaliar as práticas consideradas adequadas, pela certificadora e pelo grupo de produtores, para garantir o cumprimento das normas de certificação, que julgam estejam em consonância com a legislação brasileira.

### **Indicadores de Mecanismos de Enforcement**

Não encontramos na literatura estudada uma abordagem específica para os indicadores de *enforcement*. Contudo, no caminho de nosso estudo, detectamos a necessidade de indicadores que nos leve a um mecanismo que garanta o controle contínuo das ações do grupo de produtores; que avaliar se o aprendizado está acontecendo no grupo e se a certificadora realmente promove esse aprendizado (North, 1990). Necessitamos de mecanismos que proporcionem aos produtores uma busca contínua de conhecimento e aprendizado (North, 1990); que motive o envolvimento dos produtores na construção de mecanismos de sanções (Knight, 1998). E ainda, necessitamos medir as capacidades de monitoramento, coordenação e atividades de sanções/coerções/incentivos pelo grupo (Ostrom, 1990; Campino et alli, 2004); como o grupo pode atuar na construção coletiva de medidas preventivas e corretivas (Sen, 1990).

Para se obter essa múltipla avaliação, entendemos que os indicadores de "mecanismos de *enforcement*" foram os mais adequados.

### **Indicadores de Integração Horizontal**

O indicador de integração horizontal é baseado em Andersson e Krister (2003), segundo Capino *et alli* (2004). Essa variável está relacionada com os efeitos da descentralização da tomada das decisões.

A variável integração horizontal pode ser mensurada por encontros mensais entre os membros do mesmo nível de governo, *staff* técnico, ONGs, membros de comunidades, etc. A integração horizontal avalia a frequência de contatos face à face entre os indivíduos e os encontros mensais entre os membros do grupo de produtores. Entretanto a variável não capta as especificidade, os tipos das relações.

### **Indicadores de Capital Social Estrutural**

Conforme vimos anteriormente, não existe um consenso entre os estudiosos sobre o conceito de capital social, e, conseqüentemente, existem diversas maneiras para avaliá-lo.

Monteiro (2004), por exemplo, observou o desempenho institucional na gestão de recursos hídricos em dois subcomitês na região metropolitana de São Paulo, e definiu capital social como aquele que promove a cooperação através do estabelecimento de papéis e redes sociais, sustentadas por regras e procedimentos. Entretanto, Monteiro, ao revisar a mensuração do capital social da maioria dos casos, nos estudos descritos, verificou que há uma forte consistência entre algumas das principais dimensões do capital social. Essa revisão apontou para o que parecem ser algumas das dimensões básicas do capital social como confiança e afiliação em organizações, ou seja, a estrutura das redes, que estão presentes em todos os casos.

Por outro lado, a literatura revela que, os métodos de mensuração de capital social, amparados somente na análise de redes sociais horizontalmente estabelecidas e sua suposta relação com confiança, carregam uma série de imprecisões (Rose, 1998; Krishna, 2001, *apud* Monteiro, 2004). Muitas das imprecisões se dão por não levarem em consideração que as normas que coordenam o comportamento cooperativo estão associadas a aspectos culturais, que variam de país para país, ou até de região para região. O autor conclui que se torna difícil sustentar a defesa de métodos universais de mensuração de capital social, defendendo ser mais correto o uso de instrumentos contextualizados para uma determinada realidade. Desta forma, o

desenvolvimento de um ferramental capaz de aferir o estoque de capital social no contexto de um grupo de produtores com o objetivo de certificação, deve levar em conta suas características sociais, econômicas, institucionais e culturais locais.

Enfim, Monteiro (2004) mensura o capital social estrutural, isto é, a cooperação através do estabelecimento de papéis e redes sociais nos subcomitês de bacia hidrográfica, indicando a existência de associativismo e reconhecimento de redes sociais, da estrutura e características internas das organizações sociais, por meio de 4 aspectos:

**1) Processos de tomada de decisão (planejamento e avaliação)** - a capacidade que um determinado grupo social tem para decidir como será o planejamento de suas ações coletivas influencia diretamente o seu desempenho. Quando os membros de um grupo sabem exatamente como as decisões são tomadas e as regras e procedimentos estão claros e compreendidos por todos, então esse grupo consegue planejar e avaliar melhor suas atividades.

**2) Mobilização e gerenciamento dos recursos disponíveis** - para que as ações definidas pelo grupo social sejam executadas satisfatoriamente, uma série de recursos de diversas naturezas deve ser mobilizada e gerenciada pelo grupo. Um grupo que dispõe de um mecanismo eficaz para mobilizar e gerenciar esses recursos, a princípio, atinge seus objetivos com maior facilidade.

**3) Comunicação e coordenação interna e externa** - a possibilidade dos membros de um grupo social manter-se informados sobre os assuntos internos e externos relativos aos temas de interesse comum, a um custo relativamente baixo, confere a este grupo maior facilidade para coordenar suas ações quando comparado a um grupo onde as informações não fluem facilmente entre seus membros. Desta forma, a existência de um sistema de comunicações eficiente entre os membros de um grupo social facilita e permite que as ações coletivas sejam mais frequentes.

**4) Resolução de conflitos** - os mecanismos de resolução de conflitos são fundamentais para o bom funcionamento de qualquer grupo social, na medida em que possibilitam a superação de situações de impasse e inoperância. Os acordos e consensos facilitam o desempenho das atividades, e quando os membros de um grupo podem confiar no sistema de resolução de eventuais conflitos, as oportunidades para ação coletiva são mais férteis.

Monteiro esclarece que a presença ou ausência destes aspectos é o que definirá a capacidade de um ator coletivo para criar, definir e operar segundo regras contratadas coletivamente. Um grupo que seja capaz de executar com destreza as atividades mencionadas acima deverá apresentar também um maior desempenho nas suas ações. Em oposição, um grupo

onde as ações coletivas são emperradas deverá ter grande dificuldade para atingir seus objetivos e consequentemente baixo desempenho institucional.

### **Indicadores de Governança**

Os indicadores encontrados para medir a governança são usados, na maior parte das vezes, para medir a governança de um país ou de determinada região, para indicar as variáveis de instabilidade política, de violência, do controle sobre a corrupção, etc ([www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)).

Entretanto, ao procurarmos as formas possíveis de transferência de poder da certificadora para os produtores, os indicadores de governança foram os mais considerados. A governança participativa é avaliada por meio de mecanismos e materiais disponíveis ao grupo pela certificadora. Outros indicadores possíveis foram os mecanismos capazes de avaliar a transparência do processo e a comunicabilidade para melhor gerência da certificadora: fórum de reclamações e dúvidas e liberdade de modificar os procedimentos.

A governança no nível do grupo também deve indicar se o grupo possui sistema de gerência de suas ações e recursos.

### **Indicadores de Integração Vertical**

Por fim, pensamos em que avaliem a relação do grupo de produtores com a certificadora e investir em formas de relacionamento que promovam o empoderamento e a participação dos produtores e que fizesse a integralização de ambas as partes. Neste sentido, encontramos na literatura os "indicadores de integração vertical".

Buscamos algumas referências sobre os "indicadores de integração vertical" na literatura de Andersson e Krister (2003). Porém, foi em Campino et alli (2004) que encontramos um conceito mais próximo de nossos objetivos. Segundo o autor, essas variáveis relacionam-se aos efeitos provocados pela descentralização do poder de decisão ou descentralização da "tomada de decisão".

Essa "integração vertical" busca avaliar o grau de aproximação entre os atores, tanto no nível geral (entre todos) como em casos específicos, tipos de atores ou níveis de hierarquias.

Os indicadores avaliam as seguintes variáveis: frequência de contatos face a face entre indivíduos, os encontros mensais entre funcionários das diversas organizações, etc. Entretanto a variável não capta as especificidades do tipo das relações.

No nosso caso, o indicador deve considerar a variável "relações entre a certificadora e o grupo de produtores", também seria importante captar as relações desses dois atores com o inspetor local e com as demais organizações envolvidas no processo de certificação. Além do indicador de integração vertical, os indicadores de "accountability" e de "governança" podem mostrar como o grupo se relaciona com a certificadora.

### **Indicadores construídos para o caso em estudo:**

Os indicadores foram elaborados de acordo com o objetivo do trabalho, sendo avaliados através de questionário, com a seguinte ordem:

- 1 - Indicadores de comprometimento individual – capital social cognitivo
- 2 - Indicadores de controle social que indicam o resultado gerado do "aprender-fazendo": - *accountability*, mecanismos de *enforcement*, integração horizontal, capital social estrutural, governança.
- 3 - Indicadores das relações com a certificadora – integração vertical, *accountability*, governança – indicadores que avaliam a capacidade deles de influir no processo sendo construído com a certificadora.
- 4 - Indicadores de processo pedagógico – empoderamento e participação – que é a possibilidade de desenhar, definir regras para o funcionamento do SCI.

### **1 - Indicadores de comprometimento individual - Indicadores de capital social cognitivo**

Fazendo uso do conceito de capital social cognitivo de Monteiro (2004), o comprometimento individual dos produtores do grupo APROVE foi verificado por meio das variantes:

- compreensão da concepção da agricultura orgânica incluindo:
  - a questão tecnológica – indicador: manutenção da vida do solo;
  - a questão social – indicador; relações de trabalho;
  - a questão ambiental – indicadores: água utilizada e água devolvida;
  - a questão econômica – indicadores: preocupações econômicas em relação ao produtor e consumidor.
- compreensão das normas de certificação e o porquê das mesmas no nível da propriedade, para mostrar se o indivíduo tem o conhecimento base para gerar confiança dentro do grupo – indicadores: compreensão das normas e uso de registros.
- relações de solidariedade avaliando a capacidade de cooperação do indivíduo com o grupo para a construção de um sistema de controle interno nas questões:
  - tecnológicas – indicadores: cooperação na produção;
  - normas de certificação e registros – indicadores: cooperação na realização;
  - trabalho coletivo – indicadores: cooperação em atividades conjuntas;
  - problemas ambientais – indicadores: cooperação no tratamento da água.

Esses elementos foram escolhidos porque permitem observar o quanto o indivíduo está comprometido com o grupo tendo condições de mudar/construir um processo coletivo.

## **2 - Indicadores do processo pedagógico**

### **Indicadores de empoderamento**

Os indicadores de empoderamento escolhidos foram baseados em Oakley e Clayton (2003). Buscou-se verificar se o grupo está:

A – tendo sustentabilidade e autoconfiança, verificadas pelas ações iniciadas pelo grupo.

B - Construindo procedimentos e regras claras, freqüentando as reuniões e registrando os documentos de maneira apropriada para o seu SCI. Esses indicadores permitem avaliar se o grupo está demonstrando autogerenciamento;

C - sabendo identificar problemas e analisá-los, demonstrando capacidade de resolução de problemas;

D - sabendo selecionar líderes e difundindo informação transparentemente no grupo, demonstrando democratização;

Se o grupo demonstrar exercer essas ações, significa que ele está se envolvendo e sendo capaz de construir um Sistema de controle interno independentemente.

### **Indicadores de Participação**

A participação do grupo na construção do SCI foi verificada por meio de indicadores qualitativos (Campino et alli, 2004) que demonstram envolvimento de todos no processo; escolha da liderança e envolvimento em questões de cidadania externa ao grupo. Esses indicadores foram escolhidos por indicarem a forma e a dinâmica da tomada de decisão no grupo e por permitir a percepção das estruturas de poder.

### **3- Indicadores de Regras Coletivas**

#### **Indicadores de *Accountability***

O indicador de *accountability* analisa a prestação de contas dos registros e das regras de punição no grupo. O objetivo foi verificar se o grupo tem garantias do bom funcionamento da organização para continuar suas ações.

### **Indicadores de Mecanismos de *Enforcement***

O indicador permite avaliar se o grupo tem mecanismos de *enforcement*, se houve mecanismos de acompanhamento das atividades nas propriedades e como esta sendo feito. Como era o planejado e se houve alterações no planejamento (Knight, 1998; Ostrom, 1990). Além disso, o indicador verifica se foram implantadas regras para decisões e punições.

### **Indicadores de Integração Horizontal**

O indicador de integração horizontal serve para avaliar a frequência de encontros dos membros do grupo (Anderson e Krister, 2003), se o nível de frequência está maior ou menor, se há integração entre os membros do grupo; além disso, acrescentou-se a variável "frequência", o tipo de frequência, o gênero dos participantes (feminino ou masculino) e faixa etária.

### **Indicadores de Capital Social Estrutural**

O indicador de capital social estrutural escolhido foi o construído por Monteiro (2004), buscando avaliar a capacidade de cooperação do grupo.

A cooperação do grupo foi verificada por ações movidas pelo grupo para gerenciar o SCI, a disponibilidade de recursos e o que o grupo fez para ajudar na comunicação interna e externa.

### **Indicadores de Governança**

O indicador governança permite avaliar a capacidade do grupo de gerenciar seus recursos e levar à certificadora suas necessidades. Esse indicador deve ser capaz de mostrar se o grupo conhece seu próprio sistema de organização. Avaliar a governança do grupo é o mesmo que verificar se o grupo é capaz de definir caminhos para alcançar seus objetivos, demonstrando habilidade em buscar seus próprios interesses.

## **4 – Indicadores de Relações com a certificadora**

### **Indicadores de Integração Vertical**

O indicador de integração vertical escolhido é capaz de avaliar a frequência de contatos do grupo com a certificadora (Anderson e Krister, 2003) e o tipo de contato, quais as demandas envolvidas nesses contatos.

### **Indicadores de *Accountability* com a certificadora**

Este indicador avalia se a garantia que o grupo tem do seu processo satisfaz a certificadora. (Campino et alli, 2004).

### **Indicadores de Governança da relação com a certificadora**

Este indicador serve para verificar se a certificadora promove treinamentos para os produtores, se há um fórum de reclamações e esclarecimento de dúvidas; se há modificação de procedimentos dos produtores; se é produzido algum tipo de material que revele e difunda informações atualizada dentre os grupos de produtores sempre que necessário. O indicador objetiva de verificar se a certificadora promove a autonomia do grupo para que ele construa efetivamente o seu SCI (Picciotto, 1995).

*Todos os indicadores foram introduzidos por meio de perguntas abertas (ANEXO 2.4) a todos os elementos do grupo.*

## **8 - O CASO APROVE PELA AAOCERT**

### **8.1 Breve Histórico do projeto de Certificação de Grupo - o caso APROVE**

Havia um projeto denominado Campo Cidade. O principal objetivo de seus promotores era o desenvolvimento local. Apoiados pela Igreja Católica e a Fundação Campo Cidade, construíram uma escola no bairro Verara, na cidade de Ibiúna (S.P), e denominaram-na "Escola Família Agrícola, porque a maioria das famílias da região mora há muitos anos naquele bairro. A partir de então, fizeram um diagnóstico das principais necessidades da região. Para alcançarem os objetivos, traçaram 8 linhas de ação e uma delas deveriam levar os produtores a converter o processo convencional de produção ao processo de produção orgânica.

Em meados de 1995, uma pesquisa realizada pela presidente da AAO indicou que uma das famílias líder e integrante da APROVE usava uma quantidade excessiva de agrotóxicos. Essa família de produtores cultivava mandiocinha e hortaliças com muitas pulverizações e a consequência disso era um solo contaminado e problemas decorrentes da água contaminada.

A família vendia suas hortaliças principalmente para o CEASA de São Paulo. Mas a comercialização era difícil e só se dava com ajuda da Fundação Campo Cidade.

Foi então que os técnicos da AAO passaram a assistir àquela família de agricultores; para capacitar os membros da família promoveram vários cursos afim de prepará-los para a conversão ao sistema de produção orgânica. Enfim esse pequeno produtor juntou-se a dois parentes e tornou-se forte. Começou a fornecer seus produtos para uma importante comercializadora de produtos orgânicos.

Segundo alguns ex-presidentes da AAO, um dos pontos fortes dessa família era a capacidade de organização, por causa dos vínculos familiares, todos contribuíam porque conheciam os processos de produção.

Em 2002, depois de alguns anos produzindo e fornecendo os produtos para uma determinada comercializadora, os produtores que hoje são denominados APROVE procuraram a direção da AAO Associação, da qual eram associados e certificados individualmente, para reclamarem do sistema com a comercializadora da época. Depois de um tempo com o certificado daquela certificadora, o líder do grupo declarou que não eram donos do selo, mas somente a

comercializadora o era. Então criaram coragem para resolver esse problema e procuraram a AAO solicitando ajuda para obterem uma certificação de grupo de maneira que cada produtor pudesse obter seu selo individual também.

Envolvidos com o sindicato local, os produtores pensavam em adquirir um espaço para comercialização no bairro da Lapa, na cidade de São Paulo. Queriam organizarem-se para isso, mas ainda estavam ligados à outra certificadora. Foi a partir de uma reunião com o sindicato que se desenvolveu a idéia de uma cooperativa para a venda direta dos produtos, dali, surgiu a APROVE. Dessa forma a facilidade para organizarem-se aumentou, porque tinham o apoio do sindicato local, este ajudou aos produtores a constituírem-se como grupo juntamente com a AAO.

## **8.2 Caracterização Sócio-econômica da Associação de Produtores Orgânicos do Bairro Verava - APROVE**

O grupo APROVE é formado por nove produtores e suas famílias. A idade dos integrantes varia entre 23 e 57 anos. Do total de produtores, quatro são proprietários das terras cultivadas, os outros cinco são meeiros, sendo que os proprietários são parentes próximos ( como pai, mãe ou sogra).

O nível de instrução das famílias varia entre ensino fundamental incompleto e ensino médio completo. Alguns membros (de 3 famílias) do grupo estão cursando nível superior no momento.

Entre os membros da família existem alguns que não são agricultores, mas ajudam na produção e na gestão da propriedade. Dentre as ocupações destacam-se: uma auxiliar de vendas (na cooperativa de comercialização de produtos orgânicos); o motorista do grupo (parte da família de um dos integrantes). Dois filhos de produtores estão cursando ensino superior. O presidente da organização cursou administração rural pelo SEBRAE. Um dos produtores também fez o curso de Produção e Capacitação Rural do SEBRAE. Dos nove produtores do grupo familiar, cinco têm outras formações que não contribuem para a gestão da propriedade.

A renda média mensal bruta do grupo proveniente da agricultura, antes da certificação, variava entre 500 reais a 6.500 reais. Atualmente, a renda média mensal, associada a nova forma de comercialização (em forma de cooperativa), varia entre 1.500 reais a 15.000 reais.

A média dos que trabalham na propriedade e que são da família é de quatro pessoas por família, ou seja, 50% trabalham na produção familiar no mínimo oito horas por dia.

No início da certificação de grupo, havia em média um trabalhador temporário por propriedade. Atualmente, o número de empregados temporários dobrou. Empregados permanentes no grupo não é comum, apesar dos produtores mais tradicionais empregarem este tipo de mão-de-obra.

### **8.3 Evidências da Certificação de grupo da APROVE**

#### **8.3.1 Caracterização do momento atual**

A maioria dos membros do grupo demonstrou compreender a agricultura orgânica como uma agricultura sem agrotóxicos, com solo vivo, que melhora a saúde e a qualidade de vida de produtores e consumidores.

Sobre as questões sociais da agricultura orgânica, apenas um produtor disse ser uma agricultura ecológico-social correta, que cuida do meio ambiente com produção mais organizada.

Os aspectos econômicos foram explicitados por apenas um produtor, que disse ser a agricultura orgânica de vida mais saudável, que traz melhoria de renda e mais amor porque trabalha sem veneno; um outro disse que "deve ter um preço melhor".

A compreensão do grupo sobre o que é agricultura orgânica também levou em consideração a saúde do consumidor. O grupo demonstrou saber manter a vida do solo por meio de adubação verde, compostagem, uso de adubos orgânicos e controle biológico, rotação de culturas, curva de nível, calagem e o uso de técnicas para evitar erosões. As pragas e os inimigos naturais das plantas são combatidos por meio de controle biológico e produtos permitidos pela certificadora, como os extratos de alho e pimenta. Alguns produtores mencionaram o dipel, o tricodemos, repelentes de arruda e sal.

Quanto as questões sociais e das relações de trabalho verificou-se que dos nove integrantes do grupo cinco têm empregados permanentes e os demais trabalham com empregados temporários; um dos produtores do grupo trabalha com os dois tipos; dois produtores trabalham com o sistema de meeiros. A duração dos contratos de trabalho varia de seis meses a um ano,

podendo ser renovado posteriormente. Todos os empregados registrados residem na vizinhança, cada um na sua própria casa. Evidenciou-se uma preferência pelos empregados permanentes por serem mais qualificados. Os empregados temporários normalmente não são agricultores e são mais escassos na região, além disso, o tempo gasto com o ensino da produção não compensa. Todas as famílias do grupo desenvolvem a horticultura. Os produtores que trabalham com meeiros dividem todos os gastos e não existe distinção de trabalho entre eles, todos fazem tudo na propriedade. A produção também é dividida com quem trabalha na terra e a venda da produção dos meeiros também é conjunta.

Os produtos são comercializados, atualmente, por meio de uma cooperativa e de empresas comercializadoras. No momento o grupo está negociando novos canais de comercialização. As preocupações mais frequentes dos produtores em relação aos consumidores verificadas nas entrevistas foram: a qualidade e a aparência do produto, higiene, rastreabilidade do produto e a política desleal de preço praticada pelo mercado.

A compreensão do grupo sobre o que é certificação de grupo se limitou à conclusão de que é uma certificação mais barata para redução de custos. Alguns participantes evidenciaram também que é uma certificação que ajuda o grupo a vender os produtos com menor custo e uma certificação mais adequada por causa da situação econômica e companheirismo de todos. O grupo demonstrou compreender que esse tipo de certificação traz mais vantagens que desvantagens. Apenas um dos produtores colocou a certificação de grupo como sendo um risco e uma desvantagem.

As questões ambientais foram discutidas dentro o grupo, discutiu-se sobre o cuidado do grupo com relação a fonte da água. Todos trabalham com a nascente e disseram não correr risco de contaminação a montante. O grupo não trata a água depois do uso devolvendo-a ao rio sem tratamento, indicando, assim, que o grupo não tem bons cuidados com água que usa.

Segundo os entrevistados, as normas da certificação orgânica existem para: melhorar o controle da produção; gerar mais confiança no produto; manter o produto com qualidade constante; dar mais segurança ao consumidor; validar o selo de qualidade, dar credibilidade à certificação; explicar melhor como produzir organicamente.

O grupo de produtores afirmou que as normas também valem para quem não tem certificação, mas é mais difícil de serem cumpridas sem ela. O padrão diferente de produção, as normas de conservação do solo, a conservação da água e do meio ambiente, o acompanhamento

da produção, o controle de insumos e a conservação de matas ciliares foram os pontos que os produtores consideram importantes nas normas da certificadora. Porém, quanto a compreensão das normas, demonstram ter ainda muitas dúvidas sobre as novas regras para certificação. Os pontos de dificuldades mais destacados foram: como organizarem-se para um melhora o controle; o preenchimento dos registros; quais são os insumos permitidos; o que pode substituir os insumos restritos; a construção de regras no grupo e normas de produção.

Sempre que há dúvidas, os produtores procuram a certificadora, na pessoa do presidente da APROVE ou do inspetor externo. Geralmente, afirmaram, a certificadora procura sanar-lhes as dificuldades relacionadas à certificação, entretanto, atualmente, tem sido mais moroso o atendimento.

O grupo considera os registros exigidos pela certificadora como uma garantia de certificação. Um deles respondeu que sem os registros o grupo não consegue vender nas empresas. Assim, no entendimento dos produtores, os registros são importantes porque: aumentam o controle da produção; promovem o acompanhamento pessoal; ajudam no controle e no histórico da produção; ajudam a certificadora obter mais confiança do grupo; ajudam na utilização dos os produtos; ajudam na organização.

Entretanto, a pesquisa também verificou algumas dificuldades dos produtores em relação aos registros. As principais foram: a falta de tempo de todos para preencher os registros; não compreensão de alguns pontos das planilhas; gasta-se muito tempo com a comercialização e não sobra tempo para o preenchimento dos registros; há itens desnecessários no questionário que não os ajudam na compreensão sobre o que é necessário escrever.

Atualmente as auditorias das propriedades são feitas por dois inspetores internos. Os entrevistados disseram ser importante a existência do inspetor local porquê: facilita o trabalho da AAOcert; é mais fácil o inspetor local se locomover até as propriedades; reduz o custo do deslocamento de um inspetor externo; barateia custos gerais; facilita e melhora o encaminhamento do processo; perde-se menos tempo; organiza-se os problemas antes da chegada do inspetor externo.

Os produtores demonstraram compreender a importância de um "Sistema de Controle Interno" (SCI) no grupo. Entenderam que o SCI poderia ajudá-los a: tornarem-se mais organizados, corrigirem falhas, não fugirem das normas, manterem a produção e verificarem o lucro. Um dos produtores afirmou que, com o SCI, o grupo sabe o que fazer com mais clareza,

além de que reduz-se os custos de certificação. Por outro lado, o grupo ainda não sabe como fazer esse controle com mais eficiência.

As relações de solidariedade entre os membros do grupo são bem evidentes quando observa-se a limpeza do barracão coletivo (entrepasto); todos os produtores ajudam na limpeza de vez em quando, apesar de existir um responsável para esta tarefa. Os produtores da APROVE são os responsáveis apenas por auxiliar na produção, quando surgem dúvidas, entretanto, quando necessário, ajudam também nos demais aspectos. Quanto ao entendimento das normas e registros, também fica a cargo do presidente da organização e de seu vice, mas todos demonstraram disposição em ajudar nesta área, quando necessário. Com relação ao preenchimento de registros, a mesma coisa. Quanto ao tratamento da água, quando os membros do grupo utilizam de fontes de água conjuntamente, o tratamento e a limpeza também são conjuntos. Aqueles que utilizam a fonte individualmente ainda não apresentaram necessidades neste sentido.

Os produtores apresentaram suas preocupações em produzir cada vez mais e melhor. Para tanto, as principais atividades desenvolvidas pelo grupo são:

- organização do barracão e da documentação;
- organização do grupo e da certificação;
- entrega dos produtos no barracão;
- organização de festas;
- pagamento de aluguel;
- organização de registros de certificação e CNPJ;
- organização de reuniões periódicas e conversas;
- produção com qualidade e confiança;
- busca de cursos para aperfeiçoamento e capacitação;
- organização das atividades em geral para não prejudicar o grupo.

Os entrevistados afirmaram que as atividades do grupo são distribuídas sempre entre todos, em sistema de mutirão. Alguns membros apresentaram-se com maior responsabilidade perante o

grupo, principalmente a secretária, o presidente e seu vice que são ao mesmo tempo os inspetores internos.

O grupo não apresentou pessoas responsáveis para resolver as pendências bem definidas da AAOcert. Não houve consenso quanto a este aspecto. As pessoas mais citadas para este trabalho foram o presidente, o vice-presidente e o tesoureiro.

O trabalho coletivo é pago e dividido entre todos igualmente, como despesas da associação; se algum trabalho é feito por alguém de fora do grupo, é feito voluntariamente, sem remuneração. Os produtores mostraram-se solidários uns com os outros, por meio de diálogos nas reuniões e conversas no barracão, ajudam-se mutuamente a cumprirem os compromissos, lembram-se do que há para fazer, enfim, trabalham diretamente com a necessidade das pessoas, quando há disponibilidade de tempo.

Os produtores demonstraram construir o SCI em conjunto, durante as reuniões mensais do grupo. Começaram com o que já sabiam e foram construindo o SCI sob a orientação dos inspetores externos da certificadora. Também comunicavam-se via telefone, por meio de conversas informais. Nas reuniões, traçavam os próximos passos da organização. Cada um tem as suas anotações e existe o inspetor local para verificar o cumprimento de regras e os registros. A verificação é feita de quatro em quatro meses com acompanhamento do inspetor local nas propriedades. Quanto ao SCI, faz-se uma inspeção interna a cada quatro meses. Utilizam um *check list*, verificam as planilhas de colheita, de plantio e os insumos. Os dados são os mesmos da AAOcert, porém ajustada ao momento.

Diariamente, surgem os assuntos no barracão, ou mensalmente, nas reuniões do grupo. De qualquer modo, os assuntos referentes ao SCI são tratados pelo grupo, sem a presença de um representante da AAOcert. O grupo demonstrou não saber claramente quem é o responsável pelo SCI, porém, quatro nomes foram sugeridos para tal responsabilidade.

Ficaram evidentes as dificuldades gerais, do grupo, com relação a construção do SCI, mais especificamente, quanto a construção de uma rotina de identificação das "não-conformidades", e conseqüentemente, sua redução.

O grupo demonstrou distinguir claramente o papel da cooperativa com a qual trabalha do papel da associação. O papel da associação é o de produzir. A cooperativa, de alguma forma, ajuda os produtores a organizarem sua produção quando solicita, deles, informações sobre qual tipo de insumos estão comprando, quais os dias de colheita, como estão usando o solo, etc. Além

disso, a cooperativa ajuda ao grupo na venda direta dos produtos, enquanto o grupo entra com os custos da cooperativa. A cooperativa, por outro lado, pede o certificado atualizado da AAO e as notas fiscais da compra dos insumos. Lamentavelmente, muitas das informações solicitadas pela cooperativa de alguma forma não estão sendo organizadas pelo grupo, principalmente pela falta de tempo para isso.

Os registros e certificados originais ficam guardados com a secretaria e com o presidente da associação, mas cada produtor ter uma copia do certificado, além da cópia de cada certificado afixada em lugar central do barracão. Apesar disso, o grupo não tem um controle eficaz da documentação. Todos os registros das decisões tomadas nas reuniões estão em atas, entretanto, afirmaram que recentemente as atas não tem sido feitas, e o motivo é a desorganização e falta de uma pessoa responsável por esta tarefa.

Quanto a venda, o frete ou entrega dos produtos, a compra de insumos, estas são atividades realizadas em conjunto, pelo grupo de produtores.

Com relação aos registros de propriedades, todos entendem e disseram participar do preenchimento dos registros individuais, que cabe a cada produtor. Os produtores afirmaram entender o que o inspetor local preenche, e, se não entendem, esclarecem na hora nas reuniões mensais. Por outro lado, a maioria apresentou falta de tempo para o preenchimento de registros por causa do trabalho na produção e por falta de uma estratégia que facilite essa anotação diariamente. Portanto, o entendimento dos registros não era evidenciado na prática.

Apesar dos problemas de "não-conformidades" relacionados principalmente ao não preenchimento de registros pela maioria do grupo, os produtores demonstraram não haver necessidade de mudanças na forma de operar os procedimentos no SCI. Entretanto, os produtores demonstraram necessidade de mudanças no estatuto da associação por causa dos erros de português e alguns parágrafos que devem estar em conformidade com a lei. Mas boa parte do grupo afirma não saber quando existe a necessidade e a maioria diz que por enquanto não houve necessidade de mudar muitas coisas, apenas no começo da certificação, como as planilhas propostas pela AAOcert, por exemplo.

Segundo os produtores, atualmente, os procedimentos e as regras mais importantes e evidenciadas nas entrevistas são: todas são importantes; o estatuto da APROVE; a união no trabalho (por exemplo, ninguém deve desmerecer ao outro); as normas de correção e de punição para quem não fizer as coisas corretamente (apesar do grupo não cumpri-las); todos participarem

das decisões; a produção ser de qualidade constante; o trabalho das roças ser igualitário; sanções do grupo (na prática não são aplicadas); registros preenchidos (não estão em conformidade com as regras); pagamento de contas coletivas.

Apesar de várias "não-conformidades" às normas, os membros do grupo afirmaram sentir confiança uns nos outros, sentem-se mais confiantes de que irão conseguir manter a certificação da APROVE.

As opiniões mais divergentes no grupo foram com relação à: compras e vendas coletivas, definição e aplicação das punições, normas de produção, construção de regras de funcionamento. A discussão desses problemas e os riscos associados à perda da certificação do grupo são identificados nas reuniões, durante as conversas, nas visitas de campo, nas inspeções locais, na verificação dos registros, quando se fala sobre o uso de insumos restritos, e quando não se cumpre alguma regra. Todos falam abertamente sobre os problemas que põem em risco a certificação. Todos discutem sobre problemas de doenças na família, quedas de produtividade e outros problemas econômicos que possam estar dificultando a atividade familiar. De modo geral os problemas mais discutidos são esses, mas são comentados de uma maneira informal no grupo, sem que haja uma pauta de reunião organizada previamente.

Além dos assuntos mencionados acima, o grupo discute questões relacionadas à contaminação externa. O mais freqüente após um ano de certificação de grupo é o uso de insumos permitidos, existe, inclusive, soluções técnicas sendo encaminhadas, mas essas soluções, muitas vezes, dependem da certificadora, que, por sua vez, é morosa no encaminhamento das respostas. São muitas as vezes em que se levanta a discussão sobre o que deve ser feito para resolver determinado problema, porém, na maioria das vezes, o grupo não sabe identificar a melhor maneira de mitigá-lo.

A avaliação dos riscos que podem afetar a produção orgânica é feita somente quando alguém do grupo traz o assunto à tona, mesmo assim, a avaliação dos riscos não é sistematizada, é comentada eventualmente, sem organização. Os riscos mais considerados pelo grupo mostraram ser: a compra ou venda de materiais, a necessidades econômicas do grupo, doença de algum membro do grupo, o tratamento do solo de maneira correta. O grupo não identificou os problemas detectados no começo da entrevista, como o tratamento da água após o uso, por exemplo. Muitos problemas passam despercebidos pelo grupo.

Uma propriedade a ser visitada pelo inspetor externo é identificada quando: alguém do grupo não preencheu por completo todos os registros; a propriedade é observada nas visitas segundo os pontos mais importantes das normas; percebe-se irregularidades por meio do *check list*; alguém usa um produto de fonte "não-confiável" ou duvidosa; há mudança da área de lavagem de produtos.

O inspetor interno sempre procura visitar 100% das propriedades, verificando o uso de insumos restritos, e se todos seguem as mesmas regras e preenchem os documentos. No momento das entrevistas, as visitas estavam sendo adiadas por falta de tempo dos inspetores internos.

Nas entrevistas, ninguém soube dizer como o SCI define as propriedades a serem visitadas. O grupo tem muitas dúvidas quanto a este assunto e não existe discussão sobre isso nas reuniões do grupo. Não há um controle para verificar o cumprimento das regras de certificação e do grupo em seu SCI. O cumprimento das regras está sendo negligenciado por falta de tempo e de organização dos inspetores internos.

Os entrevistados disseram perceber que seguem rigorosamente as regras do grupo pelo seguinte: há um histórico de trabalho de muitos anos na agricultura orgânica; há uma vasta experiência da maioria de seus membros na lida com orgânicos; há bom nível de participação nas conversas; há bom nível de convivência; existem registros de cada membro; há confiança e sinceridade nas reuniões; existe uma fiscalização; ninguém do grupo tem vergonha de expor os problemas de sua propriedade. Embora houvesse essa quase plena consciência sobre as ações adequadas do grupo, algumas dessas ações não têm sido eficientemente executadas, por exemplo, o preenchimento dos registros e a fiscalização interna do grupo.

Quanto a comunicação do grupo, os entrevistados afirmaram ser boa, sempre são informados sobre as novidades do grupo. As informações são transmitidas informalmente pelos próprios membros, na convivência diária, nas reuniões mensais, na entrega dos produtos no barracão. Afirmaram que todos têm acesso à documentação e aos registros, dos membros e do grupo, ou seja, as informações circulam dentro do grupo democraticamente.

As reuniões são programadas para acontecer todos os meses, o aviso é dado com antecedência, e são realizadas mesmo que não haja quorum. As decisões são tomadas de comum acordo, pelo consenso geral, mas, às vezes, afirmaram os produtores, as questões são urgentes e por isso precisam serem decididas com o número de produtores presentes no momento. Se

alguém não compareceu à reunião, é informado sobre o que foi decidido no dia seguinte, no barracão.

A pesquisa verificou que as pessoas mais ouvidas pelo grupo são o presidente e o vice-presidente, porque sugerem mais idéias e demonstram conhecimento sobre os assuntos de certificação. O tesoureiro do grupo também foi apontado como um dos mais ouvidos, por ter demonstrado conhecimento e experiência em sua tarefa. E a secretária, esta foi apontada como uma das mais experientes por estar em contato com pessoas que sabem mais. Por outro lado, quando a pauta é identificar problemas no grupo, todos são ouvidos, afirmaram os entrevistados.

Com relação ao senso de coletivismo dos produtores, as tarefas que cabem ao grupo são divididas entre todos os membros. Segundo os entrevistados, todos fazem de tudo um pouco. As atividades da associação são bem divididas entre os membros e suas respectivas famílias. Todos têm uma função na organização da associação. Entretanto, com relação às atividades do SCI elas são divididas mais entre os que têm mais habilidades e experiência no assunto, há duas das famílias, por exemplo, que não exercem responsabilidades fundamentais para o grupo. Já o presidente, o vice, a secretária e o tesoureiro ficam com as principais tarefas do grupo por demonstrarem mais facilidades com os assuntos e entendem mais sobre o processo, inclusive, eles são de famílias diferentes. Há um senso de democracia no grupo, pois os cargos e as tarefas foram delegados àquelas pessoas de comum acordo da maioria, em consenso entre os membros do grupo.

Há que se ressaltar que, no momento da pesquisa, todo o grupo participava de atividades da Fundação Campo Cidade. Um dos entrevistados disse que a APROVE sempre contribui com as atividades de preservação do meio ambiente no bairro. O envolvimento dos membros do grupo com atividades da igreja católica na região é forte.

Quanto a organização e administração, o grupo não demonstrou ter mecanismos para controle e prestação de contas ou das atividades de representação da associação, nem sequer tem controle das vendas de seus produtos. As informações são divulgadas aos membros do grupo nas reuniões mensais e diariamente no barracão. As questões de risco identificadas pelos inspetores interno e externo são levadas ao conhecimento de todos nas reuniões mensais, ou depois de cada visita. A cada três meses é feita uma reunião com todos do grupo para discutirem os problemas, mas sem registro em atas.

O grupo também não apontou nenhum tipo de mecanismo usado para garantir o bom funcionamento da organização e continuidade das ações planejadas. Aliás, no momento da pesquisa, o acompanhamento das ações acordadas nas reuniões era feito pela inspeção interna, a cada quatro meses! Depois das visitas, um prazo era estipulado, na reunião com o grupo, para que se resolvessem os problemas identificados. Entretanto, observou-se que, o acompanhamento das ações, depois de vencido o prazo para ações corretivas, não estava sendo feito devido à falta de tempo e de planejamento para tal verificação.

Quanto ao regulamento interno, têm-se o seguinte: quando não se cumpre a decisão ou a tarefa determinada, senta-se e conversa-se com todos para se chegar a um entendimento. Já existe, inclusive, um conjunto de punições e correções para quem não cumprir as normas acordadas, entretanto, as tais ainda não foram aplicadas. Isso se deve a própria filosofia e estrutura social do grupo, pois as relações entre os membros são construídas com base na confiança mútua, assim, acabam não cumprindo o acordo dentro do prazo e acham difícil aplicar as punições ao membro negligente. Vê-se que ainda não estão acostumados com esta prática rígida.

Quanto ao relacionamento social, os produtores da APROVE encontram-se diariamente no barracão, na entrega dos produtos, e mensalmente, nas reuniões do SCI, para pagamentos de contas da associação, inclusive. Nas reuniões as conversas são sobre tudo. Exceto as atividades da associação, o grupo se encontra nas festas de confraternização da associação e nos eventos da cidade. Quase todos comparecem aos eventos sociais, só não por motivo de doença ou cansaço. Vê-se aí uma indicação da integração horizontal no grupo.

Quanto aos recursos disponibilizados para ajudar ao grupo, os principais identificados foram o tempo para as reuniões e o caminhão para o frete. O motorista é também um produtor do grupo. Além do tempo disponibilizado para as reuniões, o grupo estava empenhado ceder tempo para cooperar na resolução das pendências da AAOcert. Os entrevistados afirmaram ajudar ao grupo na implementação do SCI, principalmente dando idéias para a pauta das reuniões. Quanto a comunicação das informações, ajudam principalmente telefonando aos membros do grupo e em conversas no barracão. Os produtores demonstraram haver necessidade de adquirirem um telefone, um fax e um escritório central para a associação. Também precisam entender melhor o preenchimento dos registros e aprimorar as planilhas de plantio, de colheita e os controles parciais; também precisam diminuir as "não-conformidades", preparem uma lista dos insumos permitidos. O grupo identificou também a necessidades de providenciar uma pessoa habilitada

por um curso de gestão e organização para tomar conta de todo o serviço de secretaria, para organizar a documentação e os registros da associação. Por outro lado, os produtores não conhecem nenhum tipo de mecanismo de avaliação contínua de suas ações, e, conseqüentemente, sentem dificuldade para definir os caminhos para alcançarem as soluções.

Segundo os entrevistados, a relação entre o inspetor local e a certificadora é esclarecedora, na maioria das vezes. Entretanto, um deles alegou que a certificadora demora muito para esclarecer as questões, principalmente aquelas referentes ao SCI, e algumas vezes são necessárias soluções imediatas para evitar perdas de produção e de vendas. Para exemplificar a morosidade da certificadora, citaram a questão da cama de frango e o potássio, que são proibidos no entanto a AAOcert não indica o que pode ser usado em substituição, conseqüentemente, não sabem o que usar. Apesar da morosidade AAOcert para dialogar com a APROVE sobre a construção do seu SCI, sempre que possível, a certificadora é prestativa.

As relações entre a AAOcert e a APROVE é boa, no conceito dos produtores. As decisões da certificadora são transmitidas à APROVE com clareza, na maioria das vezes, pelo gerente de qualidade e de certificação, pelo inspetor externo e o diretor da AAOcert. Segundo os produtores, a certificadora constantemente incentiva as propostas de mudanças no SCI. Quando gostam das propostas aceitam ou dialogam com o grupo para possíveis aprimoramentos. A certificadora avalia os procedimentos do grupo e aconselha quanto ao aprimoramento. Por outro lado, apesar da liberdade que a certificadora dá ao grupo para desenvolver suas propostas, ela não fornece um treinamento adequado para que o grupo aprimore seus procedimentos.

### **8.3.2 Avaliação dos produtores sobre o processo inicial de certificação de grupo da APROVE**

Os produtores avaliam que o nível de comprometimento do grupo com agricultura orgânica aumentou. No início da certificação a maioria dos produtores não alcançava a curva de nível, não sabiam manter a vida do solo como atualmente. As relações de trabalho continuam as mesmas, grande parte das atividades das famílias sempre foi a horticultura, mesmo antes das novas regras. As questões econômicas e ambientais permaneceram quase as mesmas, sendo que atualmente o grupo prioriza a qualidade do produto, a higiene e há mais preocupação com a saúde e bom preço para o consumidor.

O grupo avalia ainda sentir muita dificuldade para compreender as normas de certificação e registros, desde o início das novas regras até hoje permanecem as mesmas dúvidas sobre o preenchimento dos registros de grupo.

Segundo os produtores, a necessidade de um SCI foi apresentada ao grupo pela AAOcert em uma reunião na casa de um dos membros. Explicaram a importância e mostraram as dificuldades da certificação individual. Foram apresentadas as vantagens do novo tipo de certificação e falaram sobre o que era um SCI em linhas gerais. Depois da reunião, o presidente da APROVE, que também era o inspetor local do grupo, fez um estágio com um dos inspetores externos da certificadora. O estágio foi bom porque o inspetor local pôde aprender como é feita uma inspeção na prática.

No início da organização, a presença do inspetor externo era maior por causa do estágio e das frequentes dúvidas que o grupo tivera em relação às novas normas. Mas o grupo também se reunia mensalmente sem presenças externas, para organização do próprio grupo. No início, a adaptação às novas normas foi um pouco difícil.

O grupo, no início da organização, apresentou algumas novas idéias. As planilhas de controle de plantio e colheita foram modificadas pelo próprio grupo. Os membros acharam que as planilhas da certificadora eram mais difíceis de serem preenchidas e os produtores já tinham o próprio modo de preencher essas informações do antigo sistema da comercializadora com a qual trabalhavam. As idéias do aluguel do barracão, para centralizar a entrega dos produtos, e o acréscimo de mais um inspetor interno, depois de seis meses com as novas regras, partiram do grupo. Todas essas práticas ainda estão sendo praticadas pelo grupo.

O problema do uso de insumos permitidos é grave, na avaliação do grupo, e que não conseguem solucioná-lo. A falta de punição para a "não-conformidade" às normas também é um problema que não sabem resolver, desde o início das novas regras.

No início da certificação poucas coisas eram feitas em conjunto. Ao longo do tempo, a entrega dos produtos (o frete), a comercialização e a compra de alguns insumos passaram a ser em conjunto. Segundo eles, a forma de operar mudou muito pouco desde o começo. Os controles internos e os registros praticamente continuam os mesmos. Mesmo os registros de compras de insumos que são feitos em conjunto são registrados individualmente. As regras de operação e funcionamento praticamente permanecem inalteradas, como o *check list*, as reuniões mensais e as

"não-conformidades". Esses resultados indicam que o grupo está com problemas no autogerenciamento.

Houve uma evolução crescente em relação à confiança entre os membros do grupo do início do projeto até o momento. Dos nove membros entrevistados, oito disseram que a confiança que tinham em seus companheiros quando começaram aumentou, e um deles disse que permanece constante. Disseram que aumentou o grau de confiança "porque o povo acredita mais nas coisas agora, por causa da necessidade de crescimento e porque compram as coisas conjuntamente". A idéia de um entreposto como o "barracão" foi do próprio grupo, e isto ajudou ao grupo em sua autoconfiança.

No início da certificação, os assuntos que mais causavam polêmicas, pontos de vista diferentes, referiam-se a construção de regras de funcionamento. Ainda hoje, os entrevistados disseram que essas regras ainda estão sendo construídas, apesar de outros assuntos também serem pertinentes.

O grupo avaliou a sua capacidade de identificar problemas como boa, como por exemplo, o caso do caminhão de um dos membros do grupo ser usado para o frete. O transporte dos produtos até a cooperativa era feito com o caminhão que pertencia a um dos membros. O dono do caminhão achou que as suas caixas estavam sumindo e chegou aos outros do grupo e pediu para fazer o frete individualmente. O grupo concordou sem problemas, houve um consenso geral e a relação entre eles continua normal. Atualmente, o frete é feito da mesma maneira, mas com o caminhão de outro membro do grupo. A avaliação dos riscos nunca foi organizada nas reuniões, os riscos eram e são comentados informalmente. No início da certificação, os riscos considerados eram referentes à contaminação de água por vizinhos, contaminação de coliformes fecais, ao uso de esterco, a erosão do solo e a compostagem. O grupo afirmou que a avaliação dos riscos nunca fez parte do SCI. Por outro lado, apesar de o grupo avaliar que sua capacidade para resolver problemas é boa, há alguns problemas que ainda permanecem desde a implantação das novas regras, por exemplo, aqueles relacionados ao gerenciamento e a construção do SCI. Verificou-se, portanto, que o grupo não sabe identificar certos tipos de problemas, muitas vezes por não compreendê-los como problemas graves.

A escolha do presidente (líder) do grupo foi por meio de votação, segundo a preferência comum entre todos e ele demonstrar mais facilidade em lidar com os assuntos de certificação, além de conhecer melhor a organização. Apenas um membro votou no atual tesoureiro para

presidente, por considerá-lo "uma pessoa de cabeça aberta". As informações desde o início circularam entre o grupo com clareza e transparência, indicando o bom nível de democratização.

Desde o início as atividades grupais são divididas entre todos. Até o momento não houve muitas alterações no envolvimento das pessoas com as atividades referentes à certificação de grupo. As pessoas que detêm mais responsabilidades também são as mesmas, e pelos mesmos motivos, com exceção do vice-presidente que no início não era muito envolvido e ao longo do tempo demonstrou suas habilidade e maior envolvimento nos assuntos do grupo. Hoje, inclusive, ele é inspetor interno. Isto indica que o grupo está aberto a novas possibilidades e ao envolvimento de novas pessoas.

Desde o início o grupo mostrou que presa pelo consenso. Todas as reuniões são decididas com o acordo de todos, inclusive com o apoio dos outros membros da família. A maioria considera importante a participação de todos nas reuniões, desde o princípio da organização.

A divisão de tarefas era feita por votação, em uma reunião, mas depois de um tempo alguns acharam que não se encaixariam bem em tais funções, então, entraram em comum acordo e as funções foram realocadas de acordo com a habilidade ou experiência de cada um sobre os problemas do grupo. Algumas pessoas ficaram com mais funções e outra com menos justamente por isso.

Dos nove entrevistados, todos já participaram de alguma atividade para ajudar o seu bairro e/ou bairros vizinhos. A maioria deles em associações de moradores. Os produtores, mesmo antes da certificação, sempre se interessaram por assuntos referentes a uma agricultura, em tornar a vida mais saudável e de melhor qualidade. Mesmo com a certificação individual, sempre se envolviam em eventos com a AAO para atividades relacionadas à agricultura orgânica. Entretanto, somente três dos nove entrevistados já representaram a APROVE ou agricultores orgânicos em simpósios e em eventos da Escola Agrícola de Ibiúna, da Ecoar, da AAO, da prefeitura, em congressos e cooperativas de crédito do sindicato. Um desses representantes foi o fundador da escola agrícola de Ibiúna.

A prestação de contas do grupo no início era menor do que atualmente, na opinião do grupo. As informações eram passadas de forma mais informal do que hoje e os riscos eram identificados pelos inspetores interno e externo, eram levados ao conhecimento dos mais envolvidos no processo. Agora, com as reuniões agendadas as informações facilmente são levadas ao conhecimento de todos.

Inicialmente, o acompanhamento das ações acordadas nas reuniões era feito pela inspeção interna a cada três meses; o objetivo era verificar o *check list*, como acontece atualmente. A inspeção interna era feita por um inspetor local apenas. Hoje, segundo o grupo, o acompanhamento é feito a cada quatro meses e a inspeção interna é feita por dois inspetores locais. O acréscimo de mais um inspetor local objetiva a neutralidade na verificação do inspetor local quanto às suas propriedades, desta forma a verificação é feita cada um inspecionando a propriedade do outro. Apesar do acréscimo de mais um inspetor local no sistema do grupo, o prazo para o acompanhamento aumentou para quatro meses, ainda alegam a falta de tempo para esta tarefa, pois as tarefas relacionadas à produção estão aumentando cada vez mais e os inspetores locais não conseguem organizarem-se para tanto.

Para os membros do grupo não houve muita diferença quanto à frequência de encontros e contatos desde o início da certificação. A diferença é que eles se encontravam diariamente na casa de um dos produtores para entrega dos produtos da cooperativa, e mensalmente, nas reuniões formais, para tratarem do SCI e demais assuntos cotidianos do grupo e das famílias. Antes, o grupo sempre se reunia para festas de confraternização entre as famílias ou do bairro. Agora, salientaram, o contato é feito em local único, no barracão, inclusive melhorando a integração do grupo.

Os produtores sempre disponibilizaram recursos próprios para ajudar ao grupo. Avaliaram que essa é uma vantagem que o grupo tem. Sempre existe alguém no grupo disponibilizando um caminhão, ou ganchos e subsoladores para afofar o solo, além do tempo disponibilizado para as reuniões e a resolução de pendências com a certificadora.

A governança continua sendo considerada como problemática na avaliação do grupo. Os entrevistados continuam com dificuldades no preenchimento dos registros e a falta de tempo desde o início das novas regras. Desde o início sentem a necessidade de aprimorar as planilhas de plantio e colheita, minimizar os controles parciais e um enquadramento para datas de inspeções locais. Tudo isso porque não há tempo para cumprir as datas, preencher os registros e alguns documentos sobre o uso de insumos, os quais demandam mais trabalho e dificulta ainda mais essas tarefas. Atualmente o desafio é maior do que no início, avaliaram.

A relação entre o inspetor local e a certificadora sempre foi esclarecedora, segundo os entrevistados e sempre procuraram a certificadora para resolver suas questões. No começo as respostas chegavam era mais rápido porque os problemas eram menores, agora, com relação aos

insumos o processo é mais lento. Na avaliação do grupo, isto é ruim, porque precisam de soluções imediatas, porque o mercado não espera e terminam perdendo produção e venda por causa disso.

Não houve mudanças, segundo o grupo, na maneira como a AAOcert dialoga com a APROVE durante o processo de construção do seu SCI. Sempre que precisam, tem alguém para esclarecimento de dúvidas, entretanto, as questões nem sempre são solucionadas.

No início da certificação de grupo, os mais procurados para transferência de decisões eram a gerente de qualidade e certificação e o inspetor externo. Atualmente, as decisões são transferidas para quem está mais disponível no momento, incluindo o diretor da AAOcert. As informações vindas da certificadora sempre foram transmitidas à secretária e esta as transfere para o grupo. O grupo avaliou que não houve alterações nessa dinâmica com a certificadora, e sentem a necessidade de mais informações e treinamentos para a construção de seus procedimentos.

#### **8.4 Evidências empíricas da intervenção: SAR - Sistema de Avaliação de Risco no grupo**

A intervenção pelo SAR (Sistema de Avaliação de Risco) poderia se dar de duas maneiras, porém, o grupo escolheu experimentar uma só metodologia: diagnosticar um único problema, seguir uma diretriz, e observar a eficiência do método no resultado final, e torcer para que fosse positivo para o grupo.

O processo durou 2 dias. No primeiro dia, duas horas de trabalho levaram ao resultado de apenas uma linha da matriz definida. Isto porque no começo do trabalho foi difícil definir o problema inicial. Já no segundo dia, trabalhou-se o dia inteiro e definiu-se mais dois problemas e toda a matriz.

O grande desafio da intervenção foi iniciar pelo problema mais relevante nas questões da certificação do grupo. Portanto, risco considerado mais importante, e que o grupo gostaria de discutir primeiramente, foi o preenchimento de registros. Algumas causas identificadas pelo grupo como risco foram: (1) a falta de hábito do grupo associada à desorganização e o esquecimento da tarefa devido a mudança de responsáveis pelos registros; (2) a falta de tempo das pessoas para os registros, porque são elas quem mais trabalham, com escala de produção além de suas capacidades; (3) a falta de atenção devido ao cansaço e as dúvidas frequentes

quanto aos registros. Os riscos e as causas identificados foram atribuídos à falta de compreensão sobre os registros de certificação de grupo.

As soluções propostas foram as seguintes: 1) quanto a falta de hábito e de organização do grupo, ficou estabelecido que discutiriam as possibilidades de novos controles de produção na propriedade; 2) no campo familiar, a solução foi organizar os registros das informações sobre a produção em planilhas e colocá-las em uma prancheta afixada em local visível para evitar o esquecimento e todos terem acesso aos dados; 3) quanto ao preenchimento das planilhas, convinha registrar as informações semanal ou quinzenalmente para não se perder informações importantes, inclusive, deveria-se marcar as alterações de planejamento na planilha; 4) eleger um dos membros do grupo para encarregar-se desta atividade de preencher os registros. Discutiu-se também a possibilidade de o grupo aderir soluções que viessem de fora, como a possibilidade de o aperfeiçoamento do SCI ser trabalhado em conjunto com a certificadora, por exemplo (ver Anexo 2.5).

Os procedimentos revistos até aqui foram de caráter individual: a prancheta com os registros e preenchimento da planilhas, o registro periódico das alterações no planejamento, a delegação dessa tarefa de preencher e controlar as planilhas para todo o grupo à uma única pessoa. Mas também discutiu-se sobre os procedimentos dos subgrupos. Nestes últimos, incluiu-se os procedimentos estabelecidos para o inspetor interno, tais como: organizar a pauta de reunião mensal considerando as situações de risco; observar as alterações de procedimentos e registros; definir o encaminhamento das soluções e fazer as avaliações das planilhas e dos registros do grupo. Ao auditor externo coube o procedimento de organizar uma reunião com o grupo para verificarem as possíveis mudanças nos procedimentos propostos (inclusive, mudanças nos registros), além de lhe caber a avaliação do SAR daquele grupo.

Como resultado da intervenção possibilitaram a seguinte avaliação sobre a evolução das soluções encaminhadas: no campo individual, o indicador é a prancheta preenchida ou modificada e o nome da pessoa responsável pela família. Nos subgrupos, caso houver, o nome do responsável, os participantes, a lista de presença e as atividades desenvolvidas. O indicador dos procedimentos dos inspetores internos / externos é o livro de atas com as atas das reuniões. Para solucionar o problema da mudança de responsável pelos registros, decidiu-se pela capacitação de novas pessoas para realizar a tarefa e, inclusive, solucionar o problema da falta de atenção, o cansaço e as dúvidas frequentes sobre os registros.

O segundo risco identificado pelo grupo foi a falta de procedimentos para as não-conformidades verificadas pelo inspetor interno. As principais causas são: o não encaminhamento do problema para a reunião mensal e falta medidas corretivas. As soluções levantadas em conjunto foram: 1) levar os problemas para as reuniões mensais e 2) adotar medidas corretivas na propriedade.

Os procedimentos construídos para isso foram: no campo individual, a correção da não conformidade; nos subgrupos, a formação de subgrupo (s) de apoio para mitigar os problemas.

Os procedimentos construídos para o inspetor interno foram os seguintes: o estabelecimento de prazos para corrigir a "não-conformidade", e uma nova visita de campo, salvo se houver comprovação de que ela ocorreu; definição das punições de acordo com a gravidade da situação; fazer cumprir os mecanismos de sanção.

Os procedimentos do inspetor externo foram avaliar os mecanismos de sanção do grupo e avaliar as novas não-conformidades.

Quanto às responsabilidades, o grupo definiu o seguinte: todos seriam responsáveis por levantar os problemas de não-conformidades nas reuniões mensais, pela correção das não-conformidades apontadas nas famílias e propriedades, e pela formação dos subgrupos de apoio.

#### **8.4.1 Avaliação da intervenção no grupo**

Observou-se um forte interesse dos produtores pela nova metodologia proposta para solucionar os problemas da certificação de grupo. No final da intervenção, os produtores avaliaram a metodologia como muito boa e gostariam de continuar o processo, porque conseguiram visualizar uma melhor maneira de organização. Perceberam a possibilidade de construir um SAR e que teriam mais efetividade em seus controles.

Os indicadores permitiram avaliar falta de compreensão dos produtores sobre muitos pontos fundamentais das novas regras, e a intervenção fez com que essa falta fosse reduzida em alguma medida (Tabela 4).

O grupo aumentou o empoderamento por ter demonstrado maior capacidade de construir, conjuntamente, as soluções para os problemas identificados e criar procedimentos para estas

questões, antes nunca pensadas de forma pedagógica. Viu-se, daí, aumentada também a capacidade de autogerenciamento do grupo, e, sem dúvida, algumas mudanças importantes na forma de operar do grupo contribuíram para isso. Um fator importantíssimo observado, foi que, na avaliação dos produtores, a autoconfiança do grupo aumentou depois da intervenção.

Os caminhos para a resolução de problemas foram mais facilmente identificados pelo grupo com a técnica de visualização por tarjetas, pelo menos alguns dos problemas nunca solucionados foram diagnosticados e, de alguma forma e em alguma medida, os produtores buscaram soluções de acordo com as suas realidades. Cabe ao grupo, agora, colocar em prática o que foi planejado.

A democratização da informação entre o grupo também está mais bem desenvolvida, já que a intervenção possibilitou a visualização de todo o processo por meio de tarjetas afixadas na parede do barracão.

O índice de participação do grupo foi bom, embora haja expectativa de melhora. No primeiro dia foram sete produtores, de um total de nove no grupo. As ausências foram justificadas: o motorista do grupo deveria entregar os produtos à cooperativa e estava atrasado; o outro produtor precisava permanecer na produção (já que trabalhava com o pai e o pai estaria presente na reunião). No segundo dia a participação também foi de sete produtores, desta vez, estavam ausentes o presidente da associação (por motivo de doença) e o seu irmão (que participava de uma reunião com o sindicato dos agricultores, no centro de Ibiúna). De uma maneira geral, o envolvimento do grupo foi bom. Esperava-se, contudo, que as próximas reuniões pudesse contar com o envolvimento e participação de todos os membros.

A intervenção também possibilitou ao grupo identificar os responsáveis para cada tarefa de uma maneira mais eficiente; assim, dividiram melhor as tarefas entre os membros do grupo, sem ferir os limites das diretrizes estabelecidas internacionalmente.

A prestação de contas, os procedimentos a serem seguidos, foi mais bem desenhada, avalia-se, portanto, que melhorou também a *accountability* no grupo.

Os mecanismos de sanções para as "não-conformidades" tendem a ser mais bem encaminhados, pois o método aplicado permitiu melhor visualização das "não-conformidades" às normas. Entretanto, é necessário pelo menos mais uma avaliação do processo de certificação do grupo para se verificar a efetividade do planejado.

O grupo conseguiu com a intervenção montar um sistema de avaliação de suas necessidades e traçar os caminhos para satisfazê-las, aprimorando, assim, a sua capacidade de governança. Por outro lado, a relação com a certificadora ainda não pôde ser avaliada, porque a proposta metodológica ainda será encaminhada à AAOcert.

Em suma, o SAR poderá ser um importante instrumento para a organização do grupo e a eficiência do seu SCI, se a certificadora e associação trabalharem juntas e identificarem a quem cabe o trabalho de diagnóstico dos problemas. Embora a metodologia proposta limite-se ao planejamento, cabe ao grupo e as demais organizações envolvidas o trabalho de constante replanejamento, além de estabelecer as medidas corretivas ou punitivas para eventuais falhas do processo.

**Tabela 4. Indicadores de avaliação do processo pedagógico e de controle social da APROVE**

Indicadores	Momento 1	Momento 2	Momento 3
<b>A- Processo Pedagógico</b>			
<b>1 - Empoderamento</b>			
Ações iniciadas pelo grupo	Planilhas de controle de plantio e colheita foram modificadas pelo grupo.	Aluguel do barracão, acréscimo de mais um inspetor interno, criação conjunta da cooperativa CAISP	Uso da prancheta para registro, reflexão e aperfeiçoamento de procedimentos no SAR.
Sustentabilidade e auto-confiança	100% de inspeção	50% de inspeção - disseram ter aumentado a confiança entre os membros.	100% de inspeção Dúvidas sobre o interesse em continuar com a cert. De grupo. Final da reunião: Fortalecimento da confiança de construção de um processo coletivo
Autogerenciamento			
Responsável pelo SCI	Várias pessoas responsáveis	Papéis mais bem definidos para esta função	Reflexão de quem é a responsabilidade pelo SCI.
Definição de regras claras e procedimentos	Definição do papel do inspetor interno	Definição de regras de punição	Construção de regras mais claras para vários procedimentos
Resolução de problemas do grupo			
Identificação de problemas	Necessidade de operacionalização do grupo e desenvolvimento de sistema de registros	Operacionalização deficiente, falta de registros e falta de aplicação das regras de punição	Definição de 2 estratégias de registros diferenciados.
Avaliação e análise de riscos	Não se aplica	Não se aplica	Compreensão da importância do SCI ser baseado no SAR
Soluções encaminhadas	Compreensão e elaboração de um SCI precário. Identificação de um inspetor interno e de regras de punição.	Elaboração de regras de punição e identificação de mais um inspetor interno.	Reflexão sobre a montagem do SAR e complexificação do SCI.
<b>2- Participação</b>			

Processo de decisão e seleção de líderes	Votação e consensual	Consensual	constante
Envolvimento de todos no processo	Construção e decisão de regras feita por 4 membros	9 membros e alguns familiares	Ampliação do envolvimento com mais membros da família
Divisão de tarefas	decisão da divisão por votação e as tarefas eram divididas em 4 pessoas principalmente	Decisão da divisão por consenso e por melhor afinidades de tarefas mais bem distribuídas entre os diferentes membros.	Divisão por consenso, maior envolvimento de pessoas na divisão de tarefas.
<b>B-Comprometimento Individual</b>			
<b>1- Agricultura Orgânica</b>			
Questões tecnológicas – cuidado c/ o solo	pouco	melhor	constante
Questões sociais – relações de trabalho	Relações justas	Constante	Não se aplica
Questões ambientais – água utilizada	Alerta para o problema	constante	constante
Questões econômicas – comprometimento com o consumidor	Qualidade, aparência, higiene.	Itens anteriores + preços injustos do mercado.	constante
<b>2- normas de certificação</b>			
Registros	falta de registros e muitas dúvidas	falta de registros e poucas dúvidas	Busca consensuada para os problemas de registros
Compreensão as normas	Pouca compreensão	Maior compreensão	Maior compreensão do SCI e solução para algumas dúvidas
<b>3- relações de solidariedade</b>			
Com as normas de certificação/ registros	Pouca ajuda	Pouca ajuda	Ajuda mútua para a realização dos registros
Com o trabalho coletivo	atividades em conjunto - 2	Atividades em conjunto - 4	Aumento da co-responsabilidade
<b>C Controle Social do Grupo</b>			
<b>1- Accountability</b>			
registros	Sem prestação de contas – reuniões s/ atas	constante	Construção de procedimento para prestação de contas com prazos definidos e pessoas responsáveis
Regras de punição	Não identificação – não se aplica	Foi identificado o problema mas não foram cumpridas	A construção da importância do grupo construir essa responsabilidade
<b>2- Mecanismos de Enforcement</b>			
Acompanhamento	Inspeção interna a cada 3 meses com 1 inspetor – 100% de visita interna.	Inspeção interna a cada 4 meses com 2 inspetores por questões de tempo e neutralidade – sem 100% de visita interna	Reflexão sobre o papel do inspetor interno
Implantação das decisões: regras de punição	Sem regras de punição e/ou correção – visita externa de 100%.	Construção das regras. Visita externa de 50%. não aplicação das regras de punição. Visita de 100%.	Reconhecimento em grupo da importância de aplicar as punições Co-responsabilidade com o inspetor interno e o grupo para com as não-conformidades
<b>3 – Integração Horizontal</b>			
	Relacionamento semanal	Construção do barracão levou ao relacionamento diário.	Disponibilidade para 1 dia de reflexão sobre o SCI para aprimorá-lo.
<b>4- Capital Social</b>			

<b>Estrutural</b>			
Gerenciamento do SCI	Tempo disponível para reuniões e pendências da AAOcert	constante	1 em 9 membros não participou da reunião do SAR
Disponibilidade de recursos	Rodízio do uso de caminhões dos membros do grupo	Fixado o uso de 1 caminhão de um associado.	Não se aplica
Comunicação interna e externa	Ajuda por meio de telefones.	constante	Deram importância para que o produto final da reunião ficasse à mostra no barracão para o que não foi.
<b>5- Governança</b>	Não tinha SCI	Sem sistema de avaliação interna e aprimoramento contínuo.	Construção de indicadores de avaliação pelo grupo através do SAR
<b>D - Relações com a Certificadora</b>			
<b>1 - Integração Vertical</b>			
Relação entre inspetor local e certificadora	Esclarecedora com maior rapidez na ajuda de poucos problemas	Problemas mais complexos e intensos com maior necessidade de esclarecimento mas não respondido com rapidez.	Existência de muitas dúvidas não respondidas.
Demandas envolvidas nos contatos	Construção do SCI	Construção das regras de punição do SCI e uso de insumos	Apoio aos jovens para poder punir líderes mais velhos do grupo - não respondida pela certificadora
<b>2 - O processo de accountability do grupo satisfaz a certificadora</b>	Compreensão da necessidade de accountability	Identificação de falhas do processo de accountability	Definição mais clara das responsabilidades individuais. Depois da intervenção a certificadora ainda não avaliou o resultado da montagem do SAR.
<b>3 - Governança</b>			
Treinamentos e disponibilidade de material	Sim	Não	Não avaliado pela certificadora. Reflexão sobre a capacidade de auto-gestão do grupo.
Fórum de reclamações e dúvidas da certificadora	Não apresentaram a questão por falta de compreensão do seu papel no processo	constante	Reflexão que pode levar à mudança de comportamento a ser avaliada.
Liberdade de modificar procedimentos	Aceitação das planilhas já utilizadas pelo grupo	O direito não foi utilizado	Reflexão que pode levar à modificação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

Nosso estudo indicou que, enquanto a agroecologia está em construção, hoje, o mercado exige a certificação de terceira parte por auditoria, principalmente para os produtos orgânicos de exportação. As estatísticas foram evidentes, mostraram que este tipo de certificação é uma das causas de exclusão dos produtores de base familiar do mercado atual, principalmente no Estado de SP, talvez porque não se leva em consideração as características do produtor familiar. Algumas alternativas foram desenvolvidas nacional e internacionalmente para minorar esse impacto negativo da certificação.

1) A Certificação Participativa em Rede – CPR (nacionalmente). O processo de CPR, assim como a maioria das certificações alternativas de produtos orgânicos, baseia-se em processos educativos e controle social envolvendo todos os atores dentro da cadeia produtiva, mas com foco na participação do consumidor para garantir a qualidade orgânica. Entretanto, enquanto a alternativa nacional, por um lado, é mais apropriada culturalmente aos agricultores familiares, por outro, é excludente, porque os custos para implantá-la nacionalmente são altos, se considerarmos que é dependente de uma forte rede de extensão rural e que envolve a questão da organização social. A Lei Brasileira de produtos orgânicos, entretanto, abre a possibilidade de reconhecimento da CPR. Embora exista esse reconhecimento, a regulamentação da lei ainda não trata da certificação participativa que será, em tempo oportuno, incorporada através de instrução normativa própria. Enquanto a CPR aguarda sua regulamentação, para os agricultores familiares está disponível, no momento, a certificação de grupo por auditoria desenvolvida pela IFOAM.

2) A Certificação de Grupo por Auditoria Externa da IFOAM (internacionalmente). Nosso estudo concluiu que as diretrizes da IFOAM indicaram possibilidades de processos mais participativos e pedagógicos por meio de um Sistema de Controle Interno – SCI, desde que haja treinamento ou orientação para introdução do grupo nas novas regras e que o grupo construa um SCI (Sistema de Controle Interno) baseado no Sistema de Avaliação de Risco – SAR. Por outro lado, essas diretrizes internacionais não estão sendo praticadas em países menos desenvolvidos ao redor do mundo.

Nossa pesquisa também indicou que essas críticas à certificação de grupo por auditoria externa no mundo estendem-se também ao Brasil. Um estudo feito com um grupo de produtores certificados pela AAOcert, APROVE, mostrou que a mudança institucional da certificação

individual para a de grupo não foi acompanhada de treinamento ou capacitação para responderem com eficiência às novas regras. A AAOcert não leva em consideração todas as diretrizes da IFOAM. Com este estudo ficou clara a necessidade de se colocar em teste as diretrizes da IFOAM.

Em contrapartida, nosso estudo sobre o regulamento da feira da AAO, em São Paulo, mostrou que a implantação de processos mais participativos, levando o envolvimento de todos os produtores da feira à construção de seu regulamento, aumentou o entendimento e a clareza do grupo sobre as regras. O estudo também indicou que o processo participativo da construção das normas do regulamento levantou maior interesse e melhor entendimento dos produtores do grupo 1 – exclusivamente familiar - indicando, desse modo, maior eficiência nesse sentido. Por outro lado, o processo de implantação deste regulamento, na prática, carece de mais capacitação para os produtores, principalmente para os que fazem parte da comissão de feira, afim de orientá-los na lida, na identificação de problemas e monitoramento.

Em suma, identificou-se que os produtores familiares, principalmente os do grupo 1, precisam de um programa contínuo de treinamento e capacitação, devido ao menor grau de instrução. Na prática da construção do regulamento, mostrou-se importante haver uma pessoa comprometida com o grupo, neste caso, a agrônoma da AAO, no sentido de balizar o diálogo e construir uma nova proposta em conjunto. Os produtores dos diferentes grupos demonstraram interesse, de alguma forma, em participar dos processos de certificação.

Cabe, portanto, à certificadora, identificar processos de certificação que sejam mais educativos e não somente punitivos, fazendo com que o produtor entenda o processo de produção orgânico.

### **Conclusões**

Conforme já apresentado, dentre os objetivos gerais do estudo almejou-se melhorar o nível de entendimento sobre os processos de certificação de produtos orgânicos, e assim, contribuir para a potencial de participação dos produtores em tais processos. Além disso, avaliar em que medida a certificação pode ser associada a um método didático-pedagógico, a fim de

reduzir-se as burocracias do Sistema de Controle Interno (SCI) e fortalecê-lo como instrumento de controle social da produção familiar.

De acordo com tais objetivos, o estudo foi norteado pela seguinte pergunta: será possível superar as críticas da certificação de grupo por auditoria externa, no Brasil, melhorando o processo de inclusão do produtor na garantia da qualidade do produto?

A CPR norteou a busca indicando um marco teórico em consonância com os objetivos. A teoria discutida indicou possibilidades de discussão de elementos que puderam contribuir para a definição dos indicadores que avaliassem participação e controle social.

O objetivo específico foi verificar se o processo de certificação de grupo da APROVE, proposto pela AAOCert, poderia abrir possibilidades de participação dos produtores na construção de tais processos, desta vez, baseando-se nas diretrizes da IFOAM e da CPR como marco teórico.

A hipótese central, portanto, foi que a diretriz da IFOAM, para a construção do Sistema de Controle Interno - SCI da certificação de grupo, permite considerar processos participativos e com controle social desenvolvidos como processo pedagógico a partir do Sistema de Avaliação de Risco - SAR. A segunda hipótese foi que trabalhar com os grupos a partir da avaliação dos riscos a que estão sujeitos dá aos agricultores melhor compreensão do que é o Sistema de Controle Interno (SCI) que precisam desenvolver.

As hipóteses foram testadas por meio da avaliação do processo de certificação de grupo da APROVE em três momentos. Os dois primeiros momentos sem o SAR. O último momento com a introdução do SAR no grupo por meio de uma intervenção feita pelo pesquisador deste trabalho.

### **Principais resultados do estudo:**

O fortalecimento do controle social pode ser indicado por meio da intervenção. A intervenção indicou que a prestação de contas dentro do grupo para com os procedimentos a serem feitos foi mais bem desenhada. Os papéis dos membros do grupo foram mais bem definidos, possibilitando uma melhor *accountability*.

Os mecanismos de enforcement foram construídos com maior entendimento e clareza de todos. O método utilizado possibilitou que o grupo visualizasse de mais claramente um encaminhamento para as "não-conformidades". Entretanto, é necessário fazer pelo menos mais uma avaliação do processo de certificação do grupo para verificar como o planejamento está sendo efetivamente cumprido.

Abriram-se possibilidades para encontros com a participação de outros membros da família, não somente dos membros da associação, promovendo maior integração horizontal.

O grupo conseguiu, com a intervenção, montar um sistema de avaliação de suas necessidades e um sistema de gerenciamento (encaminhamento) de suas necessidades aprimorando a sua governança.

Quanto à certificação ser associada a um processo pedagógico, o teste confirmou essa possibilidade, por meio do método da animação, com a visualização do processo de construção de regras pelas tarjetas (metodologia ZOPP).

O grupo aumentou o empoderamento com a nova metodologia, por ter demonstrado maior capacidade de construir, conjuntamente, soluções para os problemas identificados e procedimentos para questões, antes nunca pensadas, de uma forma mais pedagógica.

O auto-gerenciamento do grupo parece ter uma tendência de aumento, com algumas mudanças importantes na forma de operar os registros e a maneira de lidar com as "não-conformidades". A nova metodologia introduzida no grupo aumentou a habilidade de planejamento. A confiança do grupo aumentou depois da intervenção, segundo a avaliação dos produtores.

Os caminhos para a resolução de problemas foram mais facilmente identificados pelo grupo com a técnica de visualização pelas tarjetas; principalmente os problemas que raramente eram solucionados foram diagnosticados de alguma forma e em alguma medida; soluções foram buscadas de acordo com as realidades do grupo. Cabe ao grupo, agora, colocar em prática o planejado. A democratização da informação entre o grupo também está mais bem desenvolvida, já que a intervenção possibilitou a visualização de todo o processo por meio de tarjetas na parede do barracão. A informação está mais bem difundida entre todos do grupo e seus familiares.

A participação dos produtores aumentou qualitativamente, no sentido da ampliação das questões discutidas pelo grupo. O envolvimento foi mais bem aprofundado com a discussão de cada problema identificado.

Não foi possível verificar a redução dos processos burocráticos por meio do fortalecimento do controle social, porque o estudo de caso comprovou que o grupo não tinha ainda habilidade para o controle social, não havendo condições de o grupo dialogar sobre a questão naquele momento. Existe, portanto, a necessidade de futuros estudos para avaliar a possibilidade da redução da burocracia em seus processos. Além disso, o estudo não possibilitou testar os indicadores que demonstram relações com a certificadora após a intervenção. Esse teste possibilitaria verificar em que medida essa redução poderia ser feita.

Em relação à segunda hipótese, o estudo indicou que o trabalho com o grupo de produtores estudado a partir do SAR possibilitou um melhor entendimento sobre como construir seu SCI, demonstrando durante a oficina soluções aos riscos identificados com mais facilidade.

### **Conclusões Gerais**

As evidências do estudo, portanto, corroboraram com as hipóteses. Com a introdução das diretrizes da IFOAM, mais especificamente o SAR, para a construção do Sistema de Controle Interno (SCI) da certificação de grupo, foi permitido construir processos participativos e com controle social desenvolvidos como processo pedagógico a partir do Sistema de Avaliação de Risco - SAR.

Os resultados do teste indicaram que o trabalho com o grupo de produtores, a partir da avaliação dos riscos a que estão sujeitos, proporciona aos agricultores melhor compreensão do que seja o "Sistema de Controle Interno" que precisam desenvolver. Além disso a nova proposta ampliou a participação dos produtores e deu-lhes mais clareza para que pudessem exercer melhor gerenciamento, possibilitando-lhes, de uma maneira mais pedagógica, a construção do SCI do grupo, aplicando as diretrizes da IFOAM.

Quanto aos objetivos específicos, a introdução do SAR no grupo por meio da metodologia ZOPP abriu uma possibilidade de processos mais participativos na certificação de grupo da

AAOcert, facilitando a construção do SCI. A introdução do SAR no grupo, portanto, ampliou o controle social com a construção de novas regras coletivas.

### **Considerações Gerais**

Ficou evidente a necessidade de construir políticas públicas para facilitar/ animar o produtor no momento de mudança institucional, ou seja, de um processo de certificação por auditoria externa individual para o de grupo, em outras palavras, políticas que viabilizem, criem condições suficientes e capacitem o produtor familiar orgânico para esta mudança com um tipo de certificação de grupo por auditoria externa mais participativa e pedagógica.

Se por um lado, é recomendável que os formuladores de políticas públicas que atuam na área de inclusão da agricultura familiar na agricultura orgânica levem em consideração as diretrizes da IFOAM, por outro lado, é necessário o contínuo aperfeiçoamento das metodologias participativas na aplicação das diretrizes.

Finalmente, é necessário o envolvimento de organizações que trabalhem com a questão para a busca de aprimoramento dessas diretrizes.

## BIBLIOGRAFIA

- AAO (2002). “Estatuto da AAO certificadora”. São Paulo, 8p.
- ABRAMOVAY, Ricardo (2003). “O Futuro das Regiões Rurais”. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 149p.
- ALTIERI, Miguel (1999). “A Agroecologia. Bases científicas para una agricultura sustentable.” Nordan Comunidad: Montevideo. ISBN 9974-42-052-0. 338p.
- ARROW, K. J. (1974). “The limits of organization”. New York: Norton.
- ARTHUR, Brian W. (1989). “Competing Technologies, Increasing Returns, and Lock-In by Historical Events”. **Economic Journal**, 99, March, p. 116-131.
- ASSIS, Renato Linhares de. (2002). “Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas”. **Tese de Doutorado**, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas.
- BAAS, Stephan. (1998). “Participatory Institutional Development. SD dimensions 1998”. Roma: FAO.(on-line) disponível em: <http://www.fao.org/SD/ppDIRECT/ppAN0012.HTM> capturado 18/05/2005.
- BARKER, James, (1997). “Governance and regulation of power pools and system operators: an international comparison” / James Barker, Jr., Bernard Tenenbaum, Fiona Woolf. p. cm. - **World Bank technical paper**; no. 382, IV. Series. Set.
- BARZEL, Y. (1997). “Economic Analysis of Property Rights”. Cambridge: Cambridge University Press. caps. 4-6.
- BICCHIERI, C. (1997). “Learning to cooperate”, IN: Cristina Bicchieri, Richard Jeffrey and Brian Skyrms (eds), **The Dynamics of Norms**, Cambridge: Cambridge University Press, p. 17-46.
- BOURDIEU, Pierre (1986). “The forms of capital”. In: RICHARDSON, J. G. (ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York:Greenwood Press.
- BROSE, Markus (2001). “O Método ZOPP para planejamento e gestão de projetos” IN: **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Markus Brose (org.). Porto Alegre: Tomo Editorial, 312p.

- CALVERT, R. (2002). "Cooperation and Cooperation Failure". Presented at **Interdisciplinary Conference on Trust and Reciprocity in Experimental Economics**, Washington University, October 11-12.
- CAMPINO et alli, (2004). "Avaliação do Processo de Municipalização dos Serviços de Saúde", FAPESP, **Projeto No 98/14120-6**, São Paulo.
- CARMO, Maristela S. de. (1998). "A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável". **Agricultura em São Paulo**, SP, v. 45, nº 1.
- \_\_\_\_\_ (2004). "Agricultura Familiar e o Local na Transição Agroecológica" In: XLII Congresso Brasileiro de Economia E Sociologia Rural, Cuiabá. **Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia E Sociologia Rural**. Brasília: SOBER, v.CDRom
- CARVALHO, Yara M. Chagas & DULLEY, R.D. (1994). "O modelo de gestão da Fazenda Pirituba II, área 1, em São Paulo". **Agricultura em São Paulo**. São Paulo: v.41, n.2, p.21 - 32.
- \_\_\_\_\_ (1996). "O Desenvolvimento Social: novas perspectivas internacionais?" **Informações Econômicas**, São Paulo, v.26, n.4, p.66-68, abr.
- \_\_\_\_\_ (1999a) "Agricultura orgânica e regulação social." IN: AMBROSANO, Edmilson. Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_ & KUHN, Vera Lucia. (1999b). "Agricultura Familiar no Estado de São Paulo: política e condições econômicas." **Informações Econômicas**, São Paulo, v.29, n.8, pp.15-51, ago.
- \_\_\_\_\_ (2002a). "A agricultura orgânica e o comércio justo." IN: **CC&T**. Embrapa, v19, nº 2, maio/ago.
- \_\_\_\_\_ (2002b). "Agricultura Orgânica e agricultura familiar." IN: **V IESAV - Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção – SBSP**. Florianópolis, 20-23 maio. Anais CD ROM.
- \_\_\_\_\_ (2002c). "Seminário: Consumo Sustentável: O impacto no Meio Ambiente dos atuais padrões de produção e consumo". **Revista IDEC**, (em publicação).
- \_\_\_\_\_ (2003). "Proposta do Movimento Orgânico Nacional para Regulamentação do Mercado". (on-line) disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br> .capturado 18/08/2003.
- \_\_\_\_\_ (2004a). "O papel do movimento orgânico na regulação do mercado." (on-line) disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br> Capturado 16/03/2004.

- \_\_\_\_\_(2004b). “Construindo Solidariedade no Movimento Orgânico”. IN: **Faces do Brasil**. São Paulo.
- \_\_\_\_\_(2005). “Construindo a Rede Paulista de Agroecologia”. (on-line) disponível em: [www.iea.sp.gov.br](http://www.iea.sp.gov.br) . capturado 17/05/2005.
- COLEMAN, J.S. (1990). “Foundations of Social Theory”, Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, caps. 2-29.
- \_\_\_\_\_(1988). “Social capital in the creation of human Capital.” **American Journal of Sociology**, vol. 94, supplements.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD.(1988). “Nosso futuro comum.” Rio de Janeiro: FGV, 430p.
- CORDIOLI, Sergio. (2001). “Enfoque Participativo no trabalho com grupos.” IN: **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Markus Brose (org.). Porto Alegre: Tomo Editorial, 312p.
- DAROLT, M.R. (2002). “Agricultura Orgânica: inventando o futuro”. Londrina: IAPAR, 250p.
- \_\_\_\_\_(2003). “O Consumidor e o Mercado de Produtos Orgânicos” In: **I Simpósio : a Pesquisa em Agricultura Orgânica** , 2003, Lavras - MG. A PESQUISA EM AGRICULTURA ORGÂNICA. Lavras- MG: UFLA.
- DEBIEL, Tobias Terlinden, Ulf. (2004). “Promoting good governance in post-conflict societies”. **Discussion Paper**. Eschborn
- DULLEY, Richard. (s/d). “Histórico, presente e futuro da Associação de Agricultura Orgânica”. (mimeo). S/d.
- EGGERTSSON, T. (1990). “Economic Behaviour and Institutions.” **Cambridge Surveys of Economic Literature**, Cambridge: Cambridge University Press, Cap 1- 3, p. 3-79.
- EHLERS, Eduardo (1994). “A agricultura alternativa: uma visão histórica”. FIPE, **Estudos Econômicos**, v.24, p. 23-262.
- \_\_\_\_\_(1999). “Agricultura Alternativa: origens e perspectivas de um novo paradigma.” Guaíba: Ed. Agropecuaria, 2º ed.157p.
- FAVERET Filho, P. (org.) *et alii*.(2002). “Agricultura Orgânica: Quando o passado é futuro” **BNDES Setorial** , Rio de Janeiro, nº (15): 3-34, mar
- FISHER, R. & BROWN, Scott (1989). “Getting together: building relationships as we negotiate”. Penguin Books.
- FLO - Fairtrade Labelling Organization International (2002). “How does FLO work?” (online)

- disponível em. <http://www.fairtrade.net> . capturado 11/09/2002.
- FONSECA, Maria Fernanda. (2004a). "Alternative Certification". Torres-RS: **Proceedings of alternative certification workshop**: IFOAM, abril, 13-17.
- \_\_\_\_\_ (2004b). "Alternative certification and a network conformity assessment approach". **The organic standard**, nº 38, June.
- FREIRE, Paulo. (1971). "Pedagogia do oprimido". Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- GEIER, Bernward (2001). "Desenvolvimento Local num Mercado Global? O papel da IFOAM e do Movimento Agrobiologista na corrida à globalização". (on-line) disponível em <http://www.ifoam.org> (capturado 10/10/2001)
- GRUPO DE AGRICULTURA ORGÂNICA (GAO) (2004a). "Construindo a certificação participativa em rede no Brasil: cartilha para subsidiar as oficinas locais". Florianópolis: **GAO-Grupo de Agricultura Orgânica**, 44p.
- \_\_\_\_\_ (2004b). Desenvolvido pelo Portal Orgânico: Comunicações, 2000-20004. disponível em: <http://www.sitiodogao.com.br> . acesso em: 22/03/2004.
- GRANOVETTER, Mark (1985). "Economic action and social structure: the problem of embeddedness". **American Journal of Sociology**, vol. 91, n. 3, nov.
- GRAZIANO DA SILVA, JOSÉ (1982). "A Modernização Dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil", Rio de Janeiro: Zahar.
- GREEN, Raul; SANTOS, Roseli R. dos. (1991). "Uma reflexão teórico-metodológica sobre o processo de reestruturação do setor agroalimentar na América Latina". In: **Seminário Inovações tecnológicas e reestruturação do sistema agroalimentar**, 24-26 jun. Curitiba: UFP, 214p.
- \_\_\_\_\_ & SCHALER, Bernard & VAZ, Tereza N. (1997). "Relações Verticais e Coordenação no Sistema Alimentar". IN: **Conferência internacional...**, Itália 12/13 junho, (mimeo).
- GREGORY Jr. (1993). "Produção e comercialização de alimentos da agricultura orgânica no Estado de São Paulo". **Dissertação de Mestrado**, Brasil: Universidade de Bohn. 115p.
- HAAN, Luz Marina G. (2001). "Ao ritmo do corpo – Trabalho Corporal Expressivo. Um método de trabalho com grupos." IN: **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Markus Brose (org.). Porto Alegre: Tomo Editorial, 312p.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1970). "Exit, Voice and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States". Cambridge: Harvard University Press.
- HOUAISS, A. (2000). "Houaiss Dicionário da Língua Portuguesa". Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

IFOAM – International Federation for Organic Agriculture Movement (2000). “The accreditation programme: an overview.” (on-line) disponível em <http://www.org/accredit/overview.html> (capturado 28/03/2000).

\_\_\_\_ (2003). “Social Agenda for Organic Agriculture.” (on-line) disponível em: [www.ifoam.org](http://www.ifoam.org) : (capturado set./2003).

\_\_\_\_ (2004). “Growing organic: development of organic agriculture in developing countries. Certificación de grupos de pequeños productores.” (on-line) disponível em <http://www.ifoam.org> (capturado , ago/2004).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7/99, de 17 de maio de 1999. Diário Oficial da União, 19 de maio de 1999.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6/02, de 17 de maio de 2002. Diário Oficial da União, 19 de maio de 2002.

JESSOP, B. (1997). “Governance of Complexity and the Complexity of Governance: preliminary remarks on some problems and limits of economic guidance.” In A. Amin and J. Hauser (eds.) **Beyond Market and Hierarchy: Interactive Governance and Social Complexity**. Cheltenham: Edward Elgar.

KARAM, Karen. F. (2002a). “A agricultura orgânica como estratégia de novas ruralidades: um estudo de caso na Região Metropolitana de Curitiba” In: **V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção e V Simpósio Latino-Americano sobre Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários**, 2002, Florianópolis. V IESA/SBSP.

\_\_\_\_ (2002b). “Consumidores de produtos orgânicos: a experiência da Associação de Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná (ACOPA)” In: **V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção e V Simpósio Latino-americano sobre Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários**, 2002, Florianópolis. Anais do V IESA/SBSP.

KNIGHT, JACK AND JEAN ENSMINGER (1998). “Conflict over Changing Social Norms: Bargaining, Ideology, and Enforcement”, In: Mary C. Brinton and Victor Nee (eds.) **The New Institutionalism in Sociology**. New York: Russell Sage Foundation. p. 105-126.

LACKI, Polan. (1995). “Desenvolvimento Agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor”. **Série Desenvolvimento Rural** 9, Santiago: FAO, 6p.

LAMARCHE, Hugues (coord.) (1993). “Uma realidade multiforme.” Trad. de Ângela M.N.Tijiwa. In: **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Ed.UNICAMP, v.1.

- LANDIS, P.H. (1956). "Social Control: social organization and disorganization in process." New York: J.B. Lippincott Company.
- LANGENCUCH, Juergen R. (1968). "A estruturação da Grande São Paulo". Estudo de Geografia humana. **Tese de Doutorado** apresentada à faculdade de Filosofia, Ciências e letras da Universidade de Campinas.
- LANGLOIS, R. N. (1986). "Rationality, Institutions, and Explanation". In R. N. Langlois (ed), **Economics as a Process: Essays in the New Institutional Economics**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 225-255.
- \_\_\_\_\_(1995). "Do firms plan?" **Constitutional Political Economy** 6, p.247-261.
- \_\_\_\_\_(1997). "Rule Following, Expertise, and Rationality: A New Behavioral Economics". University of Connecticut (mimeo).
- LOURY, Glenn (1981). "Intergenerational transfers and the distribution of earnings." **Econometrica**, n. 49.
- MATTHEWS, R.C.O. (1986). "The Economics of Institutions and the Sources of Growth." **Economic Journal** 96 (December).pp.903-910.
- MEDAETS, J.P.P. (2003). "A construção da qualidade na produção agrícola familiar: sistemas de certificação de produtos orgânicos". **Tese de doutorado**, Centro de Desenvolvimento Sustentável/ Universidade Federal de Brasília: Brasília.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA s/l, s/d. disponível em: <http://www.mda.gov.br> acesso em: 21/03/2004.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA (2005). "Semana dos alimentos orgânicos MMA/ABRAS". Secretaria de políticas para o desenvolvimento sustentável/ Diretoria de economia e meio ambiente, abril (mimeo).
- MONTEIRO, F. (2004). "Desempenho institucional na gestão de recursos hídricos: o caso dos subcomitês de bacia hidrográfica Cotia-Guarapiranga e Billings-Tamanduateí na Região Metropolitana de São Paulo". São Paulo. 146p. **Dissertação (Mestrado)** – Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental – PROCAM, Universidade de São Paulo.
- MOREIRA, Rodrigo Machado; CARMO, Maristela Simões do. (2004). "Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável". **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.51, nº2, p.37-56, jul-dez.

NELSON R.R., WINTER S. (1982). "An Evolutionary Theory of Economic Change" Cambridge: The Belknap Press.

\_\_\_\_\_ & BHAVAN N. SAMPAT (2001). "Making Sense of Institutions as a Factor Shaping Economic Performance", **Journal of Economic Behavior and Organization**, 44:31-54.

NEVES, D. P. (1998). "O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais". In: Angela Ferreira e Alfio Brandenburg. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: EDITORA DA UNIVERSIDADE DO PARANA.

NORTH, D.; THOMAS, R.P. (1973). "The Rise of the Western World: A New Economic History". Cambridge: Cambridge University Press. p.8.

\_\_\_\_\_ (1981). "A Neoclassical Theory of the State." In: **Structure and Change in Economic History**. New York: W.W.Norton. cap.3.

\_\_\_\_\_ (1990). "Institutions, Institutional Change and Economic Performance", Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge. 152p.

OAKLEY, PETER & CLAYTON, ANDREW. (2003). "Monitoramento e avaliação de empoderamento." Intrac. Inglaterra. Junho, 2003. São Paulo, Instituto POLIS, 96p.

OLIVEIRA, Julieta Aier de (2000). "Lógicas Produtivas e Impactos Ambientais: estudo comparativo de sistemas de produção". Campinas. **Tese (Doutorado)** – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Capinas.

\_\_\_\_\_; BERGAMASCO, Sonia M.P.P.(2003). "Impactos Ambientais de Sistemas de Produção segundo as Lógicas Produtivas". **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, v.10, jan-jun.

OLSON, M. (1971). "The Logic of Collective Action". Cambridge: Harvard University Press, caps. 1-2, pp. 1-65 .

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO. (1995). "Sustainable Agriculture: concepts, issues and policies." Paris: OECD.

\_\_\_\_\_ (1998). "Local management for more effective employment policies", Paris: France.

- \_\_\_\_\_ (2001a). "Local partnerships for better governance", Paris: France.
- \_\_\_\_\_ (2001b). "Employment Outlook". Paris: France.
- \_\_\_\_\_ (2002). "Skills upgrading for the low –qualified: a new local policy agenda?" Official document, DT/LEED/DC.
- OSTROM, E. (1986). "An Agenda for the Study of Institutions." **Public Choice**, 48 (1), pp. 3-25.
- \_\_\_\_\_ (1990). "Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action". Cambridge: Cambridge University Press, cap. 1-2, p. 1-57.
- \_\_\_\_\_ (1992). "Crafting Institutions for self-governing irrigation systems". ICS Press. San Francisco, CA, US.
- PARK, Jae-Wook. (2004). "International understanding of local governance and the present conditions and problems of local governance in Busan." **Department of Public Administration**, Silla\_University, World Bank .
- PETRONE, Pasquale. (1964). "Os aldeamentos paulistas e sua função na valorização da região paulistana." Estudo de geografia histórica. **Tese de Livre- Docência** apresentada à cadeira de geografia humana da F.F.C.I. na USP.
- PICCIOTTO, ROBERT. (1995). "Putting institutions economics to work: from participation to governance". **Discussion paper** nº 304, Washington, DC: World Bank.
- PLANETA ORGÂNICO (2004). "Historia da Agricultura Orgânica: algumas considerações". S/l, s/d. (on-line) disponível em: [www.planetaorganico.com.br](http://www.planetaorganico.com.br) acesso em: 12/01/2004.
- PORTES, Alexandro (1998). "Social capital: its origins and applications in modern sociology". **Annual Review of Sociology**.
- PRETTY, J; WARD, H. (2001). "What is Social Capital?" **World Development** 29 (2), p.209-227.
- PUTNAM, Robert D (1993a). "Making democracy work: civic traditions in modern Italy". Princeton: Princeton University Press.
- \_\_\_\_\_ (1993b). "The prosperous community: social capital and public life." **The American Prospect**, n. 13.

- \_\_\_\_ (1995). "Bowling alone: America's declining social capital." **Journal of Democracy**.
- \_\_\_\_ (1996). "The strange disappearance of civic America." **The American Prospect**, n. 24.
- RODRIGUES, G.S. et al. (2003). "Avaliação de impacto de atividades em estabelecimentos familiares do novo rural." Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 43 p.
- ROMEIRO, A.R. (1998). "Meio ambiente e produção familiar na agricultura" In: **Agricultura Familiar: Desafios para a Sustentabilidade** - Coletânea ed. Aracaju/SE : Embrapa, v.1, p. 255-276.
- \_\_\_\_, BUAINAIN, A.M. (2000). "Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável" In: **X World Congress of Rural Sociology and XXXVIII Brazilian Congress of Rural Economics and Sociology**, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_, GUANZIROLI, C., BUAINAIN, A. M., SABBATO, A., BITTENCOURT, G. (2001). "Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI". Rio de Janeiro: Garamond, v.1. 284p.
- ROVER, Oscar José (2001). "O desenvolvimento pela ótica da rede CEPAGRO de desenvolvimento local sustentável". IN: **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Markus Brose (org.). Porto Alegre: Tomo Editorial, 312p.
- SAITO, Hiroshi. (1964). "O cooperativismo e a comunidade: caso da cooperativa agrícola de cotia". São Paulo, Editora Sociologia e política.
- SANTOS, L.C.R. (2002). "A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela Rede Ecovida de Agroecologia limites e desafios". **Monografia**, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 28p
- \_\_\_\_ (coord.). (2004). "Caderno de formação: certificação participativa de produtos ecológicos". Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 48p.
- \_\_\_\_ (2005). "Certificação Participativa em Rede: um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica no Sul do Brasil". CNPQ, **Projeto nº 52.0847/01-6**, Santa Catarina.
- SCHNEIDER, Hartmut. (1999). "Participatory Governance: The Missing Link for Poverty Reduction". **POLICY BRIEF No. 17**. Paris: OECD DEVELOPMENT CENTRE.
- SCHOTTER, A. (1986). "The Evolution of Rules". In Langlois, R. N. (1986) **Economics as a Process: Essays in the New Institutional Economics**. Cambridge: Cambridge University Press, cap5, 18p.

- SEN, A. (1982). "Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory", Ch. 4, A. Sen, **Choice, Welfare and Measurement**.
- \_\_\_\_\_ (1999). "Desenvolvimento como Liberdade", São Paulo: Companhia das Letras.
- SIMON, H. A. (1976). "From Substantive to Procedural Rationality". En S. J. Latsis, **Method and Appraisal in Economics**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 129-148.
- \_\_\_\_\_ (1978). "On how to decide what to do." **The bell Journal of Economics** 9(20): 494-507.
- SINGER, P & SOUZA, A R. (org.) (2000). "A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego." São Paulo, Editora Contexto, 360p.
- \_\_\_\_\_ (2000). "Economia Solidária". São Paulo, Vozes.
- SMALL FARM NEWS. (1999). California : University of California.
- SOTO, Gabriela. (2003). "El proceso de certificación orgánica, conceptos básicos". In: **Agricultura Orgánica: una herramienta para el desarrollo rural sostenible y la reducción de la pobreza** Del 19 al 21 de mayo. T u r r i a l b a , C o s t a R i c a, Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza - CATIE.
- SOUZA, M. Célia M. (2000/01). "Declaração de Vignola e plano de ação". **Agricultura biodinâmica**. Botucatu: ABD, 18(85), verão.
- STIGLITZ, J.E. (1998A). "Más instrumentos y metas más amplias para el desarrollo. Hacia el Consenso Post-Washington", **Instituciones y Desarrollo**. Outubro.
- \_\_\_\_\_ (1998b). "Private Use of Public Interest: Incentives and Institutions", **Journal of Economic Perspectives**, vol.12, issue 2 (spring), 3-22.
- STOKER, G. (1997). "Public-Private Partnerships and Urban Governance". IN: J. Pierre (ed.) **Partnerships in Urban Governance: European and American Experience**. London: Macmillan.
- SUGDEN, Robert (1989). "Spontaneous Order", **Journal of Economic Perspectives** 3(4): 85-97.
- UNCTAD (1996). "Organic production in developing countries: potential for trade, environmental improvement, and social development". [S.L.]: **United Nations Conference on Trade and Development**, Jul. 48p. (UNCTAD/COM/88).

- UNESCO– United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation (2005). (on-line) disponível em <http://www.unesco.org> (capturado 28/03/2005).
- VEIGA, J.E.S. (1996). “Agricultura familiar e sustentabilidade,” **Cadernos de Ciência e Tecnologia** (EMBRAPA), Volume 13, n.3, set./dez. p. 383-404.
- VOIGT, S. “Making constitutions work – conditions for maintaining the rule of law”, não publicado.
- WALZ, Erica. (2004). “Final Results of the FOURTH NATIONAL ORGANIC FARMERS’ SURVEY: Sustaining Organic Farms in a Changing Organic Marketplace. OFRF Communications Program Manager”, **Organic Farming Research Foundation**: Santa Cruz, California.
- WEBER, M. (1978). “Economy and Society”. (Edited by G. Roth and C. Wittich), Berkeley: University of California Press, vol. II, 1 102 p.
- WILLIAMSON, O. (1975). “Markets and Hierarchies: analysis and antitrust implications.” New York: Free Press.
- \_\_\_\_\_ (1985). “The economic institutions of capitalism”. New York: Free Press.
- \_\_\_\_\_ (1986). “The Economics of Governance: framework and implications.” In R. N. Langlois (ed), **Economics as a Process: Essays in the New Institutional Economics**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 171-202.
- \_\_\_\_\_ (1993). “Calculativeness, Trust, and Economic Organization”, **Journal of Law and Economics**, 36 (April).
- World Bank. (2001). “Investing in Rural Producer Organizations contributing to sustainable agricultural production”. **Rural Development Department (RDV)**. Agriculture Technology Notes. Nº 28. sep.
- YUSSEFI, M; Willer, H. (Ed) (2003). “Organic Agriculture World Wide: statistics and Future perspective”. Tholey-Theley: IFOAM.
- \_\_\_\_\_ (2004). “The World of Organic Agriculture: statistics and Emerging Trends”. IFOAM.

## ANEXOS

### 1. Lista de Tabelas e Figuras

#### 1.1 Tabelas

Tabela 1 – Tipologia dos produtores da Feira da AAO 1

Tabela 2 – Tipologia dos produtores da Feira da AAO 2

Tabela 3 – Matriz da Intervenção com o grupo APROVE

Tabela 4 - Indicadores de avaliação do processo pedagógico e de controle social da APROVE

#### 2. Roteiro de entrevista utilizado

**2.1 Roteiro de entrevista utilizado com Luiz Carlos Rebelatto dos Santos, da Rede Ecovida para melhor compreensão dos princípios e elementos da CPR com o objetivo de busca de um marco teórico para o trabalho.**

1. Como é feita a formação de um grupo com base nos ideais mais gerais do movimento agroecológico? o que é necessário todo produtor saber?
2. Como é a relação produtor - consumidor? Quem discute esse tema?
3. Como é construída a questão da qualidade do produto? quem discute e elabora a construção sobre esse assunto?
4. Como é construída e elaborada a questão da remuneração justa? Quem discute essas questões?
5. Quais são as diferentes formas de comercialização dentro da Rede? Que atores fazem parte dessa discussão?
6. O que é certificação para a Rede? Como é a formação do agricultor para a certificação em si? O que não é recomendado na certificação participativa de um produto orgânico?
7. Como é construído o trabalho de formação de um novo grupo? Como se trabalha com um grupo que nunca se envolveu em processos participativos? Existe material diferenciado? Quais materiais são usados?

8. Como entra a questão da tecnologia na formação do grupo? Como é feita essa discussão junto com os produtores? existe material para isso? Qual é esse material?
9. Como se constroem as normas? Ou como se constrói ou apresenta o controle social? Com quem as normas são discutidas e elaboradas?
10. Quais são as regras de monitoramento? de avaliação? de punição? são feitas em conjunto com os produtores? existe reunião para a construção dessas regras? Com quem? Quem decide?
11. O produtor sabe fazer o monitoramento? é fácil organizar o monitoramento entre o grupo? Existe capacitação para os produtores para isso?
12. Como se constrói a relação de confiança entre dois grupos? Qual é a conduta para isso? Existem regras mínimas sistematizadas?
13. Quais os canais de comunicação entre os produtores, destes com o grupo, do grupo com o núcleo e entre estes?
14. Durante a discussão das normas com os produtores, situações potenciais de risco do grupo e de cada estabelecimento em particular, são levadas em consideração?
15. Como é a formação dos componentes dos conselhos? Quem pode participar dos conselhos (certificação e ética)? Existe capacitação para isso? Quem pode participar?
16. Como é feita a elaboração da documentação? Existe um nível mínimo de documentação? quais são? quem participa dessa discussão e elaboração?

## **2.2 Roteiro de Entrevista utilizado com os produtores da feira da AAO**

1. Nome completo:
2. idade:
3. qual seu nível de instrução?
4. se tiver nível universitário, quanto tempo depois retornou à atividade agrícola?
5. é filho de agricultor?
6. Você trabalha com meeiros e/ou trabalhadores temporários? Quantos? Como é a sua combinação com eles? Quanto tempo está com você?
7. que ano começou a comercializar na feira da AAO? Até que ano estudou na escola?

8. O que a AAOcert pede para você fazer para que possa obter a certificação?
9. Você entende porque a AAOcert pede tantos registros?  
 facilmente    com um pouco de dificuldade    com muitas dificuldades  
Por quê? Onde está a dificuldade?
10. Você tem condição de fornecer todas as informações solicitadas pela AAOcert?  
 sim                     não                     uma parte    Porquê? Você acha que toda esta informação é necessária?
11. Como você acha que poderia ser o processo de produzir estas informações para facilitar a vida dos produtores?
12. Você entende o porquê das normas para a certificação orgânica?  
 facilmente     com um pouco de dificuldade     com muitas dificuldades  
De um exemplo do que entende e outro do que não entende.
13. Vocês são consultados para discutir mudanças nas normas?
14. Você gostou de participar da elaboração das normas para a feira? Por quê?
15. Acha que gostaria de participar de alguma coisa parecida para obter a sua certificação?
16. Você sabe de agricultores daqui da feira que estão tendo dificuldades em manter a certificação? ou com as normas da feira?  
 sim, poucos    sim, muitos     não    Porquê? Qual o motivo principal?
17. Existe algum tipo de capacitação sobre as normas? Se não existe, como os produtores fazem para tomar conhecimento dessas normas?
18. Quais são as exigências para um produtor novo na feira? Como ele fica sabendo sobre o que tem que ser feito?
19. Quem monitora a feira: os produtores ou a AAO? Qual o papel da Comissão de Feira e da agrônoma da AAO para garantir o cumprimento do que foi acordado no regulamento da feira?
20. Ocorrem reuniões da comissão de feira só com os produtores, sem a presença da agrônoma da AAO? Em que situações se reúnem sem ela e em quais se reúnem com ela?
21. Quando existe algum problema com um dos feirantes com relação à qualidade orgânica do produto, a iniciativa de averiguar o problema e encontrar a solução cabe a quem?
22. Existem ações tomadas pelos agricultores da feira independente da direção da AAO?  
Existem determinações da AAO que precisam ser acatadas pelos produtores? Como

foi o processo de exclusão da Horta e Arte, uma decisão dos produtores ou da direção da AAO?

23. Como se tomam as decisões: por maioria ou consenso dentro da feira?

Qual é o papel dos cônjuges e filhos na tomada das decisões na feira? Cada feirante tem direito a um voto ou a tantos quantos são os membros da família que queiram participar? Como é a participação das mulheres?

### **2.3 Roteiro de entrevista utilizado com a gerente de qualidade da AAOcert**

O objetivo deste roteiro foi investigar se existe uma cooperação entre a certificadora e o grupo de produtores em construir coletivamente a certificação de grupo, com a participação do grupo local, baseado nas teorias de ação coletiva da NEI.

1. Qual o objetivo da certificação de grupo da AAO? Como ela é apresentada para o grupo de produtores?
2. Quais são os procedimentos para construir o relacionamento com o grupo?
3. Quais são os procedimentos para fomentar e avaliar a coesão interna do grupo e suas relações de confiança e credibilidade dentro do grupo, com outros atores do encadeamento produtivo e consumidores?
4. Como se constrói o SCI com os produtores?
5. Existe um documento mínimo exigido pela AAOcert para ser usado pelo inspetor local?
6. Existem regras mínimas de funcionamento do grupo que são exigidas e/ou avaliadas pela AAOcert?
7. O que se espera do sistema de sanções pelo próprio grupo? Como se estimula esta elaboração?
8. Existe a expectativa de construção de um sistema de controle de riscos pelo grupo? O que se espera dele? Como é estimulado junto aos produtores (número de reuniões, orientações dadas ao técnico da AAOcert ou na capacitação do inspetor interno, etc...)?
9. Como o sistema de avaliação de riscos é integrado ao SCI e a inspeção?

10. O padrão de certificação da AAOCert exige homogeneidade nos documentos produzidos pelo SCI de todos os grupos? Como isto é introduzido junto ao grupo de produtores? Seria possível obter uma cópia deste documento?
11. Como se dá a capacitação do inspetor interno? Quem paga pelo processo? Existe envolvimento da AAOCert no processo junto aos grupos? Quem faz e quem paga por isto? de assessoria ao grupo para Quais os procedimentos da certificação da AAO para prevenção dos riscos da produção? Quais os documentos necessários? É necessário um registro mínimo? qual é esse padrão mínimo?
12. Existe a preocupação em facilitar o trabalho de registro de documentos por parte do produtor e do inspetor interno?
13. Depois de acordados e discutidos, as regras de funcionamento e os documentos a serem produzidos quais são os canais existentes para um contínuo processo de revisão e aprimoramento pelo grupo de produtores?

## 2.4 Roteiro de entrevista utilizado com os produtores da APROVE

### Identificação Pessoal

1. Nome \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_
2. sexo \_\_\_\_\_ Masculino ( ) Feminino ( )
3. Idade \_\_\_\_\_ (anos)
4. Nome do responsável pela propriedade:
5. qual o maior nível de instrução na família \_\_\_\_\_
6. quais as formações profissionais dos membros da família que de alguma forma contribuem para a produção e gestão da propriedade? \_\_\_\_\_
7. qual a renda média mensal? Familiar proveniente da agricultura \_\_\_\_\_
8. Quantas pessoas da família trabalham na propriedade e quantas horas cada?
9. Quantos trabalhadores têm na sua propriedade fora à família por tipo de contrato:  
 assalariado temporário:  
 assalariado permanente:  
 meeiro:

## **I – Comprometimento Individual**

### **Capital social cognitivo**

#### **Agricultura orgânica**

##### **Questões tecnológicas**

1. O que você entende sobre agricultura orgânica?
2. O que você faz para manter a vida do solo?
3. Como você combate as pragas e os inimigos naturais?

##### **Questões sociais - Relações de trabalho**

4. Qual o tipo e duração do contrato do trabalho complementar ao da sua família, na sua propriedade? Onde residem?
5. Quais são as atividades que a família desenvolve?
6. Você trabalha com meeiros ou com trabalhadores permanentes? Porquê?

##### **Questões Econômicas**

7. Se tiver meeiro, como é definida a divisão dos gastos e da produção?
8. Como você comercializa seus produtos? Vende toda a produção dos meeiros junto com a sua ou eles podem vender a parte deles independentemente?
9. Quais as preocupações que você considera mais importantes em relação ao consumidor?
10. Porque decidiu ter a certificação de grupo? Quais são as vantagens e desvantagens?

##### **questões ambientais**

11. Qual é a fonte da sua água? Ela corre risco de contaminação a montante (para o lado da nascente do rio)? Como é a qualidade da água que você devolve ao rio? Carrega sedimentos?

##### **Normas de certificação e registros**

12. Porque existem as normas para a produção orgânica certificada? Elas também valem para quem não tem certificação?
13. O que você acha importante nas normas da certificadora?
14. Você tem dúvidas sobre as normas da sua certificadora? O que faz quando tem dúvidas? Já fez isto a respeito das dúvidas acima? Não resolveu?

15. Qual a importância dos registros que a certificadora pede para você? Para que servem? Quais as maiores dificuldades em preenchê-los?
16. Certificação de grupo: Quem faz a auditoria das propriedades do grupo?
17. Certificação de grupo: Porque não é o inspetor da AAOCert, só?
18. Certificação de grupo: Você sabe que precisam ter um Sistema de Controle Interno? Para que serve?

### **Relações de solidariedade**

19. Você ajuda alguém do grupo:
  - a. na produção? (questão tecnológica)
  - b. no entendimento das normas de certificação? (normas e registros)
  - c. no preenchimento de registros? (normas e registros)
  - d. na limpeza do barracão da APROVE? Quem ajuda a limpá-lo? (trabalho coletivo)
  - e. no tratamento da água para seu vizinho a jusante (corrente contrária à nascente)? (questão ambiental)
20. Quais são as atividades que o grupo tem que desempenhar?
21. Como elas são distribuídas entre vocês? O que cabe a você e sua família?
22. Quem vai resolver as pendências da AAOCert?
23. Como são pagos os trabalhos coletivos?
24. como você ajuda o grupo a cumprir seus compromissos?

## **II– Processo Pedagógico**

### **Empoderamento do grupo**

#### **Ações iniciadas pelo grupo**

25. Como a AAOCert apresentou para vocês a necessidade do SCI?
26. Como é que o grupo está construindo seu SCI?
27. Do que é constituído? Como está sendo organizado?
28. Somente se trata do SCI com a presença da AAOCert?
29. Que atividades ou ações foram propostas pelo grupo e não pela certificadora para ajudá-los na construção do SCI?
30. Quais dessas atividades estão sendo executadas pelo grupo?

### **Autogerenciamento do grupo**

31. Quem é o responsável pelo SCI?
32. Qual é o papel da CAISP e como esta se relaciona com o SCI?
33. Onde ficam guardados os registros para a certificação do grupo? E o certificado de cada produtor?
34. Tem havido mudanças na forma de operar? O que e porquê?
35. você entende os registros feitos sobre a sua propriedade? Você participa do preenchimento e entende o que o inspetor local preenche?
36. quando o grupo vê a necessidade de modificar algum registro ou documento?
37. como é feito e guardado o registro das decisões nas reuniões?
38. quais os procedimentos e regras mais importantes do grupo? Você entende esses procedimentos e regras?

### **Sustentabilidade do grupo, autoconfiança**

39. Você acha que a confiança que tinha nos seus companheiros do grupo quando começaram aumentou, diminuiu ou está constante?
40. Você mudou de opinião sobre a confiança que tem nos seus companheiros? Quantos para melhor?
41. Você se sente mais ou menos confiante que vai conseguir manter a certificação da APROVE do que quando começaram?

### **Resolução de problemas do grupo**

42. que tipo de opinião diferente é mais freqüente no grupo:
  - ( ) dividir despesas do grupo;
  - (...) construção as regras de funcionamento do grupo
  - (...) definir e aplicar punições
  - (...) gestão do local de entreposto (barracão)
  - (..) compras e vendas coletivas
  - (...) outras, quais.....
  - (...) não sei

43. Como é que identificam os problemas que podem ameaçar a certificação do grupo? Falam abertamente sobre isto? Falam sobre problemas de doenças na família, quedas de produtividade e outros problemas econômicos que possam estar dificultando a atividade de uma família?

44. Falam sobre problemas de contaminação externa e soluções técnicas a serem encaminhadas?

45. Você pode contar um caso que tenha ocorrido com vocês em que identificaram um problema. Houve acordo na decisão a ser tomada? Como se encaminhou?

46. A avaliação dos riscos que podem afetar a produção orgânica do grupo é feita regularmente ou somente quando alguém traz o assunto? Se ela faz parte do sistema, consideram o risco trazido pelos:

(...) vizinhos

(...) qualidade da água

(...) doença de algum membro do grupo

(...) necessidades econômicas de alguém do grupo

(...) compra ou venda de alguma coisa

(...) outras

(...) nenhuma

47. Como é identificada uma propriedade a ser visitada pelo inspetor externo? Como o SCI define quais propriedades devem ser visitadas?

48. como você percebe que os produtores do grupo seguem rigorosamente as regras do grupo?

### **Democratização**

49. quem são as pessoas com mais idéias dentro do grupo?

50. como foi o processo de escolha do presidente (líder) do grupo? Porquê?

51. você sempre é informado sobre alguma novidade no grupo? Como é passada essa informação? Todos têm acesso à documentação e registros dos membros do grupo e do próprio grupo? Existe circulação total das informações dentro do grupo?

52. como as decisões são tornadas? Sempre em reuniões avisadas antecipadamente? ? Mesmo que não haja quorum? Se você não foi à reunião, como fica sabendo do que foi decidido?

## **Participação**

### **Envolvimento de todos no processo**

53. As atividades que precisam ser desenvolvidas pelo grupo são divididas entre todos? Tem alguém (alguma família) que não tem nenhuma responsabilidade? Tem alguém que fica com o maior peso das coisas a serem feitas? Porquê?

### **Divisão de tarefas**

54. quem é a pessoa que é mais ouvida no grupo? Porquê? Ele fica com a maior parte do trabalho? O que ele faz? Qual a sua opinião em relação a ele?

55. quais as suas principais atividades para o grupo?

### **Envolvimento em questões de cidadania externa ao grupo**

56. já participou de alguma atividade para ajudar o seu bairro e/ou bairros vizinhos? Já representou a APROVE ou os agricultores orgânicos em alguma atividade no município, na AAO, na comercializadora, em Ibiúna, no Sindicato, etc.... ? cidade ou bairro? Quais foram?

## **III – Regras Coletivas**

### **Indicadores de Accountability**

57. Como o que as pessoas realizam representando a APROVE é informado aos demais?

58. Como as informações sobre as vendas do grupo são informadas para os outros?

59. Como as questões de risco identificadas pelo inspetor interno e externo são levadas para conhecimento de todos?

### **Indicadores de Mecanismos de Enforcement**

60. Como é feito o acompanhamento das ações acordadas nas reuniões do grupo?

o que acontece quando não se cumpre a decisão ou tarefa?

61. Como se garante que as decisões tomadas são executadas? Já teve algum problema de decisão tomada não ser implementada e ninguém ficar sabendo? Conte o caso.

### **Indicadores de Integração Horizontal**

62. com que frequência os membros do grupo se encontram? Qual o motivo principal? O que acontece nas reuniões?

63. exceto as atividades da associação, o grupo se encontra para outros eventos?  
quem vai nesses encontros? Quem nunca vai?

#### **Indicadores de capital social estrutural**

64. que recurso você disponibilizou para ajudar o grupo?  
65. como você ajuda o grupo na implementação do SCI? E na comunicação das informações?

#### **Indicadores de Governança**

66. Existe alguma dificuldade que o grupo não tenha conseguido superar para implementar e aprimorar seu SCI? Gostariam de Ter alguma coisa adicional para ajudar este processo?

#### **IV – Relações com a Certificadora**

##### **Indicadores de Integração Vertical**

67. A relação entre o inspetor local e a certificadora é esclarecedora?  
68. A APROVE já procurou a AAOCert para resolver questões sobre a construção do seu SCI? Como é o atendimento que recebem em termos de disponibilidade de tempo e de capacidade de atender ao esperado?  
69. Com que frequência a AAOCert dialogou (a) com a APROVE na construção do seu SCI? Somente nas visitas de inspeção?

##### **Indicadores de Accountability com a certificadora**

70. As decisões da certificadora são passadas com clareza para a APROVE? Como elas são transferidas, através do inspetor local, da presidência ou de outra liderança? No seu ponto de vista, existem dúvidas não resolvidas com a certificadora?  
71. o que a certificadora diz quando o grupo propõe mudanças no SCI?  
72. já aconteceu de algum procedimento e/ou documento do grupo não ser aceito pela certificadora? Qual o motivo?

##### **Indicadores de Governança com a certificadora**

73. o que a certificadora fala dos procedimentos que vocês estão fazendo?  
74. Ela dá liberdade para desenvolver uma proposta adequada a vocês em termos dos registros a serem feitos e do sistema de definição da amostra?

75. já aconteceu de algum grupo pedir algum tipo de material para auxiliá-los na implantação do SCI? O que foi feito?

## **2.5 Matriz com o conteúdo da intervenção da pesquisa**

